

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CATORZE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E CINCO** -----

----- Aos catorze dias do mês de março de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e a Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira

da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, José Vitor dos Reis, Rosa Lourenço, Carlos Sérgio da Silva Braga, Susana Maria da Costa Guimarães, Luis Manuel Inês Cavaco, Ana Paula Viseu, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Francisco Alves da Silva Ramos, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, João Diogo Santos Moura, Luis Alberto Lucas Lopes, Pedro Manuel Cunha da Silva Ribeiro, Nelson Pinto Antunes e Luis Graça Gonçalves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João António Cardoso Alves – Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica (PS), Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP) e Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado – Presidente da Junta de Freguesia de Santo António (PSD). -----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.---

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patrocínia Rodrigues Vale César. -----

----- Patrocínia Rodrigues Vale César (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luis Cavaco. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Daniel da Conceição Gonçalves da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Avenidas Novas, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Manuel Cunha da Silva Ribeiro.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Vitor Reis.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Silva Braga. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, pelo Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, Manuel Salgado, Jorge Máximo, José Sá Fernandes, Catarina Vaz Pinto e João Afonso. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa-tarde Freguesia e Senhores Deputados, temos uma Ordem de Trabalhos também preenchida. Vejo que o Senhor Deputado Magalhães Pereira já está de regresso, espero que esteja de ótima saúde. Pelo menos em franca recuperação. -----

----- Vamos começar os nossos Trabalhos, nós temos hoje, quero dar-vos aqui algumas informações importantes e pedia a vossa atenção. -----

----- Em primeiro lugar a Petição 6/2016 foi adiada, porque a Senhora Vereadora Paula Marques está no estrangeiro em serviço e, portanto, não pode até ser discutida hoje, será agendada proximamente. -----

----- Informar-vos que a Proposta 753, que também aqui foram suscitadas várias dúvidas na semana passada. O Senhor Vereador, Manuel Salgado pediu para ser adiada para ser retirada para a Câmara corrigir um ou outro aspeto que não estava bem. -----

----- Dizer-vos também a Proposta 70, que é a primeira que vamos apreciar hoje, que tem a ver com o Aditamento a um empréstimo tem que ser por votação nominal, portanto, peço aos Senhores Deputados para terem os cartões de votação e eu pus a Proposta logo no princípio dos Trabalhos para facilitar a vida toda a gente, em votação nominal logo no princípio os Trabalhos. -----

----- E finalmente informar-vos do seguinte: terão visto provavelmente nos noticiários de hoje uma matéria que já tinha sido dado conhecimento à Conferência de Representantes, a Câmara de Lisboa assinou esta manhã um protocolo com o Ministério da Saúde para a concretização de 14 Centros de Saúde em Lisboa para substituir instalações que estão decrépitas ou obsoletas, pelo menos, esta matéria ainda não foi apreciada nem em Sede de Câmara nem em Sede de Assembleia Municipal, nós na Conferência de Representantes estive a suscitar o interesse da Assembleia Municipal de acompanhar este assunto e até de poder discutir eventualmente até antes da assinatura do protocolo, sucede que o pedido de Debate da Atualidade que veio foi do Partido Socialista, o Debate de Atualidade tem precedência sobre todas as outras matérias da Ordem do Dia, mas o Partido Socialista pediu para o dia 21 de março, portanto, este assunto, que é um assunto de interesse, está agendado

um Debate de Atualidade para a próxima semana, como não tenho ainda a Ordem de Trabalhos acho que é bom para saberem que isto assim vai ser esse Debate Atualidade, portanto, haverá naturalmente uma apresentação por parte da Câmara, haverá intervenção de todos os Grupos e veremos o resultado do dito cujo Debate de Atualidade.-----

----- Eu continuo sem ter os tempos aqui no meu monitor. É que sem os tempos eu tenho dificuldade de pôr o trabalho em curso, porque preciso de saber. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Vamos então dar início às intervenções do público, nós temos cinco pessoas inscritas, já sabem alguns já não é a primeira vez que vêm a para aqueles que vêm pela primeira vez são 3 minutos e a Mesa sinalizará quando estiver próximo do fim, farei este som, porque não tenho possibilidade de fazer outra maneira, pedindo para as pessoas que concluírem a sua intervenção e é o Senhor Nuno Miguel Franco. -----

----- **O Município Senhor Nuno Miguel Franco**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Boa-tarde à Assembleia Municipal de Lisboa, boa-tarde aos Senhores Deputados Municipais, a toda a Autarquia de Lisboa e à Câmara Municipal de Lisboa.

----- Venho por este meio informar que passado um mês que a minha residência, da minha avó com 80 anos que teve um incêndio iniciado no terceiro piso, que isso que passou para o meu quarto piso. -----

----- Inocentemente a minha avó estava em casa e eu estava ocupado, mas pela Graça de Deus ela está bem, porque é uma pessoa, e porque primeiro são as pessoas e depois são as coisas, eu estou aqui nesta Assembleia Municipal e Graças a Deus a Proteção Civil deu uma opção para ela ficar, mas não era a melhor, não era a melhor e nem é a melhor, porque a minha avó tem demência, diabetes e isso requer um apoio de uma terceira pessoa, mas o meu tio Gracindo Franco, que é pastor evangélico que trabalha muito socialmente com as Igrejas a nível de Lisboa e com as Freguesia, foi e é uma grande bênção. -----

----- Eu perante esta Assembleia Municipal, que, por acaso só se inviabilizou só o parto da minha avó e o resto da casa está só para pintura e eu vinha perguntar para quanto mais tempo, é possível aprovar as obras da casa da minha querida avó?-----

----- Ainda por cima, tenho aqui um documento da entidade Gebalis que sem ainda estarmos lá, a casa nem sequer as obras começaram e foram à conta da minha avó tirar uma renda de 258 euros. -----

----- Eu venho por este meio não só informar, mas venho solicitar no mínimo, no mínimo, o meu grande amor e carinho pela minha avó, porque eu nunca a deixarei a ela porque ela nunca me abandonou! Eu venho perante toda a humanidade, o amor ao próximo, que perante esta Câmara Municipal de Lisboa, se pudesse iniciar as obras da minha e uma habitação temporária até quando as obras estiverem fim. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Nuno Franco, eu já tinha aqui uma informação que confirma exatamente o que disse do incêndio e de contacto da Proteção Civil, que de facto, as condições que a Proteção Civil pôs à vossa disposição não eram as melhores para a sua avó.-----

----- Nós não temos a informação de que o que é que se passa com a obra, portanto, quando é que a GEBALIS pensa ter o fogo arranjado, mas isso é uma informação que vamos obter e também vamos esclarecer essa questão de ter sido retirado o dinheiro da renda, provavelmente é um pagamento automático parecia bancária, teremos que ver se há aqui, se isto foi correto ou se deverá ser reposta pelo menos uma parte da quantia, uma vez que a prestação do serviço não está a acontecer, mas isso só depois de pedir informação à Câmara é que eu poderei dar esta resposta. Muito obrigado. -----

----- Vamos para passar agora ao Senhor Augusto Cruz. É também uma questão de habitação.”-----

----- **O Município Senhor Augusto Cruz**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde Senhores e Freguesia e Assembleia Municipal, eu Augusto da Cruz venho este meio comunicar que me encontro a dormir dentro de um carro, com 87 anos e precisou de pelo menos um abrigo, é que eu tenho uma doença crónica, tenho aqui que posso mostrar, que levanto-me do carro de manhã e doem-me os braços, doem-me as pernas, doí-me o corpo, não me posso mexer”. E venho por este meio deste meio a ver se me podem arranjar ao menos um cantinho para eu dormir. Era só.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Augusto, a informação que eu recolhi sobre a sua situação é um bocadinho complexa, não vou aqui entrar em pormenores sobre a sua vida que só o Senhor é que sabe e ninguém tem nada a ver com isso, mas tenho indicação que em Novembro do ano passado e na sequência de divórcio que o Senhor teria prescindido dos direitos ao fogo, à cada onde estava. E, portanto, que agora vamos ver quais são as soluções possíveis e, portanto, não lhe posso dar uma resposta imediata, uma vez que é uma história comprida a sua, como o Senhor Augusto saberá melhor que eu, não posso estar aqui a entrar em pormenores, mas estamos a analisar a situação para ver o que é que se pode fazer. Muito obrigada. -----

----- Freguesia Deputadas, Senhores Deputados, a Senhora Dona Ana Maria Vieira Isidro já cá veio várias vezes. Hoje vem cá novamente.”-----

----- **A Município Senhora Dona Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde Senhores Presidentes, bem-haja, Senhores Deputados e os Senhores Vereadores que representam a Câmara Municipal-----

----- Já é a sexta vez 6ª vez que eu aqui venho e agora chegou mesmo, andaram-me a empatar e pronto, Chegou a ordem de despejo, ainda há pouco teve um telefonema da Polícia e eu disse estava na Câmara para resolver o problema da resposta. -----

----- Tenho aqui as fotocópias, as Assistentes Sociais não me querem dar o rendimento, já tinha aprovado, agora disseram que não mo davam também e eu posso ficar na Rua, porque tenho ordem de despejo, não é? Já se acabou o prazo e ele disse que a resposta para eu dizer era de que não podia esperar muito tempo, porque já é muito tempo de prazo realmente e posso ficar na Rua a todo o momento, não é?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Dona Ana Maria, o seu caso já é de nós conhecido, já foi analisado várias vezes, a Senhora fez várias candidaturas que já não estão ativas, umas por uma razão outras por outra, a última que estava ativa também está em fase de renovação e ainda não chegou a sua vez, digamos assim, de ter um fogo Municipal pelo qual aguarda já há bastante tempo. -----

----- Em todo o caso como há essa informação, esse dado novo que agora apresenta relativamente ao despejo, que estará já notificado, nós estamos a acompanhar o seu caso do Grupo de Trabalho de Acompanhamento à Habitação aqui da Assembleia Municipal e o que ficou combinado no Grupo de Trabalho foi que através do meu Gabinete iríamos encaminhar a sua situação para Rede Social de Lisboa, através da Santa Casa da Misericórdia também, para ver se encontramos uma solução de emergência. -----

----- Mas não posso ainda dar a resposta, já que estamos a fazer estas diligências.” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ É que o prazo é até ao dia 15, amanhã, a Polícia telefonou-me ainda há pouco...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Certo, a Senhora já me tinha dito isso, mas nós vamos ver o que podemos fazer.” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigada Presidente, bem-haja, obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Mas estamos já há algum tempo a analisar o seu caso a ver quais as soluções possíveis. Obrigado. -----

----- Vamos passar agora o Senhor Fernando Silva Grade, é um Programa de reabilitação urbana.” -----

----- **O Múncipe Senhor Fernando Silva Grade**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa-tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Ora, o assunto que aqui me traz é um assunto que, de certa forma está esquecido e hoje em dia em função da dinâmica da reabilitação que está a ocorrer na Cidade, parece-me pertinente e tem a ver com os aspetos identitários e tradicionais na reabilitação, que não estão nem pouco mais ou menos a serem respeitados, isto é, os construtores que construíam prédios estão hoje a restaurar edifícios antigos tradicionais com história. -----

----- Ora conservar os revestimentos é que é a única coisa, que eu vou falar, há muitos outros aspetos relativamente à reabilitação não vou ter tempo, é um aspeto que é marcante na expressão dos edifícios. -----

----- Ora as fachadas dos edifícios são autênticos baluartes de identidade e expressão artística sempre se o atualizaram em todos os lados a materiais nobres, a pedra, os mármore, os revestimentos a de argamassa, a madeira, etc. Ora, nós aqui em Lisboa e em Portugal, de um modo geral, são os revestimentos de argamassa, barramentos, gaiolas, estuques. Ora a realidade, a reabilitação está a ser efetuada por materiais, incompatíveis, quer dizer, renegámos a cal e os seus sucedâneos e estamos a utilizar material de materiais rascas incompatíveis, como as tintas plásticas industriais e o cimento. -----

----- Ora isto que a acontecer, vai ter efeitos destrutivos sobre as estruturas dos edifícios a médio e longo prazo, portanto, são materiais incompatíveis, aliás, o PDM e os Regulamentos do Centro Histórico afirmam que os materiais utilizados devem ser compatíveis, nada disso está a ser feito. -----

----- Ora, estas técnicas de que só as técnicas apropriadas têm um valor identitário, têm um valor histórico, têm um valor estético, que seria uma mais-valia para a nossa Cidade e há aqui um aspeto interessante e muito curioso, é que Lisboa era uma Cidade extremamente colorida até o Estado Novo uniformizar a cor de certa forma para uma não cor, isto é, o cinzento acastanhada, ora hoje em dia nas reabilitações estão a ser efetuadas estão a ser utilizadas cores mas cores desadequadas, tintas plásticas com cores como uma paleta de cores berrante, chocantes!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ É só para o avisar que está no limite do seu tempo, pode concluir naturalmente, mas é só para ter a noção.”-----

----- **O Município Senhor Fernando Silva Grade**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito bem, portanto, é uma pena que as cores com a utilização dos materiais tradicionais, como aquelas que vemos aqui não sejam utilizadas e não permitam novamente fazer com que a identidade e o cunho histórico votem novamente a ser dominantes, porque o que está acontecer é a perda ao fim e ao cabo do espírito do lugar que o cunho histórico e identitário dá, portanto, temos penso eu, que voltar a refletir no sentido de voltar a utilizar ao fim e ao cabo as técnicas ancestrais e tradicionais. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada, nós é que agradecemos por esta chamada de atenção muito pertinente e interessante e que naturalmente também passa por nós só por Regulamentos, mas também por transmissão de conhecimentos e hoje em dia muitas vezes não temos as técnicas tradicionais estão espalhadas quanto isso por falta de mestres e operários que estejam habilitados a trabalhar com elas, mas é uma matéria relevante e agradeço que a tenha trazido aqui. -----

----- Vamos agora a passar à última intervenção, é do Senhor Domingos Manuel Fernandes Perdigão.”-----

----- **O Múncipe Senhor Domingos Manuel Fernandes Perdigão**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá, boa-tarde a todos. Eu vim aqui por este meio, eu tenho 2 filhos, um bastante doente. Eu vivia dentro de uma carrinha com a minha família e houve uma Senhora, já de idade, que em pleno inverno viu-me lá com os meus filhos, apanhou pena e chamou-me para dentro de um quarto. -----

----- A Senhora acabou por morrer e eu fiquei a habitar a casa durante 4 anos. Eu pago luz, pago água, falta-me só pagar a renda. A Polícia Municipal foi lá e tenho uma semana para sair de casa e vou ter que ir novamente viver dentro de um carro. -----

----- Tenho os meus filhos inscritos pela Escola, os dois, um é bastante doente de bronquite asmática, de semana a semana estou no Hospital da Estefânia com ele e vim aqui para ver se conseguiam resolver-me o meu problema.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhor Domingos, a primeira questão é que a casa onde está a morar e onde a Polícia foi a uma Casa Municipal, correto?-----

----- O que o Senhor Domingos o que deveria ter feito quando foi para lá era imediatamente ter ido à Gebalis para tentar regularizar a sua situação, durante 4 anos não teve nenhum contacto com a Gebalis? Durante estes 4 anos? Se não teve então foi mal aconselhado, com certeza porque...”-----

----- **O Múncipe Senhor Domingos Manuel Fernandes Perdigão**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O que eu tenho é o atestado em como lá estou a viver há 4 anos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Oh Senhor Domingos, mas com certeza que está a viver há 4 anos numa casa que não estava em seu nome, pela qual não pagava renda, portanto, isto é uma situação que não é a correta, vamos ter que ver com o que é que se passa? Se é possível ser regularizada ou não? Há um Regulamento na Cidade em relação a estas situações e, portanto, tem que ser analisado caso. -----

----- Nós vamos mandar uma carta à Câmara a pedir para analisar o seu caso, tem que ser chamado, tem que ser feita uma verificação da condição da sua família e de todas as características, enfim, dos problemas que tem para ver qual é a melhor solução,



mas a primeira coisa que eu digo é que a primeira coisa a fazer quando uma pessoa fica numa situação assim tão precária é inscrever-se para uma casa da Câmara. -----  
----- Pelos vistos o Senhor Domingos durante 4 anos não o fez, ninguém o aconselhou a fazer e devia tê-lo feito.”-----

----- **O Múncipe Senhor Domingos Manuel Fernandes Perdigão**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu inscrevi-me duas vezes, mas...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Já se inscreveu? Então é uma situação diferente.” -----

----- **O Múncipe Senhor Domingos Manuel Fernandes Perdigão**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Inscrevi-me duas vezes na Câmara, a primeira vez que eu me inscrevi na Câmara foi lá a Polícia e pôs-me logo na Rua, eu tive que entrar novamente porque tenho um filho bastante doente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mas oh Senhor Domingos, uma coisa é o Senhor Domingos ter uma situação de aflição e entrar para uma casa que não lhe foi atribuída. Outra coisa é ter feito um pedido formalmente, uma candidatura, saber o que é que se passa com isso e nós vamos ter de verificar no seu caso, verificar que é que se passa para saber se há condições de regularizar ou não porque não podemos passa-lo à frente de pessoas que estão há muitos anos inscritas regularmente à espera de casa que ainda não a viram.----  
-----Temos que ver isto com um pouco de cuidado!”-----

----- **O Múncipe Senhor Domingos Manuel Fernandes Perdigão**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Exato, eu vou desabitatar agora a casa esta semana, vou para dentro da carrinha com os meus dois filhos, até vocês me resolverem...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não é isso que eu lhe estou a dizer, eu estou a dizer-lhe que nós vamos analisar o seu caso e vamos e ver qual é a solução, mas o Senhor Domingos deve ir já pedir para falar, ou pedir para ser atendido no Gabinete da Gebalis do seu do Bairro, do Bairro onde está, tem que lá pedir um atendimento de urgência para ser analisada a situação. -----

----- Está bem? Tem que fazer isso, não é a Polícia que resolve isso, a Polícia notifica e informa qual é a situação. O Senhor está numa situação, há 4 anos não paga renda, portanto, muito bem, eu sei, mas tem que ir ao Atendimento, tem que ser recebido pela Assistente Social do Gabinete da Gebalis, pronto, então já foi... -----

----- Então nós vamos ter que pedir informação, para nos poderem dizer qual é a solução que propõem para o seu caso e alguma coisa elas têm que fazer, pelo menos têm que o encaminhar e têm que lhe dizer quais as alternativas que o Senhor tem, e têm que o encaminhar, é isso que nós vamos pedir. Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, terminámos a informação do Público.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Como já vos tinha permitido a **Petição 6/2016 está adiada** porque a Senhora Vereadora está ausente a tratar matérias de interesse Municipal, mas fora do país e, portanto, vamos entrar diretamente na Proposta 70 que é o Aditamento ao contrato de empréstimo médio e longo prazo, a contratar junto do BEI, eu volto a lembrar que esta Proposta quando for a votação é votação nominal, portanto, verifiquem todos se têm os cartões para poderem votar.”-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 70/CM/2017 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS LISBOA XXI - ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO A CONTRATAR JUNTO DO BEI, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA F), DO, N.º 1, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, NA SUA REDACÇÃO ATUAL E DO N.º 2 DO ARTIGO 51º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS:**-----

----- Esta proposta requer aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal de Lisboa em efetividade de funções.-----

----- **PARECER DA 1ª. COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 3/135 DA 1ª. COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (A Proposta nº. 70/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. C.P foi anexada a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 3/135 da 1ª. C.P anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu vou pedir ao Senhor Vereador, não sei se é Senhor Vereador ou se é o Senhor Presidente, quem é a que apresenta a proposta 70? É o Senhor Vereador, muito bem. Então tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte apresentação em PowerPoint:-----

----- “Boa-tarde a todos.-----

----- A Proposta em causa é um Aditamento a um contrato do BEI que submetemos a esta Assembleia em 2016. Este Aditamento preconiza ajustar a proposta, ajustar o nosso Plano de Investimentos Lisboa, mais conhecido por Lisboa XXI, investimentos da Cidade de Lisboa 2016 a 2020, àquilo que a é a chamada, que nós chamamos aqui neste slide a importação mais restritiva, ou seja, nós fizemos uma primeira proposta que trouxemos a esta Assembleia, de acordo com aquilo que são normalmente as propostas BEI em qualquer país da Europa e que preconizavam que tivéssemos um

primeiro empréstimo de 100 milhões de euros de 2017 a 2018, para ser executado entre os 17 e 18. Um outro entre 18 e 19 do mesmo valor, 100 milhões de euros e o último 50 milhões de euros em 2020, que por fazer 250 milhões de euros neste período.-----

----- Em face das interações com o Tribunal de Contas e tentando nós durante esse período que a nossa interpretação da Lei fosse, vingasse, ela não foi, tivemos a noção que seria difícil a nossa aprovação da Lei de acordo com a letra atual Lei pudesse vir a ser adotada então resolvemos sem nenhum prejuízo para o Plano de Investimentos, portanto ele mantém-se ao longo dos anos quase inalterado, mas a terá que ter um pouco mais de interações que significam na prática um conjunto de novo de contratos, ou seja, em vez de 3 contratos serão 4, que é simulação que está aqui, ou 5 se alguma a coisa tiver de ser ajustada e, no fundo, compaginamos esses empréstimos àquilo que é digamos, a intenção de investimento em cada ano.-----

----- Isto não trará a nosso ver nenhuma vantagem nem o Município nem à transparência das contas públicas portuguesas, apenas nos vai trazer a todos mais trabalho e não mais escrutínio nem transparência no processo, porque esse está garantido como eu vou demonstrar por uns slides que vêm a seguir, mas vai-nos trazer a todos mais trabalho, mais e flexibilidade do sistema e, portanto, nós, para além de nos ajustarmos também vamos fazer interações junto do Governo na Assembleia da República, para que aquilo que é algo de normal, usual, salutar em qualquer Cidade Europeia que é um empréstimo que é verificada a capacidade de endividamento em cada momento do desembolso e não os 100 milhões à cabeça, que foi isso que nós preconizados na nossa interação com o Tribunal de Contas e foi a proposta que vos apresentámos aqui, mas dizia eu que vamos também fazer um conjunto de interações junto do Governo e da Assembleia da República para que passemos também deste ponto de vista a ser uma Cidade Europeia que pode, e um País Europeu que pode, igual a uma Cidade Alemã ou uma Cidade a de outro país qualquer, ou Espanhola, aceder ao crédito da mesma forma, respeitando os mesmos limites de endividamento, mas ou respeitando limites de endividamento a vigorar em cada País, mas de forma mais a flexível e menos burocrática.-----

----- O segundo slide que eu vos queria apresentar, mostra aquilo que eu estive a explicar, passámos do modelo 1 em que a os 100 milhões de euros preconizavam aproveitar a capacidade de endividamento gerada em 2017 e uma parte 2018, assim sucessivamente, para 18 e 19 e por último para 20 o que o modelo de cima que é o modelo que agora estamos a adotar, houve aqui uma primeira parte foi resolvida com capitais próprios, dado o arrastar de nos 2 primeiros meses de ainda não termos o visto do Tribunal de Contas e os 63.51 serão executados através do empréstimo, do 1º empréstimo de 4 ou 5 que venhamos a apresentar, como eu disse agora temos previsto 4, mas ainda podemos utilizar 5 se alguma variável vier a ser alterada.-----

----- Esta é a evolução do projeto na sua globalidade ao longo do tempo a curva dá-nos a totalidade do empréstimo acumulada ao longo dos anos até 2020. A barra vermelha são os capitais próprios, portanto, em 2016 já executámos deste Plano 51,7 milhões de euros. A barra verde é a barra do empréstimo e, portanto, a conjugação das

2 fazem evolução que ele está patente com uma maior incidência de capitais próprios conjugados com os capitais com o fundo, com empréstimos BEI em 2017 e em 2018 e depois digamos, o final do processo até perfazer 250 milhões de euros de empréstimo e 523 milhões de euros de totalidade do Plano de Investimentos. -----

----- Este é o gráfico que mostra algo que parece que nem para todos é evidente, apesar de nós já apresentámos este gráfico por diversas vezes, mas eu diria que, por a dificuldade de interpretação ou eventualmente, por dificuldades de nós termos a capacidade de esclarecer devidamente mas, eventualmente também por algum desconhecimento da forma como funcionam os mecanismos de financiamento de um Município. -----

----- Este gráfico dá-nos a noção clara, na parte de cima do gráfico, dos diferentes tranches, dos diferentes empréstimos, contratos de empréstimo a celebrar com o BEI e na parte de baixo a evolução ao longo dos anos, 16, 17 e 18 das amortizações de empréstimos e hoje estamos a falar só das amortizações correntes de empréstimo, ou seja, para se poder ler com mais facilidade em 2017 o Município, com este aditamento preconiza a ter um empréstimo 51 milhões de euros do BEI e amortizar dos seus empréstimos em curso 71 milhões. Como podem apreciar no final de todo este processo, nós vamos contrair e 250 milhões de euros de empréstimo e amortizar 308, se compararmos os empréstimos, se compararmos o dia 31 de Dezembro de 2020 com o dia 31 de Dezembro de 2016, nós vamos ter 58 milhões de euros a menos de dívida, se utilizarmos todo o empréstimo do Banco Europeu de Investimento, portanto, eu queria aqui reiterar de uma vez por todas que é falso, é enganar os lisboetas e é enganar o País dizer que nós, Município de Lisboa, estamos a endividar o Município, aliás, não há, como vamos ver também num gráfico à frente, não há na história do Município, quem o tenha mais, quem tenha mais reduzido o seu endividamento, portanto, para além daquilo que é factual e repito, só estamos a falar de amortizações já definidas, não estamos a falar, estamos a falar das amortizações correntes, não estamos a falar de amortizações extraordinárias, porque cada vez que nós e tudo indica que vamos conseguir fazer, amortizarmos extraordinariamente algumas das tranches de algum dos empréstimos que já temos, como aliás preconizamos, vamos melhorar aqueles 58 milhões de euros. -----

----- Portanto, repito e sublinho, é falso, é enganar os munícipes, cada vez que se diz nós estamos endividar o Município! O serviço da dívida, fazer boa gestão financeira de qualquer organização, não é preciso perceber muito de gestão Municipal e só percebi preciso entender alguma coisa de gestão, tem subjacente um melhor serviço da dívida e o que nós estamos a fazer com este empréstimo é substituir um serviço da dívida que anda como podem perceber pelas barras azuis na ordem de um por cento entre um por cento 0,8, por um empréstimo que anda na casa dos 0,5. Evidentemente que o serviço da dívida anual vai ser melhor, vamos substituir dívida mais cara para o Município por dívida menos cara para o Município por melhor, por um serviço da dívida mais comportável com melhores custos para o Município. -----

----- Isto dá-nos a nossa a nossa capacidade, se nós não utilizássemos o empréstimo BEI, nós íamos ter esta performance do ponto de vista da nossa capacidade de

endividamento, iríamos terminar 2020 com aqueles 450 milhões de euros capacidade de endividamento e a curva está sempre, se colocarmos uma curva em cima daquele gráfico, vamos perceber que estamos sempre a descer. -----

----- Eu queria também desmistificar algo que tem sido dito nos últimos dias e sobre esta matéria, que tem a ver com a transparência e o rigor do processo. A transparência, Senhora Presidente, eu peço desculpa, está-me a incomodar uma voz off, que tenho aqui em baixo que me está sistematicamente a fazer um ruído que eu não consigo, tenho dificuldade em me concentrar, eu pedia um certo respeito pela minha intervenção e depois terei toda a disponibilidade para responder a todas as perguntas. -----

----- Há um primeiro momento que é a candidatura BEI, onde estão todos os projetos de forma detalhada, que é do conhecimento da Câmara Municipal e todos os seus Vereadores, da Assembleia Municipal, do Tribunal de Contas e já agora ao início do Banco Europeu de Investimento que analisou escrutinou e validou todo este processo.

----- No orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos em cada ano estão de forma discriminada, se os Senhores Deputados consultarem o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento, naquilo que são as fontes de financiamento, vão encontrar a sigla BEI, é muito fácil de perceber quais são os projetos que são apoiados pelo BEI. Cada vez que o Município entender alterar em termos orçamentais esses projetos isso tem que ir do ponto de vista do valor à Câmara, se entender tirar algum projeto ou introduzir outro isso vai fazer alterações plurianuais, nomeadamente e estas alterações terão que vir à Assembleia.-----

----- Comprometemo-nos nesta Proposta e já o tínhamos feito *ad initio* a entregar à Assembleia e à Câmara um Relatório do progresso semestral de todo este processo e os contratos, em cada um dos 4 contratos agora preconizado eles vêm à Assembleia, qual é a falta de transparência deste processo? Nenhuma! Todos vão saber a todo o momento, quais são os projetos estão a ser financiados e vão poder participar e decidir quais é que entram e quais é que saem. A única coisa que está em causa é nós cada vez que fizemos uma alteração ali em cima termos que também alterar o contrato de financiamento, trazê-lo aos Órgãos já o trouxemos nos momentos anteriores, levá-lo ao Tribunal de Contas e levá-lo ao Banco Europeu de Investimento, isto significa um atrasos nos financiamentos de pelo menos 3 meses e o que nós estamos aqui a fazer é a condensar a informação no contrato BEI, como aliás se faz em toda a Europa e até tiveram dificuldade em perceber o que é que nós estávamos a fazer em Portugal, ao termos que detalhar mais, para além daquilo que seria o normal, depois de todo este processo que está aqui espelhado, portanto, é falso que exista falta de transparência, é falso que exista falta de envolvimento dos Órgãos, é falso que todas as pessoas quiserem não saibam qual é cada um dos projetos e em que fase é que ele está.-----

----- Há outra questão tem sido muito levantada, que eu também queria já aqui rebater, como é que se pode dizer que o que este processo teve falta de concertação com a oposição, com todos os Partidos da oposição, de que é que estão a falar? O Plano Geral de Drenagem tem alguma dúvida? Alguém quer tirar daqui o Plano Geral de Drenagem? Se alguém quiser tirar dúvidas sobre o Plano Geral de Drenagem que o

diga, porque, de facto, ele foi escrutinado, foi votado esmagadoramente por esta Assembleia Municipal, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. Estamos a falar de quê? Da habitação social? Há alguém que queira tirar daqui a habitação social? Façam favor de dizer, porque podemos eventualmente equacionar, não contam é que o meu voto! -----

----- Agora não é verdade que a esmagadora maioria de tudo o que aqui está não tenham sido objeto do maior consenso, qualquer um da destes 2 Planos e alguns dos Planos estão daquele lado, a Escola Nova, as creches, o Plano de Remodelação do Dispositivo de Segurança da Cidade, todos eles foram submetidos à Câmara, os projetos estão lá, perdão, todos puderam ser escrutinados, foram votados por esmagadora maioria da do dos Órgãos Municipais, portanto, não há falta de consenso sobre este processo, mas mais, nós garantimos nesse mesmo processo, com a exceção do Plano de Drenagem tudo o que está nas outras entradas pode ser alterada pelo Executivo e pela Maioria que for a Maioria nesse momento, nos Órgãos Municipais. --

----- Portanto, não há falta de consenso, não é verdade, é mais uma mentira das pessoas que andam a tentar denegrir este processo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, peço desculpa, já utilizou o tempo da Câmara e o tempo dos de Independentes, não sei se pode já terminar ou pode precisar de mais compensação de tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra prosseguiu a apresentação: -----

----- “Preciso de mais três slides Senhora Presidente ou 4, mas serei muito rápido.-----

----- Também não é verdade que nós tenhamos de alguma maneira, não dito, nós dissemos ao Tribunal de Contas desde o primeiro momento que, aliás, podem comprovar pelo projeto qual era a nossa capacidade de endividamento prevista, qual era a nossa capacidade de endividamento para 2016, para 2017 e para 2018 e recorde que o processo em 2016, quando ele entrou no Tribunal de Contas, nós estamos a aproximar-nos 81,6 milhões de euros, que foi como terminámos o ano capacidade de endividamento e, portanto, onde cabia perfeitamente se a interpretação fosse aquela que nós a equipa que em termos europeus e é aquela que é a tradicional e a vigente onde caberiam os 63 milhões de euros que nós nos propusemos executar em 2017, portanto, também é falso que nós não tivéssemos a data da proposta capacidade de endividamento para acomodar tudo o que em 2017 era a nossa proposta. -----

----- Agora isto é a questão, são os factos sobre a proposta, são os factos sobre o Aditamento, mas também não ficava bem com a minha consciência se não viesse aqui dizer que é tremendamente falso e injusto para quem conseguiu vir de uma dívida legal em 2007 de 1.130 milhões de euros, repito, 1.130 milhões de euros, para uma dívida legal no final de 2016 de 560 milhões de euros, é injusto, é imoral, é uma verdadeira mentira dizer às pessoas que nós estamos a endividar a Câmara, fomos nós trouxemos a dívida dali para aqui, baixámos a dívida em mais 50 por cento. Isso é que é verdade, isso é que muitos, nomeadamente a Direita, não gostam de ouvir! -----

----- Sim, porque em 2007, a Câmara Municipal de Lisboa pagava a 459 dias, ou melhor, desculpem, pagava 324 dias e tinha uma dívida a fornecedores de 459 milhões de euros, isto é que era endividar a Câmara, isto é que era, é preciso ter moral para falar sobre algumas coisas e não há moral nas Bancadas da Direita para falar sobre esta matéria, porque a Direita quase levava à falência a Câmara Municipal de Lisboa! Hoje felizmente estamos ali, 2 milhões de euros de dívidas a fornecedores no final do ano, contrasta com 459 milhões de euros, 2 dias de prazo médio de pagamento, contrasta com quase um ano, de 2 dias que contrasta com quase um ano! --

----- E também tenho, para terminar, de dizer uma coisa: nada deste projeto, este projeto muito trabalho, está a dar muito trabalho, nós somos muito perseverante e vamos conseguir executá-lo de acordo com o planeado porque não foi nem discutido nem aprovado ao telefone, numa qualquer praia da Cidade ou numa qualquer praia do País como se de alguma coisa que de ânimo leve se tratasse! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Temos naturalmente várias pessoas inscritas, antes de dar a palavra ao Senhor está se inscreveram o Parecer da 1ª. Comissão Permanente sobre esta Proposta é do Senhor Deputado Hugo Xambre do PS e não Hugo Lobo, houve aqui um engano nos serviços na folha de rosto, mas é Hugo Xambre, foi o Senhor Deputado que fez o Parecer e portanto, pedia se o quer apresentar, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Relator, Hugo Xambre (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, o Parecer é curto, não repete toda a análise que o Parecer da proposta 605, ao fim ao cabo deu também origem a esta esta Proposta na altura que fez, mas uma das coisas que faz a realçar as múltiplas explicações que o Senhor Vereador das Finanças deu na Comissão de Finanças respondendo a todo o tipo de perguntas que na altura foram feitas e atendendo até que estamos a falar aqui de um processo, um empréstimo BEI dentro do Plano Juncker, que é que Lisboa é pioneira, é que é o primeiro Município que está a pedir um empréstimo assim e como tal, obviamente, houve alguma relação aqui também explicada, longa, que o Tribunal de Contas e, por isso mesmo, foi necessário haver aqui uma série de explicações. -----

----- O Parecer também tem lá uma Recomendação, que é igual à Recomendação que que já tínhamos também aprovado com outra Proposta e que ao fim ao cabo aquilo que faz, até por uma questão da Assembleia Municipal ter todo o tipo de elementos, é pedir a remessa à Assembleia Municipal dos reportes que a Câmara Municipal de Lisboa vai fazer sobre a execução do Programa de Investimento em Lisboa, também Lisboa XXI e que, como o reporte será feito ao BEI, a Assembleia Municipal já na altura tinha aprovado, podia também receber o mesmo tipo de informação que o BEI vai também receber de forma que todos tenhamos aqui todo o tipo de informação para acompanhar a o processo de empréstimo. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Agora sim vamos dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Freguesia Vereadoras, Senhores Vereadores, Freguesia Deputadas e Senhores Deputados, Freguesia e Senhores. -----

----- A 15 de novembro do ano passado discutiu-se nesta Assembleia do empréstimo do BEI, na altura quer aqui quer na Câmara o PSD alertou este Executivo para a necessidade de se fazer um Pacto de Regime. Os Órgãos que foram eleitos e que estão agora em funções não são aqueles que serão eleitos em outubro, não são seguramente aqueles que hão de ser eleitos daqui a 4 anos, não são seguramente aqueles que hão de ser eleitos daqui a 8 e consecutivamente durante 5 mandatos e, por isso, o PSD entende que qualquer maioria com mandato de 4 anos, seja ela qual for, não tem legitimidade política para condicionar a atuação de outras maiorias que venham a ser eleitas, sejam elas quais forem e este empréstimo compromete 5 Executivos e por isso a ser consignado vai impossibilitar logo à partida qualquer alternância democrática.-----

----- Neste caso e sendo certo que existe consenso genérico em relação ao Plano de Drenagem a verdade é que sob o tema geral aqui apresentado sobre os outros aspetos, há muitas abordagens e há muitas questões é claro que o título de Habitação Social e Renovação Urbana é comum a todos, o modo é que é diferente, Senhor Vereador e é por isso que existe alternância democrática. As maneiras de se atingir estes objetivos são diferentes, de acordo com cada Partido e cada Partido tem legitimidade para os ter, apesar de ter esta bandeira tem outros métodos e tem direito a tê-los e porque não há uma verdade única nós entendemos que este que este empréstimo vai comprometer a alternância democrática dos próximos Executivos. -----

----- Posto isto e para além destas questões e face ao parecer do Tribunal de Contas, eu pergunto-me como é que a Assembleia pode votar estas Propostas sem saber a verba que está afeta cada projeto? Também há um ponto preocupante é a falta de rigor que uma vez mais a Câmara demonstrou, desta feita houve um lapso no cálculo da capacidade de endividamento da Cidade que em 6 meses passou dos 100 milhões anunciados pelo Senhor Presidente, com pompa e circunstância, para metade. Dessa metade o Senhor Presidente não falou, mas falou o Tribunal de Contas, Senhor Presidente. -----

----- Segunda questão: Quando é que o Tribunal de Contas deu visto este Parecer? É que isto foi apresentado aqui como tendo tido o Parecer do Tribunal de Contas e como nós não sabemos o faço a pergunta, em que data é que o Tribunal de Contas validou este empréstimo? Quando é que foi dado o visto do Tribunal de Contas? Em que é que ficamos? Em resumo, sem formação detalhada sobre os projetos que a Câmara pretende realizar nem as condições em que a Câmara pretende promovê-los entende o PSD que esta proposta está incompleta e não tem condições para ser votada, é um



cheque em branco, por isso, o PSD entende que o Senhor Presidente, em consciência a deve retirar. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Freguesia Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Deputados Municipais. -----

----- Na discussão desta Proposta 70/2017 apenas um gravíssimo apontamento. O PCP votou a favor da Proposta, número 605/2016 e da Deliberação de 372/AML, a contratação junto BEI de um empréstimo destinado a financiar um conjunto de investimentos da Câmara. -----

----- Considerámos que este empréstimo ocorria em condições favoráveis, quanto às opções de investimento e às prioridades definidas pela Câmara estas vão sendo analisadas e apreciadas ao longo da sua ocorrência e nos documentos próprios. -----

----- Em relação à Proposta nº. 70/2017, o Aditamento ao contrato de empréstimo referido na sequência de algumas questões suscitadas pelo Tribunal de Contas, estamos também genericamente de acordo com esta Proposta, à exceção de um ponto que eu vou referir, que é o ponto 2 da Proposta, pressupõe que a Câmara Municipal possa aprovar Programações e ou alterações da lista de projetos aprovada apenas com a informação à Assembleia. Não podemos estar de acordo que, neste ponto, pois ele permitiria a assinatura de acordos sem qualquer discussão. A Assembleia Municipal é o Órgão Fiscalizador da Câmara pelo que é absolutamente necessária a sua intervenção não podendo estar de acordo com o facto de estas matérias não virem à Assembleia, por esse motivo solicitamos à Mesa e à Senhora Presidente da Assembleia, que, na votação, o ponto 2 da Proposta seja realmente destacado e votado em separado. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Freguesia Deputadas. -----

----- Em relação a esta Proposta já o fiz em Comissão, mas de qualquer forma gostaria de o fazer novamente, é que como não compreendo como é que esta Proposta tem em epígrafe de Aditamento, ou seja, nós estamos a fazer aqui um reescalonamento de intervenções estruturantes na Cidade e dos seus montantes, que agora são analisados em função da intervenção do Tribunal de Contas quanto à capacidade de endividamento do Município. Assim, a primeira questão era a questão de porquê não é uma nova Proposta e sim um Aditamento? Se é uma questão processual ou se é uma questão de forma. -----

----- Por outro lado, gostaria um de manifestar a minha incompreensão pelo chumbo que esta Assembleia Municipal a começar pelo Partido Socialista e pelos Independentes, onde em relação à questão da Moção apresentada por nós onde o Senhor Vereador João Paulo Saraiva em sede de 1ª Comissão disse que como justificativa, que a questão não estava na capacidade de endividamento, é certo, então onde está o Senhor Vereador? Porque reformula esta Proposta? Aqui a Câmara não

quis dar um sinal errado e que esse sinal está a ser dado com claramente na discussão a que a Câmara teve em Câmara, ou seja, o Senhor Vereador diz que, só que em vez de termos 3 contratos como agora explicou, vamos ter 4 ou 5, é a consequência, de quando em vez, fazemos uma análise plurianual, nos vamos ter de conformar com a análise anual, é aquilo que a capacidade de endividamento, de um determinado ano verifica à cabeça verificava com contrato que chega ao Tribunal de Contas, aquilo que de alguma forma muito a saltar fomos empurrados a concluir daquilo que foram as questões do Tribunal de Contas. É que, em vez, verificarmos se em cada desembolso se temos capacidade de endividamento, vamos ter de verificar à cabeça se temos capacidade de endividamento para aquele contrato que está a ser colocado em cima da Mesa. -----

----- Isto é evidente, é um anacronismo relativamente ao projeto desta dimensão, porque urge esta Câmara tome posição e nós vamos propor que tome dentro em breve junto do Poder Central para que sejamos o vigésimo ou terceiro ou o último da cauda da Europa sobre esta matéria e possamos ver iguais em toda a forma em qualquer Cidade que apresente uma Proposta deste género para ser visada pelo próprio Tribunal. A legislação precisa de ser ajustada, então que foi a conclusão e, portanto, temos que ter obviamente, ter esse trabalho junto do Governo para propor uma alteração à Lei das Finanças Locais, no que a este capítulo diz respeito. -----

----- Então em que é que ficamos Senhor Vereador? Rejeita-se uma Moção do Bloco de Esquerda para que não se dar um sinal errado, que dizia que apelar ao Governo e à Assembleia para que se excecione os limites legais de endividamento dos Municípios, os empréstimos contratados no âmbito do Programa do BEI e depois vai-se ao Governo propor uma alteração à Lei das Finanças Locais, afinal em que é que ficamos? É assim se compreende que, no ponto 2 da Proposta de autorizar a Câmara Municipal de Lisboa a aprovar eventuais reprogramações e ou alterações da lista de projetos alterados, com a correspondente alteração do Plano Plurianual de investimentos, sempre que necessário. A Câmara quer chamar, com este ponto, chamar a si competências que são da exclusiva responsabilidade desta Assembleia Municipal, pelo que quero apelar a todos os Deputados desta Assembleia, incluindo os Deputados do Partido Socialista e os Independentes que votem contra este ponto 2 da Proposta, pois a capacidade de fiscalização da Câmara só pode ser a esta Assembleia possível de ser feita. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado, não percebiam um ponto que aí disse várias vezes que é que foi rejeitada uma Moção sobre esta Proposta, não tenho notícia disso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós quando foi na discussão da anterior Proposta, a Proposta inicial apresentámos uma Moção sobre isso.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo, muito obrigada, já percebi, só que eu não estava a fazer a ligação destas coisas. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Freguesia Secretárias, Caro Presidente, Caros Vereadores, Caros Deputados, Caro Público. -----

----- A decisão sobre a Proposta 70/CML/2017, o Programa de Investimentos Lisboa-21 e este Aditamento ao contrato do BEI é uma das mais importantes que temos neste Mandato pelo valor do empréstimo e pelo prazo de duração do mesmo, pelo que gostaríamos que tudo o que o envolvesse tivesse ido muito bem explicado e consensualizada entre os Partidos que compõem esta Assembleia. -----

----- Pela parte do CDS como nunca hesitámos em colocar um conjunto de dúvidas, nomeadamente na Câmara, que foram corroboradas pelo Tribunal de Contas que por duas vezes pediu esclarecimentos à Câmara sobre o empréstimo do BEI. A primeira a 7 de dezembro 2016 e a segunda a 2 de fevereiro deste ano. Porém, só 8 de março tomámos conhecimento em Câmara destes pedidos, ali lê-se nos documentos do Tribunal, sem margem para dúvidas e cito: “insiste-se para que se envie informação individualizada por projeto da despesa total a realizar do cronograma dos procedimentos e das datas previstas para o respetivo início da execução material, informação que já tinha sido solicitada anteriormente, acompanhada cópia do PPI de 2017 atualizado e devidamente aprovado pelos Órgãos Municipais, com a evidência de cada um dos projetos a financiar, bem como a informação constante do quadro seguinte.” Por que razão o quadro solicitado pelo Tribunal de Contas, na página 2 do processo de devolução do visto de 7 de dezembro e novamente na página 4 do processo de devolução do visto em 2 de fevereiro, usando a expressão “insiste-se” não foi preenchido? Pergunta candidamente o Tribunal de Contas se os investimentos discriminados foram objeto de discussão e de autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos do número 2 do artigo 51 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, mas o role de dúvidas é extenso pelo que vou somente referir algumas. -----

----- Senhor Vereador, quais os procedimentos adotados para cada um dos projetos e subprojectos e em face se encontram? Qual a data de início e conclusão da execução física e financeira de cada subprojecto, qual a necessidade de um prazo de 20 anos, máximo legal, deste impresso para ser consumido em 4 anos? Qual a necessidade de introduzir alterações ou reprogramações à lista de projetos sem que seja escrutinados pelos Órgãos do Município, Câmara e Assembleia? -----

----- No apuramento da capacidade de endividamento para este empréstimo foram contabilizados os contratos de empréstimo e locação financeira já outorgados e ainda em vigor? Qual o seu valor total e o seu peso do investimento previsto para os projetos e subprojectos de empréstimo do BEI? E quem escolhe e quais os pressupostos desta escolha para cada um dos desembolsos? Também não foi disponibilizada toda a informação discriminada de quanto vai a Câmara investido de capital próprio em cada projeto e o valor total de cada projeto, no entanto, Senhor Vereador fica muito claro para todos que após uma década da vossa gestão o

verdadeiro investimento de Plano de Drenagem foi remetido para os últimos 6 meses dessa década. Para a Habitação Social e não vale a pena aqui discutirmos se concordamos ou não concordamos, porque isso é uma falácia, e apenas quer baralhar as pessoas, deste indevidamente junto do BEI vão apenas 836 mil euros para Reabilitação e de mais de 2.800 mil para construção nova. Como se entende que o Município tenha alienado o Quartel de Bombeiros de Carnide e o seu respetivo Museu por 15 milhões e agora se endivide em mais de quase 2 milhões de euros para a construção de 10 Postos de Socorro Avançado, e pasme-se, o Museu do Regimento Sapadores Bombeiros e um Quartel. -----

----- Então para que serve a receita arrecadada com a taxa Municipal de proteção civil que, em 2016 chegou a mais de 21 milhões de euros? Para redes cicláveis o município pede ao BEI 3.800 mil, 7,3 por cento contra os 7,2 por cento do montante do BEI a investir em habitação social e para o Programa Praça em cada Bairro mais de 1.045 mil. Quais são, afinal, as prioridades de um Executivo que deixou para escoar ao abandono e com enormes atrasos na sua reabilitação? Que fala e fixar população, mas não investe em creches, descuroou o Plano de Drenagem, o que põe em insegurança a estabilidade dos solos e que tem 1600 fogos de habitação social para reabilitar ou ocupar, apesar da desertificação da Cidade. -----

----- O Senhor Presidente, em vez de investir na qualidade de vida dos lisboetas na habitação na educação, nas creches e na segurança optou por aplicar estas verbas em obras mais bonitas ao olhar de todos. Chamamos também a atenção desta Assembleia para o 2º ponto diretivo da Proposta 70/2016, que e passo a citar, “autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a provar eventuais reprogramações e ou alterações da lista de projetos aprovada e que, no nosso entender, deve ser liminarmente excluído. -----

----- Querem fazer passar uma autorização genérica para alterar no futuro a Programação, a lista de projetos e os valores em nenhuma obrigação de escrutínio prévio por parte dos Órgãos Municipais é algo que não lembra a ninguém e que não podemos aceitar. -----

----- Pelos valores envolvidos, pelos prazos previstos, o CDS não pode deixar de existir no conhecimento um conjunto de elementos fundamentais para a transparência de todo o processo, nomeadamente toda a correspondência trocada e toda a documentação remetida ao Tribunal de Contas, na sequência das questões colocadas com a devolução do processo do visto 7 de dezembro e também das questões colocadas com a devolução do processo 2 de fevereiro e também a resposta da DGAL referente ao pedido Tribunal de Contas em 2 de fevereiro relativa apuramento a capacidade de endividamento do Município, divergência no apuramento na dívida total cujo prazo de resposta terminava em 2 de março, portanto, ficamos a aguardar esclarecimentos e dizer mais uma vez, Senhora Presidente não podemos deixar aqui de registar e de protestar aqui a forma arrogante e mal-educada com que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, se dirige muitas das vezes que faz intervenções nesta casa, só podemos lamentar este tipo de estilo com a qual não nos identificamos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Freguesia e Senhores Vereadores, Carlos Colegas Deputados Municipais.-----

----- Estamos a discutir um assunto como o mérito da Câmara Municipal de Lisboa é tão grande de ter sido pioneira a aproveitar o Plano Juncker para investimento público e ter sido a primeira entidade do nosso País a conseguir fazê-lo, de ter a capacidade financeira para conseguir um empréstimo em que a Câmara Municipal de Lisboa também tem de investir 273 milhões de euros, ou seja, 273 milhões de euros com também capitais próprios para conseguir cumprir aquilo que é o Plano de Investimentos e, como tal, conseguiu o empréstimo investindo isso, foi algo que aqui ninguém teve a capacidade de dizer, onde a Câmara Municipal de Lisboa há poucos anos, obviamente, não tinha a capacidade de conseguir investir valores desses, que só agora consegue pois conseguiu pagar a dívida, baixou aquilo que é despesa da Câmara Municipal de Lisboa, baixou o serviço de dívida investiu também numa Cidade para ser também atrativa, para conseguir gerar mais receita como IMI e IMT, com as taxas de impostos mais baixos de sempre, com os impostos mais baixo de um conjunto de grandes Cidades e, mesmo assim, consegue aumentar a receita e por isso é que tem uma capacidade maior de investimentos.-----

----- Um empréstimo que tem também condições fantásticas com o nível de taxas de juro do mais baixo de sempre, basta olhar para aquilo que é o *stock* de dívida que também a Câmara Municipal tem e aquilo que paga para o conjunto de empréstimos que tem e comparar com aquilo que são as condições financeiras que este empréstimo também permite, com controlo que não só a Recomendação que há pouco eu falei como Relator do Parecer, como também com aquilo que há pouco o Senhor Vereador esteve também a explicar, o controle que esta Assembleia vai ter em relação ao processo todo, como o mérito da Câmara Municipal de Lisboa também é grande, a oposição à direita tem de inventar, confundir factos, consumir números, confundir conceitos como há pouco eu li, que até confunde o passivo com dívida.-----

----- Pois aquilo que nós estamos aqui também a falar é aquilo que a Proposta pretende, é que obviamente sendo um processo inovador, que é o único nosso país, como há pouco eu dizia, nem sequer o Tribunal de Contas tinha experiência em processos semelhantes e daí se ter encontrado a melhor forma respeitando a Lei, respeitando um conjunto de também indicações do BEI, com rapidez, que é algo que é importante nisso, para começarem e para continuarem a investir na Cidade, investir em áreas de investimento que me parece que são perfeitamente consensuais de que é um pouco o que nós estivemos aqui, a parte do conjunto de condições de perguntas, vamos ter várias forças políticas que vão perguntar à Câmara Municipal quando começam obras em algumas do conjunto de áreas que o Plano de Investimentos também prevê investir em áreas tão simples como a habitação Municipal, a habitação social, para resolver problemas de muitas pessoas, tal como há pouco no Período do Público tivemos também pedidos desses, para trazer a classe média de volta à Cidade, para continuar a fazer creches, para continuar a investir naquilo que é a educação, no

Plano de Drenagem que só há pouco tempo teve o projeto de execução fechado, ou seja, em várias áreas que não há grandes dúvidas que são, que são necessárias e, obviamente isso me parece uma confusão que nós a no Grupo Municipal do Partido Socialista não conseguimos também entender, obviamente que também cada obra vai ter que ter projetos, cada obra vai ter que ter propostas e a única coisa que esta Proposta faz é dar à Câmara Municipal de Lisboa, com um instrumento financeiro para conseguir, a partir daí fazer o conjunto de projetos, de propostas para poder, para conseguir fazer esse tipo de investimentos. -----

----- Eu não vou perder muito tempo com o conjunto de confusões de trocas de números de que tem que haver aqui sempre a amnésia de que ninguém percebe que a Câmara Municipal de Lisboa atualmente amortiza 70 milhões de euros de dívida por ano e, como tal passo isso tudo à frente, apenas para também dizer que aquilo que o que o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que é o mais importante é continuar a fazer avançar com este processo, que como vimos já tem mais de 50 milhões de euros de investimento, fazer um conjunto de procedimentos para executar a obra, aproveitar o conjunto de condições que são muito boas que são excelentes para investir na Cidade para resolver problemas de décadas e olhar para o futuro com soluções que é isso que o Partido Socialista e que a Câmara Municipal atualmente está a fazer. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, deu a seguinte informação: -----

----- “Neste momento é a última inscrição que temos aqui registado. O Senhor Deputado se precisar de tempo tem cedências do PAN e do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros da Mesa, Freguesia e Senhores Vereadores e Deputados, Serviços e Público presente. -----

----- Seria claramente de esperar, tratando-se nesta proposta número 70/2017 de um Programa da maior responsabilidade e magnitude que os respetivos termos contratuais, a informação disponibilizada e a absoluta legalidade e conformidade regulamentar tivessem sido devidamente assegurados pela Câmara Municipal de Lisboa. Infelizmente assim não foi como, aliás, tem sido frequente caso com esta Câmara e a presente proposta é a prova cabal das relevantes irregularidades na formação e conceção do Programa e respetivas condições contratuais iniciais. -----

----- Este assim chamado Aditamento, muito impropriamente diga-se de passagem, pelo que só poderá enganar distraídos, pois que se trata na realidade de uma alteração substancial do respetivo clausulado e circunstâncias operativas, vem a razão dos variados pedidos de esclarecimento diversos, contínuos sobre esse Programa de financiamento apresentados pelo Tribunal de Contas. Veja-se bem. Perante o descuidado na sua elaboração, foi necessária a intervenção do Tribunal de Contas para emendar as irregularidades e ilegalidades introduzidas pela Câmara Proposta 605/2016 integrando o contrato a estabelecer com o Banco Europeu de Investimentos.

----- Face a uma evidente ultrapassagem pela Câmara dos limites legais do seu endividamento resolveram aos responsáveis autárquicos espertamente dividir o Programa em duas parcelas anuais, sem cuidar da possibilidade ou mesmo da impossibilidade de acomodar no ano corrente todos os projetos que alcançam respetivo montante máximo anual. Também em resultado da ação do Tribunal de Contas foi finalmente anexada ao contrato algum detalhe, antes totalmente ausente dos projetos e subprojectos que a Câmara pretende financiar sendo porém comprovado da análise dessa listagem que, de forma alguma as respetivas alocações e trabalhos desta parcela relativa a 2017 poderão estar terminados e muitos nem sequer iniciados no ano corrente, as espertezas, às vezes saem caras! O valor do contrato foi conseqüentemente alterado para 51 milhões de euros muito próximo aliás do limite anual de endividamento da Câmara em 2017 que se estima, estima, em 57 milhões. ----

----- Ocorre inquirir da Edilidade porque é que numa situação económica e financeira da Câmara, apregoada como sólida e confortável, se chega ao ponto de quase esgotar em 2017 a sua capacidade de endividamento? E inquirir também porque é que tendo a Câmara despendido em termos recentes e próximos futuros, fundos próprios em obras de fachada de carácter uma marcadamente sumptuário, em montantes superiores ao empréstimo BEI, reservando para este Programa, tarde e a más horas, obras que já deveria ter iniciado que até terminado, como é claramente o caso do Plano de Drenagem, tendo com teimosia incompreensível continuado a situação de incúria da conservação de coletores e construção de novas redes essenciais para esta Cidade. Trata-se de uma censurável inversão de prioridades de investimento e mais ainda por indiciar fundamentos em razões eleitorais.-----

----- Uma nota também quanto à listagem das alocações, que ora sem nexa à proposta, verificando-se que em termos de habitação social e construção em Bairros Municipais com um investimento é de uns meros 7,2 por cento, e não outros números do total geral, de novo se demonstrando a notável insensibilidade da Câmara quanto ao problema habitacional em Lisboa, diga-se de passagem como todas as semanas aqui comprovamos, porque aqui vêm constantemente muitas pessoas com as situações mais dramáticas. -----

----- Na mesma listagem se encontram imperdoáveis erros de formulação, mas mais importantemente projetos de execução algo ameaçadores, como sejam intensas intervenções em Monsanto, inclusivamente da construção aí de um novo Quartel dos Bombeiros Sapadores, aliás, sem indicação da respetiva localização e também se constata que as despesas de construção de vias cicláveis superam as verbas para a construção nova em Bairros Municipais e quase alcançam o investimento em habitação social.-----

----- Senhora Presidente, mais não será necessário dizer em demonstração da flagrante inversão de prioridades que tem sido apanágio desta Câmara Municipal e a propósito da transparência aqui tão invocada pelo Senhor Vereador das esquerdas há que ponderar qual será o seu pensamento, se é que o tem, quando subscreve todos os milhões das transferências sucessivas para a ATL sem qualquer escrutínio político e administrativo estamos, portanto, quanto à transparência completamente falados!-----

----- Senhora Presidente, esta Proposta não terá decerto o nosso apoio individual ou coletivamente, como já formulámos, convidamos até a Câmara a retirar esta proposta por extemporânea e incompleta, repete-se, consistindo num mero cheque em branco. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada. Senhores Deputados, terminaram as inscrições para este ponto da Ordem de Trabalhos, resta agora que a Câmara responda. É o Senhor Presidente da Câmara ou é o Senhor Vereador que vai responder? Senhor Vereador, portanto, terá que usar tempo do PNPN e do PS, são 3 ou 4 minutos, portanto, faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente, eu vou só ser muito muito rápido e vou passar de imediato a palavra Senhor Presidente, mas eu gostava de dizer e de reafirmar que das duas uma ou, de facto, as pessoas não conhecem os instrumentos que aqui aprovam ou então é mesmo o não quererem ver a evidência. -----

----- É que não há nenhum projeto, toda a informação que aqui foi reivindicada por algumas para algumas das pessoas que fizeram a sua intervenção, nomeadamente o PSD e o CDS estão nos instrumentos que esta Assembleia Municipal aprova. No orçamento e no PPI estão lá todos os projetos com a distribuição da execução por anos e cada vez que o Município decidir retirar ou colocar um projeto vai ter que trazer esse mesmo projeto aqui à Assembleia, irá à Câmara e à Assembleia, cada vez que mexerem na distribuição desse projeto, na execução desse projeto nos anos, no anos 17, 18, 19 e 20 vai ter que o trazer a esta Assembleia, aquilo que os Senhores estão a dizer e que nem o Tribunal de Contas exige é que o detalhe fosse de tal forma que nós cada vez que alterássemos 100 mil euros num projeto que tínhamos que fazer todo o caminho de levar ao BEI, de trazer a Câmara, de trazer à Assembleia, de trazer o Tribunal de Contas.-----

----- Desculpem, os Senhores não querem nenhum financiamento, os Senhores não querem nenhum investimento, a única coisa que os Senhores querem é criar dificuldades a que este Município se desenvolva, a que este Município, pela primeira vez na sua história que tem capacidade para o ter um projeto desta dimensão, o possa levar a bom termo! Não me venham dizer que o vosso intuito é a transparência, porque mais transparência do que aquela que já temos no processo é estupidez! Aqui tem que o do acesso a toda a informação, se querem criar burocracia desnecessária e repetições, é isso que os Senhores estão a preconizar porque não querem fazer nada. Muito obrigado. Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Vereador. Vamos prosseguir, o Senhor Presidente tem a palavra, tem alguns minutos cedidos pelo PAN e pelo PS, tem cerca de 4 minutos.” ----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:



----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu quero intervir neste ponto para tentar clarificar o que é que está em causa, o primeiro ponto, o que é que está em causa verdadeiramente com esta Proposta? Está em causa darmos resposta a uma dúvida que é a de saber se nós aferimos o limite de endividamento da Câmara como se nada acontecesse durante um ano ou sem aferíamos o limite de endividamento da Câmara com as amortizações normais que a Câmara Municipal de Lisboa faz. É unicamente isto que está em causa! -----

----- Senhores Deputados, é exatamente a mesma coisa que lhes perguntarmos: Senhores Deputados, na dívida do seu crédito à habitação no final do ano a descontar aquilo que pagou durante o ano ou não desconta aquilo que pagou durante o ano? É só isso que está em causa! E a interpretação que nós hoje estamos a dar resposta é explicarmos que em vez de termos em tese uma tranche de 100, vamos ter 2 tranches de 50, com podemos e 4 de 25 e se *ad initio* se tivéssemos desenhado o contrato para ter 10 tranche de dez nenhum destes problemas estava colocado! Por isso o que nós estamos a discutir é pura e absolutamente intencional sobre uma interpretação da alínea da Lei das Finanças Locais sobre o cálculo do limite de endividamento. -----

----- Acho que esta polémica é absurda, acho que esta polémica faz perder tempo ao Município, à boa gestão da coisa pública e reparem Senhores Deputados, se aqui tivéssemos trazido um crédito bancário com 3 propostas de 3 bancos, de 15 milhões de euros em que a taxa de juro fosse 10 por cento teria sido aprovada aqui no Tribunal de Contas teria visado, porque está dentro do limite dos 55 milhões que são operados em janeiro de capacidade líquida de endividamento, mas, como a interpretação que vinga, isso não teria levantado problemas, aprovar uma tranche em tese de 100 milhões que depois é gasta e a par e passo é acompanhada que em cada gasto é visto se está dentro da capacidade de endividamento, estamos a discutir se ela pode ou não pode ser aprovada! -----

----- Esta polémica é absurda, acho que a divergência sobre a interpretação da Lei só tem uma saída razoável que eu, aliás, julguei que era o que iria unir todos os Partidos e saúdo o Bloco de Esquerda por o ter posto aqui com toda a clareza, porque como é evidente que tem que haver uma alteração legislativa na Lei de Finanças Locais porque a interpretação que está a ser feita é destituída de senso e se a Lei está escrita de forma ambígua, que limita esta dúvida é na minha opinião não está, mas se na opinião do Tribunal está, a Lei tem que ser simplesmente alterada porque a interpretação que é colocada é pura e simplesmente absurda! -----

----- Senhores Deputados, o que está em causa como é evidente que se alguma vez a Câmara imaginasse que alguém faria uma interpretação da Lei como aquela que aqui está feita, *ad initio* teria sido negociado que em vez de cem, cem, cinquenta se faria 5 vezes 50, porque é absolutamente irrelevante! Porque à medida que vai gastando uma tranche reencaminha-se nova tranche do Banco Europeu de Investimentos. -----

----- Ponto de ordem sobre o que está em causa, o que está em causa é uma necessidade de cumprir com uma interpretação do Tribunal de Contas que é naturalmente legítima, porque é um Órgão com competência para o fazer, da qual a Câmara discorda por completo e que motivará um pedido de alteração da Lei, porque

ela não tem sentido do ponto de vista da defesa do interesse público, como a Lei é a que é o Tribunal tem as competências que tem, agimos em conformidade, mas se querem a minha opinião com toda a clareza discutirmos se temos uma tranche de 100 ou se temos de duas de 50, quando cada desembolso em concreto e utilização em concreta, é avaliada perante a capacidade de endividamento é uma bizantinice sem sentido que nos vai motivar a pedir uma alteração à Lei. -----

----- Segunda questão levantada pelos Senhores Deputados, que tem a ver com o comprometimento das verbas e com as limitações dos projetos. Oh Senhores Deputados, vai daí muita confusão ou pelo menos muita opinião contraditória, porque, oh Senhora Deputada Margarida Saavedra, o que nós estamos precisamente a defender e sempre a defendemos na negociação com o BEI é que estabilizadas as grandes áreas, houvesse a flexibilidade da gestão do Programa ao longo do seu ciclo. Agora, quando chegamos aqui, o que a Senhora Deputada pede é o inverso! É: “metam aqui a listagem dos projetos concretos e façam aqui connosco um Pacto de Regime sobre a listagem dos projetos concretos”, olhe Senhora Deputada, eu acho que há um grande consenso, aliás, sobre as grandes áreas, Pactos de Regime mais concretos com o PSD com franqueza os níveis de confiança para o fazer estão a um nível impossível de qualquer nível de detalhe maior! Agora o que nós preservamos, coisa que se calhar, a Senhora Deputada já está com pouca convicção, é que possa haver Executivos com orientações diferentes sobre a execução dos projetos e que devam ter liberdade, e que devam ter, não, não, a quatro, a quatro... Senhora Deputada, se me deixar concluir...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, deu a seguinte indicação: -----

----- “ Senhor Presidente, eu tenho que lamentar que chegou ao fim do seu tempo!” ----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ As áreas que estão definidas no acordo com o Banco Europeu de Investimentos, com liberdades alteração dos projetos em concreto para uma maioria diferente que possa acontecer em 4, 5 ou 6 anos e defender projetos diferentes. A Senhora Deputada enuncia a tese e depois faz a proposta inversa. Inversa, quer dizer, reedifiquem os projetos todos hoje ao gosto da maioria atual. -----

----- Por último gostava de clarificar, gostava de clarificar o ponto colocado relativamente aos Senhores Deputados sobre a questão das competências da Assembleia Municipal relativamente à dúvida que suscitou o ponto desta Proposta, Oh Senhores Deputados, essa Norma ao não existir aqui é um absurdo de uma duplicação do que já são as competências da Assembleia que hoje já acontece! -----

----- A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal são chamadas ao exercício das suas competências na aprovação dos projetos e na utilização dos créditos nos projetos concretos, Senhora Deputada, não haja nenhum equívoco, quando nós lançamos uma empreitada do Plano Geral de Drenagem ou noutra área qualquer, que nomeadamente envolve compromissos plurianuais, a aprovação tem que ser feita nesta Assembleia. Ou é feito em sede orçamental ou é feito em sede própria, e várias vezes aqui fizemos,

mas é necessário introduzir uma camada adicional de um controlo por utilização deste crédito em particular? Mas por que razão? Por que razão é que uma fonte de financiamento que está no Orçamento da Câmara, está nos instrumentos previsionais da Câmara, está em todos os elementos da Câmara, tem um tratamento diferenciado qualquer outra fonte de financiamento? Mas porquê? Porquê introduzir aqui uma competência *ex novo* que a Assembleia não tem e que não faz sentido que tenha porque já as tem quando nós utilizarmos. -----

----- Senhores Deputados, há uma coisa que é bom que fique claro, nós estamos a tratar de um acordo quadro, de um empréstimo quadro que a Câmara tem direito em condições excecionais de financiamento, nós não estamos a tratar das utilizações concretas deste financiamento e as utilizações concretas seguem as regras das competências dos Órgãos. No limite até pode haver um Executivo que entenda que não devemos gastar rigorosamente nada! O que nós garantimos à partida com a nossa gestão é que não só este crédito em condições únicas de financiamento, como nós garantimos que as condições que a Câmara hoje dispõe é que numa utilização integral deste crédito, a utilização de excedentes que a Câmara está a gerar anualmente, para abatimento de crédito que são bastante mais caros, vai fazer com que ano a ano, ao contrário do que já foi propalado falsamente na comunicação social e que o CDS tem dado voz, vai conduzir, obviamente à redução da dívida da Câmara, mesmo utilizando na íntegra este empréstimo, como o seu Vereador aqui explicou com muito detalhe e por isso, Senhores Vereadores, vamos posicionar o que está em causa, isto é o comprimento de uma formalidade legal colocada pelo Tribunal de Contas com o qual eu não concordo com essa interpretação, acho que interpreta a Lei assim, é porque há algo absurdo e que uma interpretação por natureza não é, porque se trata do Órgão de fiscalização, acho que a Lei tem que ser clarificada neste aspeto, mas isto é uma bizantinice, discutir se nós num acordo-quadro tratamos de 2 vezes cem ou de uma vez 50 ou se tratamos de 5 vezes 50, do que é tranches, que não é sequer a sua utilização concreta que vai ser aprovada aqui e que vai ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas projeto a projeto de cada vez que os aprovados. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra queria fazer uma interpelação à Mesa, faz favor de fazer a interpelação à Mesa.-----

----- Eu também enquanto o microfone chega ao lugar da Senhora Deputada queria esclarecer que uma questão que é importante, no ponto número 2. Quando se fala em alteração ao Plano Plurianual de Investimento é precisamente nos mesmos termos em que se faz alterações orçamentais, ou seja, alteração ao Plano Plurianual de Investimentos só pode ser feita na Câmara, se não alterar a listagem completa, se não alterar os valores finais, porque se houver alteração dos valores globais tem que ser uma revisão do plano Plurianual de Investimento tem que vir à Assembleia Municipal.

----- Eu gostava que tivesse isto presente, a diferença entre alteração e revisão, as alterações do orçamento e do plano são competência da Câmara as revisões do

orçamento e da plano são competência da Assembleia Municipal e, portanto, eu gostava que isto ficasse claro para não se pensar que a alteração do plano aqui podia ser qualquer alteração, só pode ser a aquela que é da competência da Câmara evidentemente, se não nem sequer podíamos aprovar que não tínhamos base legal.”----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, eu queria interpelar a Mesa, uma vez que foi aqui apresentado nos documentos vistos que haviam visto da Câmara da Assembleia e do Tribunal de Contas se podia perguntar à Câmara em que data é que o Tribunal de Contas deu visto este parecer? Muito obrigada.-----

----- Aliás, eu já tinha feito a pergunta, não tive foi a resposta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ A Senhora Deputada está a fazer uma pergunta à Câmara, já vamos Senhor Presidente, calma, é que há uma interpelação à Mesa para que eu pergunte à Câmara uma coisa que já foi perguntado à Câmara, portanto, não é exatamente uma interpelação, mas tudo bem.-----

----- O Senhor Deputado Diogo Moura também pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente apenas para dizer que nós fizemos perguntas muito objetivas, pedimos esclarecimentos e pedimos cópias de documentos e, portanto, nem tivemos essas explicações por parte do Senhor Presidente, nem por parte do Senhor Vereador, nem tivemos acesso a documentos essenciais para podermos hoje de forma esclarecida e fundamentada ter esta discussão e, portanto, queria transmitir à Senhora Presidente que nós não vamos participar na discussão desta Proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado, eu lamento. O que o Senhor Deputado fez é uma verdadeira interpelação à Mesa, mas todos os documentos essenciais da Proposta estão no processo que foi posto à consulta e que está aqui e o Senhor Deputado pode vir consultar os documentos todos porque eles têm que estar aqui.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pronto Senhora Presidente, nós falámos neles e a Câmara nem sequer nos respondeu e, portanto, peço imensa desculpa nós não vamos participar. Até porque como o Senhor Vereador João Paulo Saraiva disse nós realmente somos mesmo muito estúpidos e, portanto, se calhar o problema é desta Assembleia.-----

----- Eu apenas lamento é que o PS nestes momentos fique calado e subscreva esta forma e esta postura de estar do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, é algo que eu lamento mas deve ser estupidez nossa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado isso já não é uma interpelação à Mesa, isso é uma opinião sua.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pelo menos deixe-me defender a Assembleia Municipal! Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Eu peço desculpa, a questão que o Senhor Deputado está a colocar é uma questão que é da minha responsabilidade, garantir que os processos que vêm da Câmara vêm completos, com toda a informação necessária para poderem ser apreciados pela Assembleia. O processo está aqui, está na sala, esteve na sala de consultas, foi consultado por todos que os que quiseram consultar e, portanto, o Senhor Deputado não pode invocar que faltam documentos, porque se faltassem documentos, nós não podíamos apreciar esta Proposta, se faltassem documentos não podíamos apreciar esta Proposta, o processo está aqui. -----

----- Eu peço desculpa, mas isto é minha responsabilidade e, portanto, sobre esta matéria, eu assumo a minha responsabilidade, se faltam documentos, esses documentos têm que estar no processo e estão no processo, é a informação que eu tenho e, portanto, é com base nessa informação que eu tenho que o processo está completo e tem os documentos necessários, nomeadamente os documentos que foram pedidos as cópias, os documentos que fazem parte do processo estão no processo, isto tem que ser assim, porque estamos a falar de uma matéria que é que é relevante, evidentemente, não poderíamos estar a apreciar um processo que não tivesse aos documentos necessários e imprescindíveis para a sua votação.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, se faz o favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “ Senhora Presidente, era para dar um esclarecimento muito rápido, eu acho que a Deputada Margarida Saavedra não podia ter feito a demonstração mais cabal de que o PSD não percebe rigorosamente nada daquilo que está a acontecer nem percebe nada sobre o assunto. -----

----- O debate que estamos até a aprovação que estamos a propor desta Proposta é precisamente para obter o visto do Tribunal de Contas, o empréstimo não tenho o visto e, por isso, claro que não! Só pode ter depois desta Assembleia aprovar nos termos em que o Tribunal recomendou para o Tribunal apreciar e apreciando poder emitir o visto!-----

----- Oh Senhora Deputada, é precisamente isto! Oh Senhores Deputados eu acho é notável chegarmos a este ponto a Reunião, do Debate e todo este processo e ainda não terem percebido que este processo se destina a obter o visto do Tribunal de Contas. Acho notável! Notabilíssimo!-----

----- E Senhores Deputados, volto a insistir na matéria, a diferença que existe face ao projeto inicial é que a diferença que está colocada, é que a diferença das tranches, em

vez de ser cem, cem e cinquenta é 50 50 50 50 50, cinco vezes 50, porquê? Porque isto fica dentro do patamar que à cabeça, não contando com qualquer amortização a Câmara usa. Oh Senhores Deputados, eu até se tivesse imaginado que isto demoraria o tempo teria proposto 10, 10, 10, 25 vezes 10, se isso deixava as pessoas tranquilas. É nisto que estamos a trabalhar, intendência. -----

----- Senhor Deputado Diogo Moura, Senhor Deputado, para dizer em primeiro lugar que acho que a intervenção do Vereador foi bastante a adequada na sua explicação da sua substância. Toda a informação com o que o Senhor Deputado quer está disponível em todos os instrumentos da Câmara que foram aprovados e se há uma coisa que quero dizer é o seguinte: se há aquilo que eu não subscrevo é a estratégia e a forma com que o CDS está a decidir fazer a sua ação política, porque basicamente o que anda a tentar fazer é uma campanha de casos na base de um conjunto de insinuações, de mentiras, de falsidades que não têm qualquer relação com a natureza das coisas estão a ser tratadas e sobre isso o que posso dar é a mais veemente denuncia e vou-lhe dizer, tudo o que tem dito sobre esta matéria é falso e factualmente desmentível, fazem uma campanha na base dos ditos factos alternativos e dos factos querem criar, será o vosso problema, mas contarão sempre com a nossa denúncia. Muito obrigado.” -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhores Deputados, creio que ficou claro que não há visto do Tribunal de Contas razão pela qual, aliás, estamos a apreciar esta proposta, precisamente porque ainda não há visto do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas suscitou dúvidas e é para esclarecer essas dúvidas de que não pode haver visto o Tribunal de Contas e, por isso é que estamos aqui a apreciar a proposta que até essa pergunta da Senhora Deputada que fez a interpelação à Mesa e creio que temos os dados necessários para tirar as conclusões.-----

----- Senhores Deputados não vale a pena estarmos com apartes, que eu não os ouço, o Senhor Deputado já não tem tempo. É uma interpelação à Mesa, interpele a Mesa se faz favor. É a Senhora Presidente da 1ª Comissão que está a fazer uma interpelação à Mesa, se faz favor.-----

----- Senhores Deputados, eu pedia o vosso silêncio para a Mesa conduzir os Trabalhos, há uma interpelação à Mesa que foi feita pelo PSD, foi feita uma interpelação à Mesa pelo CDS-PP e há um pedido de interpelação à Mesa, a Senhora Deputada, Presidente da 1ª Comissão, faz favor de interpelar a Mesa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Presidente da 1ª Comissão, Irene Lopes (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “ Senhora Presidente, é que eu acho isto muito estranho, como Presidente da 1ª Comissão, o CDS nunca requisitou nenhum elemento a mais relativamente a esta proposta, nem na audição e nem ontem esteve presente na aprovação deste Parecer, portanto, ontem foi a discussão Parecer e o CDS teve ausente da Comissão, portanto, eu estranho muito tudo o que foi aqui afirmado, porque tudo quanto são necessários documentos na Comissão nós pedimos e a Presidente da Assembleia Municipal tem sempre ocasião de nos fazer remeter todo o material que tem e que falta. -----

----- Não foi o caso, não se verificou qualquer falta nem o CDS manifestou nas várias Reuniões que tivemos sobre isto qualquer posição, aliás, primou pela ausência! Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Deputada, não há propriamente uma resposta que a Mesa possa dar, a Mesa está a tentar dar os esclarecimentos quando é interpelada, aqueles que têm e que pode dar. -----

----- Sendo assim, vamos passar... Eventualmente as outras também não teriam sido, mas eu aceitei o tratamento para uns e aceito igual para todos e assim prosseguimos os nossos Trabalhos. -----

----- Senhores Deputados nós vamos prosseguir, eu pedia a vossa atenção, nós temos que fazer uma votação nominal, tem que haver silêncio na sala Senhores Deputados, senão é impossível conduzir os trabalhos. -----

----- Senhores Deputados peço a vossa paciência e a vossa atenção, vamos a pôr à votação a Proposta 70/CML/2017 nos termos legais, ela tem que ser votada pela maioria absoluta, aprovada, se for aprovada pela maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, o que significa que temos que fazer votação nominal nos termos do nosso Regimento, como foi pedida a separação de pontos, nós temos o ponto 1 e o ponto 3 que podem ser votados em conjunto e o ponto 2 é uma segunda votação, portanto, temos duas votações nominais, portanto pedia atenção porque a Mesa tem que fazer isto com atenção e para não falharmos. -----

----- Portanto, temos duas votações nominais a primeira questão que vai ser posta em votação nominal é a aprovação dos pontos 1 e 3 e eu peço aos Senhores Deputados que tenham os cartões convosco e a Mesa quando a chamar o nome peço ao Senhor Deputado correspondente que levante o cartão verde, vermelho ou branco consoante o seu voto, e vamos começar.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária Rosa Maria Carvalho da Silva** fez a seguinte chamada de Deputados para a primeira votação nominal da Proposta 70/CML/2017, referente aos pontos 1 e 3: -----

----- “Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro – ausente. -----

----- Ana Maria Gaspar Marques – vota a favor. -----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Batista – vota a favor. -----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo – vota a favor. -----

----- André Nunes de Almeida Couto – vota a favor. -----

----- António Modesto Fernandes Navarro – vota a favor. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho – vota a favor. -----

----- Belarmino Ferreira Fernandes da Silva - vota a favor. -----

----- Carla Cristina Ferreira Madeira – vota a favor. -----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos – vota a favor. -----

----- Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira – vota a favor. -----

----- Davide Miguel Santos Amado – vota a favor. -----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues – ausente. -----

----- Fábio Martins de Sousa – vota a favor. -----  
 ----- Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp – vota contra. -----  
 ----- Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa – ausente. -----  
 ----- Floresbela Mendes Pinto – vota a favor. -----  
 ----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo – vota a favor. -----  
 ----- Hugo Filipe Xambre Bento Pereira – vota a favor. -----  
 ----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes – vota a favor. -----  
 ----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro – ausente. -----  
 ----- João Luís Valente Pires – vota a favor. -----  
 ----- João Manuel Costa de Magalhães Pereira – vota contra. -----  
 ----- José Alberto Ferreira Franco – vota a favor. -----  
 ----- José António Cardoso Alves – ausente. -----  
 ----- José António Nunes do Deserto Videira – vota a favor. -----  
 ----- José Luís Sobreda Antunes – vota a favor. -----  
 ----- José Manuel Marques Casimiro – vota a favor. -----  
 ----- José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão – vota a favor. -----  
 ----- José Roque Alexandre – vota a favor. -----  
 ----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira – vota contra. -----  
 ----- Mafalda Ascensão Cambeta – vota contra. -----  
 ----- Manuel Malheiro Portugal do Nascimento Lage – vota a favor. -----  
 ----- Margarida Cármen Nazaré Martins – vota a favor. -----  
 ----- Margarida Maria Moura Saavedra – vota contra. -----  
 ----- Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira – vota a favor. -----  
 ----- Maria da Graça Resende Pinto Ferreira – vota a favor. -----  
 ----- Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta – vota a favor. -----  
 ----- Maria Irene dos Santos Lopes – vota a favor. -----  
 ----- Maria Luísa de Aguiar Aldim – ausente. -----  
 ----- Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso – vota a favor. -----  
 ----- Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro – vota a favor. -----  
 ----- Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira – vota a favor. -----  
 ----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça – vota a favor. -----  
 ----- Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos – vota a favor. -----  
 ----- Miguel Tiago Crispim Rosado – ausente. -----  
 ----- Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura – vota a favor. -----  
 ----- Nuno Ferreira Pintão – vota a favor. -----  
 ----- Patrícia de Oliveira Caetano Barata – vota contra. -----  
 ----- Pedro Miguel de Sousa Barroca Martim Cegonho – vota a favor. -----  
 ----- Ricardo Amaral Robles – vota a favor. -----  
 ----- Ricardo Manuel Azevedo Saldanha – vota a favor. -----  
 ----- Rita Susana da Silva Guimarães Neves – vota a favor. -----  
 ----- Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva – vota contra. -----  
 ----- Rosa Maria Carvalho da Silva – vota contra. -----  
 ----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo – vota a favor. -----



----- Rute Sofia Florência Lima de Jesus – vota a favor.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo – ausente.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado – ausente.-----

----- Vasco Miguel Ferreira dos Santos – vota contra.-----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves – vota contra.-----

----- João Diogo Santos Moura – ausente.-----

----- José Vítor dos Reis – vota a favor.-----

----- Rosa Lourenço – vota a favor.-----

----- Carlos Sérgio da Silva Braga – vota a favor.-----

----- Luís Alberto Lucas Lopes – vota a favor.-----

----- Pedro Manuel Cunha da Silva Ribeiro – vota contra.-----

----- Susana Maria da Costa Guimarães – vota a favor.-----

----- Luís Manuel Inês Cavaco – vota a favor.-----

----- Ana Paula da Silva Viseu – vota a favor.-----

----- Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César – vota a favor.-----

----- Nélson Pinto Antunes – vota contra.-----

----- Luís Graça Gonçalves – vota contra.-----

----- Francisco Alves da Silva Ramos – vota a favor.-----

----- Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz – vota a favor.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora os Senhores Deputados aguardam um pouco enquanto a Mesa faz a contabilização ou podemos fazer a chamada já do ponto 2 e contamos os dois, é melhor assim.-----

----- Vamos passar então, votámos agora os pontos 1 e 3, vamos passar agora à votação nominal do ponto 2.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária Rosa Maria Carvalho da Silva** fez a seguinte chamada de Deputados para a primeira votação nominal da Proposta 70/CML/2017, referente ao ponto 2:-----

----- “Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro – ausente.-----

----- Ana Maria Gaspar Marques – vota a favor.-----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Batista – vota contra.-----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo – vota a favor.-----

----- André Nunes de Almeida Couto – vota a favor.-----

----- António Modesto Fernandes Navarro – vota contra.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho – vota a favor.-----

----- Belarmino Ferreira Fernandes da Silva - vota a favor.-----

----- Carla Cristina Ferreira Madeira – vota a favor.-----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos – vota contra.-----

----- Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira – vota contra.-----

----- Davide Miguel Santos Amado – vota a favor.-----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues – ausente.-----

----- Fábio Martins de Sousa – vota contra.-----

----- Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp – ausente. -----  
 ----- Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa – vota contra.-----  
 ----- Floresbela Mendes Pinto – vota a favor.-----  
 ----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo – vota a favor. -----  
 ----- Hugo Filipe Xambre Bento Pereira – vota a favor. -----  
 ----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes – vota a favor. -----  
 ----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro – ausente. -----  
 ----- João Luís Valente Pires – vota a favor. -----  
 ----- João Manuel Costa de Magalhães Pereira – vota contra.-----  
 ----- José Alberto Ferreira Franco – vota a favor. -----  
 ----- José António Cardoso Alves – ausente.-----  
 ----- José António Nunes do Deserto Videira – vota a favor.-----  
 ----- José Luís Sobreda Antunes – vota contra. -----  
 ----- José Manuel Marques Casimiro – vota contra. -----  
 ----- José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão – vota a favor.-----  
 ----- José Roque Alexandre – vota a favor. -----  
 ----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira – vota contra. -----  
 ----- Mafalda Ascensão Cambeta – vota contra.-----  
 ----- Manuel Malheiro Portugal do Nascimento Lage – vota a favor.-----  
 ----- Margarida Cármen Nazaré Martins – vota a favor. -----  
 ----- Margarida Maria Moura Saavedra – vota contra. -----  
 ----- Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira – vota a favor.-----  
 ----- Maria da Graça Resende Pinto Ferreira – vota a favor. -----  
 ----- Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta – vota a favor. -----  
 ----- Maria Irene dos Santos Lopes – vota a favor.-----  
 ----- Maria Luísa de Aguiar Aldim – ausente. -----  
 ----- Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso – vota a favor. -----  
 ----- Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro – vota a favor. -----  
 ----- Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira – vota a favor. -----  
 ----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça – vota a favor.-----  
 ----- Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos – vota a favor. -----  
 ----- Miguel Tiago Crispim Rosado – ausente. -----  
 ----- Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura – vota a favor. -----  
 ----- Nuno Ferreira Pintão – vota a favor. -----  
 ----- Patrícia de Oliveira Caetano Barata – vota contra.-----  
 ----- Pedro Miguel de Sousa Barroca Martim Cegonho – vota a favor.-----  
 ----- Ricardo Amaral Robles – vota contra. -----  
 ----- Ricardo Manuel Azevedo Saldanha – vota a favor.-----  
 ----- Rita Susana da Silva Guimarães Neves – vota a favor.-----  
 ----- Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva – vota contra. -----  
 ----- Rosa Maria Carvalho da Silva – vota contra. -----  
 ----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo – vota a favor.-----  
 ----- Rute Sofia Florência Lima de Jesus – vota a favor.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo – ausente.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado – ausente.-----

----- Vasco Miguel Ferreira dos Santos – vota contra.-----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves – vota contra.-----

----- João Diogo Santos Moura – ausente.-----

----- José Vítor dos Reis – vota contra.-----

----- Rosa Lourenço – vota a favor.-----

----- Carlos Sérgio da Silva Braga – vota a favor.-----

----- Luís Alberto Lucas Lopes – vota a favor.-----

----- Pedro Manuel Cunha da Silva Ribeiro – vota contra.-----

----- Susana Maria da Costa Guimarães – vota a favor.-----

----- Luís Manuel Inês Cavaco – vota a favor.-----

----- Ana Paula da Silva Viseu – vota a favor.-----

----- Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César – vota a favor.-----

----- Nélson Pinto Antunes – vota contra.-----

----- Luís Graça Gonçalves – vota contra.-----

----- Francisco Alves da Silva Ramos – vota contra.-----

----- Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz – vota contra.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, a Mesa agora pede uns três minutos só para fazermos a contabilidade dos votos. Há uma segunda chamada, é isso que o Senhor Deputado está a pedir, esta é uma segunda chamada e nós demos como ausente da sala e Deputado Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa e ele estava realmente ausente da sala.-----

----- Estou agora a fazer uma segunda chamada, Senhores Deputados, é muito frequente nas votações nominais fazer-se uma verificação se alguém ficou por votar e, portanto, a Mesa não tem dúvidas em fazer esta segunda chamada, o Senhor Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa afinal não está ausente da sala. Qual é a sua votação? É contra.-----

----- O Senhor Deputado entrou no decurso da votação, eu vi-o entrar no decurso da votação, é só no ponto 2 porque a outra votação já está encerrada e já não se justifica, agora no decurso da votação podemos sempre considerar.-----

----- Peço um intervalo de uns três minutos para nós contabilizarmos as votações.-----

----- Senhores Deputados, podem retomar os vossos lugares, a Mesa já conferiu as votações, estão certinhas e vamos então fazer o anúncio do resultado: **Os pontos 1 e 3 da proposta 70/CML/2017** foram aprovados com a seguinte votação: **A Favor- 52; Contra- 13**; Abstenções não houve; e **10 Deputados ausentes**, o que perfaz o total de 75 e os 52 também perfazem o total da **maioria absoluta** de Deputados em efetividade de funções.-----

----- Vamos passar agora ao **ponto 2** cujos resultados foram os seguintes: **Votos contra – 24**; Abstenção não houve; **Votos a Favor- 41**; **Ausentes- 10**; na totalidade 75 Deputados e os 41 votos a favor perfazem a **maioria absoluta** de Deputados em

efetividade de funções, portanto a totalidade da proposta está aprovada em votação nominal, com a maioria absoluta dos Senhores Deputados em efetividade de funções. -

----- Obrigada pela vossa colaboração. -----

----- Um momento só, o Senhor Deputado Magalhães Pereira pede a palavra para? É uma Declaração de Voto do PSD. O Senhor Deputado Ricardo Robles, do BE, no mesmo sentido. Portanto, irão ambos entregar uma Declaração de Voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “ Nos termos previstos no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa em vigor, o Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia apresenta Declaração relativa ao seu Voto Desfavorável a todos os termos da **Proposta n.º 70/2017**, de forma individual e coletiva em Votação Nominal, para **Aditamento ao Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo a contratar junto do BEI**, apreciada em Plenário da Assembleia Municipal em 14MAR17.-----

----- De facto, encontram-se na Proposta irregularidades, omissões, decisões erradas e tardias, tudo ferindo profundamente os interesses de Lisboa, como se descreve: -----

----- 1. A Proposta n.º 70/2017 começa por propositadamente errar na sua própria designação, ao denominar **Aditamento ao Contrato de Empréstimo** ao que muito claramente se trata de alteração substancial dos montantes, condicionantes e objetivos do Contrato firmado com o Banco Europeu de Investimentos. -----

----- 2. E também não procede, nem é admissível que, para justificar uma decisão errada anterior, se queixem de que a situação obriga a despender mais recursos próprios nos investimentos municipais, em vez de amortizar dívida cara e que o Presidente da Câmara afirme, tanto em sede de debate em Câmara, como perante a Assembleia Municipal de Lisboa, que o Tribunal de Contas faz uma interpretação da Lei das Finanças Locais desprovida de qualquer sentido. -----

----- 3. Arma-se o Presidente da Câmara em árbitro jurídico da correta interpretação legal, substituindo-se à competência dos tribunais, revelando-se assim incapaz de aceitar a evidência de uma má, péssima, decisão ao contratar com o BEI nos termos da Proposta n.º 605/2016, como decidiu fazê-lo, contando com a obediência da maioria de que ocasionalmente ainda desfruta.-----

----- 4. A falta de rigor que adotou ao desconsiderar os limites legais de endividamento em termos anuais é, essa sim, a causa dos transtornos que confessa terem sido causados à Cidade.-----

----- 5. Diga-se ainda que a decisão agora tomada de reduzir o montante do Empréstimo e espertamente dividir o Programa em duas parcelas anuais, deixa de ponderar a total impossibilidade de acomodar ou sequer iniciar no ano em curso as obras ou intervenções cujo valor compõe o respetivo montante anual. -----

----- 6. Resta sublinhar a flagrante inversão de prioridades que estas circunstâncias descobrem, não só na reduzidíssima expressão do investimento em Habitação Social e Bairros Municipais, relevando a enorme insensibilidade da Câmara quanto ao problema habitacional em Lisboa, mas também pelo muito recente dispêndio de montantes elevadíssimos em obras de fachada, sumptuárias e marcadamente

ideológicas, em detrimento da execução urgente do Plano de Drenagem e conservação de coletores e outras intervenções verdadeiramente essenciais para a Cidade. -----

----- 7. O comportamento contumaz da Câmara neste assunto, não permite que a posição do Grupo Municipal do PPD/PSD seja diferente de VOTO CONTRA.” -----

----- O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE) não apresentou a Declaração de Voto) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, terminámos este ponto da nossa Ordem de Trabalhos e vamos agora passar sobre esta Proposta há uma Recomendação da 1ª Comissão que, no fundo é relativamente simples, é no sentido de a Câmara enviar, naturalmente à Assembleia Municipal os reportes semestrais sobre a execução deste Programa de investimentos e deste financiamento.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 3/135, RESULTANTE DO PARECER DA 1ª. COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA Nº. 70/CML/2017 – SUBSCRITA PELA 1ª. C.P. – ADITAMENTO AO EMPRÉSTIMO DO BEI – TENDO PRESENTE O PARECER APROVADO POR MAIORIA PELA 1ª. COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA Nº. 70/CML/2017, RELATIVA AO ADITAMENTO AO EMPRÉSTIMO DO BEI, A 1ª. COMISSÃO PERMANENTE PROPÕE AO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUE RECOMENDE À CÂMARA A REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REPORTES, A FAZER EM BASE SEMESTRAL, SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS LISBOA XXI E DESTE FINANCIAMENTO;** -----

----- (A Recomendação 3/135 da 1ª. C.P anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ A Mesa vai pôr à vossa consideração a **Recomendação, 3/135**. Senhores Deputados, estamos em votação, eu pedia a vossa atenção, a Recomendação 3/135 da 1ª Comissão. Não há votos contra e nem abstenções. **Aprovada por unanimidade.** -----

----- Agora sim, terminámos este ponto e vamos passar a outro ponto da nossa Ordem de Trabalhos que são as Perguntas à Câmara.” -----

----- **PONTO 3 - PERGUNTAS À CÂMARA – ESTA SESSÃO FOI, AINDA, DEDICADA A PERGUNTAS Á CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM OS TEMAS INCLUÍDOS NO ANEXO DA CONVOCATÓRIA, E AO ABRIGO DO ARTIGO 42º. DO REGIMENTO;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Os Senhores Deputados têm convosco a lista das perguntas que foi apresentada, e portanto, estamos em condições de, quem é que estão dos Senhores Deputados escritos para dar a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra fez as seguintes perguntas à Câmara: -----

----- “ Muito obrigada, eu tinha uma fotografia que pedia o favor de projetarem. -----

----- Senhores Deputados, esta é a Rua Alves Redol para quem não saiba esta Rua liga a Rua Marquês de Fronteira à Praça de Espanha, a Sete-Rios, à Radial de Benfica, à 2ª Circular e ao Eixo Norte-Sul entre todas. Ora, regularmente, esta Rua apresenta este estado que eu passo a mostrar e, como aparentemente, não foi prevista, julgo eu, água de rega automática os Senhores Deputados hão de verificar que regularmente, na faixa esquerda que é na faixa de ultrapassagem está o carro da Câmara com um funcionário a regar as plantas sem qualquer espécie de sinalização ou prévia sinalização. Isto quer dizer duas coisas, em primeiro lugar, isto é um risco para o desgraçado deste funcionário que está ali porque leva com um carro em cima, como não pode deixar de ser, é um risco para o condutor do carro, porque vai numas da faixa esquerda de ultrapassagem e sem qualquer pré sinalização apanha com o carro da Câmara, primeiro apanha com o funcionário, é claro, na faixa esquerda. Não há qualquer sinalização, isto é uma situação regular e a pergunta que nós fazemos é que medidas é que a Câmara toma para acautelar isto, eu chamo a atenção que esta via, pelo no movimento que esteja, ainda que estejam assinaladas estas situações, que não estão, como se vê não estão, quando estão assinaladas passa a uma rodagem e, portanto, eu quero saber com que base é que este plano de mobilidade foi feito. -----

----- Há ainda outra coisa, que podem ver mais adiante, é que as espécies arbustíferas que os Senhores plantaram lá quando crescem invadem a faixa esquerda de rodagem, portanto, começam a roçar e a riscar os carros que estão na faixa esquerda de rodagem. -----

----- A pergunta que eu faço é exatamente esta: que medidas é que a Câmara fez para acautelar isto ou se não fez medidas nenhuma, como é que a Câmara justifica por sistematicamente em perigo a segurança dos cidadãos e dos funcionários, e dos funcionários, esta é a primeira pergunta. -----

----- A segunda pergunta prende-se com o MUDE. O MUDE foi adquirido por 21.700 milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos em 2009, sob proposta do Senhor Vereador Manuel Salgado, entrou em funções, decorridos 6 anos vem a Câmara alegar que o estado de conservação deste edifício é, e eu vou citar para o Senhor Vereador Manuel Salgado “se houver um tremor de terra, este edifício é o primeiro a cair”, para esse efeitos a Câmara pediu agora mais 6,4 milhões de euros para obras no MUDE. Eu pergunto duas coisas, primeiro destes 6,4 milhões de euros, quais são aqueles que são destinados a reforço estrutural? E em segundo, como é que um defeito tão grande não foi previsto quando a Câmara fez a compra do dito edifício por 21,7 milhões de euros? -----

----- Eu era Vereadora na altura, votei contra e levante estas questões, 6 anos depois verificam-se que elas são pertinentes. -----

----- A terceira questão prende-se com uma Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa sobre a Colina de Santana que foi aprovada por unanimidade, e que diz o seguinte: “Recomendar à Câmara que aprofunde para o território da Colina, a

avaliação e monitorização dos riscos naturais e entrópicos identificados na subsecção 3” e etc., etc. “e que recorra a entidades especializadas, nomeadamente o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Instituto Superior Técnico, devendo as conclusões restantes dessa análise vir a integrar as medidas a incluir no PAT”.

-----  
----- Ora, eu pergunto em que data foram feitas estas diligências, o junto do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e do Instituto Superior Técnico, uma vez que já lá vão 3 anos, seguramente, foram efetuadas diligências porque foi aprovado por unanimidade nesta Câmara e a segunda pergunta é em que Estado é que estão os estudos de monitorização?

----- A quarta pergunta prende-se com o Caracol da Penha. Houve uma Recomendação aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa em dezembro de 2016 em que refere o seguinte: “ diligencie a Câmara junto da EMEL para que esteja garantida com maior urgência a contenção de terras, eventualmente ameaçada pela paragem de obras, garantindo assim a segurança do local e a contenção do talude. Eu pergunto quem está a proceder a estas referidas obras e qual é o ponto da situação, uma vez que a EMEL não constrói lá o parque de estacionamento. Eu queria saber, não a Câmara, mas que entidade específica da Câmara é que o está a fazer e em que ponto é que está? Eu chamo a atenção dos Senhores Deputados que estas duas últimas questões se revelem pertinentes, porque se sabe que em algumas situações de Lisboa, há, de facto, riscos de deslizamentos de terras e riscos de derrocada como, aliás, se viu recentemente a na Damasceno Monteiro e que algumas Recomendações que datam de há 3 anos, presumo que tenham tido bom ouvido e que tenham bom encaminhamento.

----- A quinta pergunta prende-se com os solos contaminados do Hospital da CUF. Oh Senhor Vereador, se está lembrado, a Proposta 112/2016 propôs-se consignar uma parcela de terreno na Rua Mário Botas para a constituição do direito de superfície em subsolo. Eu na altura, fiz-lhe uma pergunta, que reitero, e volto a dizer que era o seguinte: a Câmara alienou esta parcela em direito de superfície pelo prazo de 99 anos para um parque de estacionamento em subsolo com 5 pisos e com capacidade previstas para 312 lugares, ora, sabendo a Câmara que os terrenos tinham sido os descontaminados até à profundidade de 12 metros, sabendo que 5 pisos ultrapassam largamente os 12 metros, eu perguntei e volto a perguntar como é que no ponto 6.1 de hasta pública diz que “o Município de Lisboa tem obrigação de entregar ao superficiário a parcela de terreno no estado em que se encontra, livre de ónus ou encargos”, tanto quanto me parece a descontaminação dos solos acarreta encargos, senão ónus e a pergunta que eu faço é sabendo a Câmara dos 12 metros, a verdade é que vai alienar uma parcela em que, pelo menos, é necessários escavar até aos 15. Eu quero saber como é que a Câmara vai resolver este problema? Muito obrigada.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada, o PSD colocou 7 questões, a Senhora Deputada esgotou já 5 delas. Eu lembro aos Senhores Deputados que o formato destas

Sessões, eu vou voltar a ler o que está no site da Assembleia, uma vez que isto não foi transposto para o Regimento. -----

----- O formato do debate foi consensualizado em 2014 é o seguinte: cada Deputado faz a pergunta ou perguntas, seguindo-se de imediato a resposta da Câmara. -----

----- Havendo mais do que um Deputado do mesmo grupo ou do conjunto dos Deputados Independentes que se tenham inscrito há uma segunda ronda de intervenções, caso a Câmara não tenha tempo a responder a todas as questões a Mesa negocia a cedência de tempo com os Grupos Municipais ou Deputados Independentes que dele disponham e se um Deputado pretender repetir a pergunta pode fazê-lo na ronda seguinte e tem que voltar a inscrever-se para o efeito. Estas são as regras. -----

----- Eu de imediato passo a palavra a Câmara e peço que tenham em atenção a gestão do vosso tempo uma vez que há muitas perguntas para responder e o tempo é reduzido. Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às questões postas: -----

----- “Muito Boa-tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente, muito boa-tarde a todos os presentes. -----

----- Bom esta pergunta, a primeira pergunta, tal como nos foi endereçada é que medidas de segurança tomou a Câmara para trabalhos de manutenção das faixas verdes de separação das vias, portanto, dito assim era um pouco difícil de colocar ou de definir expressamente a resposta. -----

----- Calha que por acaso eu conheço este caso, o caso de Alves Redol, portanto, aquilo que acontece é que foram escolhidos espécies resistentes à estiagem e durante uma fase de aclimação têm de ser regadas portanto, a opção foi não pôr sistema de rega permanente, mas sim fazer a rega e há um acordo com a Junta de Freguesia em que esta manutenção na fase inicial, será mantida entre a Junta e os Serviços da Câmara Municipal. -----

----- A segunda pergunta tem a ver com o MUDE. O MUDE tem um orçamento de aquisição que já foi referido, 21 milhões, tem um valor de adjudicação de uma empreitada de 6.448.798 euros, mais IVA, dos quais 1 milhão 135.786, mais IVA, diz respeito à verba para a consolidação da estrutura. -----

----- Em relação à pergunta seguinte, Colina de Santana, aquilo que a Câmara fez tem 2 níveis de resposta diferente, primeiro conforme já aqui foi dito na Assembleia Municipal a Câmara Municipal está a elaborar um documento, portanto, uma carta geotécnica de Lisboa e com verbas do QREN iniciou, do QREN 2015, iniciou e lançou um procedimento para o desenvolvimento da Plataforma Informática Geosiga, que consiste em carregar todo o banco de informação correspondente a sondagens realizadas na Cidade de Lisboa que numa plataforma que permite o conhecimento exaustivo do subsolo da Cidade e, a partir daí, com instituições como Laboratório Instituto Superior Técnico fazer as cartas de caracterização geológica e caracterização hidrogeológica da Cidade de Lisboa e permitir ter um conhecimento bem mais exato sobre as situações de risco que aquelas que existem, neste momento. Este documento



está a ser elaborado, ficará está previsto seja concluída em novembro de 2017, mas, independentemente disso, portanto, de um total de 9 mil sondagens, 70 por cento já estão carregadas já estão nesta base, mas, independentemente disso foi feito o reconhecimento, edifício a edifício da Colina de Santana, verificou-se que os edifícios que estão num estado razoável e não de detetam ou não apresentam indícios de problemas de movimentação de terra, com a exceção de 3 edifícios, 2 municipais, ex municipais porque aliás já foram alienados e um da Santa Casa da Misericórdia que foram afetados pelas obras de construção dos edifícios da EPUL no Martim Moniz. ----

----- Em relação à pergunta do Caracol da Penha a EMEL elaborou um projeto para construção de um jardim com 2 plataformas de estacionamento. Iniciou a realização da obra com a demolição de edifícios. Este projeto está concluído e revisto e prevê a construção de um conjunto de muros de suporte para contenção daquela encosta. Recentemente, portanto, no Orçamento participativo de 2016 e 2017 saiu vencedora, uma proposta que propõe transformar o Caracol da Penha num jardim e simultaneamente foi possível encontrar um espaço alternativo para estacionamento sem 50 veículos na Freguesia da Penha de França e, a partir daí que avançou a proposta de um jardim no Caracol da Penha e o grupo de cidadãos que candidatou esta proposta está a elaborar o Programa para o jardim, portanto, a nossa intenção é com base no projeto já feitos de consolidação da encosta integrar agora a proposta de jardim com as valências que forem definidas por este grupo de cidadãos num processo participativo, muito intenso, feito os moradores da Freguesia da Penha de França. -----

----- Em relação à última pergunta sobre solos contaminados e especificamente sobre a pergunta colocada pela Senhora Deputada Margarida Saavedra, quando a Câmara alienou em direito de superfície a área para o estacionamento e é preciso ficar claro que não e é nessa situação que se detetaram os solos contaminados, não é nessa situação que se detetaram solos contaminados, a Câmara Municipal alienou porque recebeu os terrenos da Parque Expo já descontaminados, mais, no tempo no tempo em que o PSD era Governo desta Câmara pagou à Parque Expo os custos da descontaminação dos solos, pagou à Parque Expo os custos da descontaminação dos solos, se os solos não estão dos contaminados como deveriam estar, deveriam se calhar, os Senhores terem verificado na altura quando fizeram os respetivos pagamentos. -----

----- Aquilo que, neste momento se passa é que relativamente aos solos contaminados na obra do Hospital, eles estão a ser controlados através de uma Comissão constituída pela APA, a Agência Portuguesa do Ambiente, pela CCDR pelo IGAMAOT, pela ARS de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e pela Direção-geral de Saúde, que têm estado a monitorizar a situação, já todos os solos contaminados saíram daquela zona, estão a ver que soluções devem ser tomadas em relação aos solos que ficam por baixo da laje de fundo e a fazer uma monitorização da qualidade do ar, Relatório que está previsto ser concluído durante este mês de março. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Partido Socialista colocou quatro questões, vamos ver qual delas é que o Senhor Deputado vai apresentar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas à Câmara:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, eu venho colocar questões relativas às obras na Escola Mestre Querubim Lapa. Recordar que esta escola abrigou alguns anos, as 4 escolas de Campolide, as 4 escolas públicas de Campolide, sendo uma das grandes da Cidade de Lisboa e as obras que se iniciaram nesta escola, decorrem já há mais de 2 anos, sendo que temos aqui um prazo já largamente ultrapassado e obras que continuam a avançar infelizmente a passo de caracol. Mais recentemente, como se não bastasse a demora das obras, surgiram 2 questões que a Junta de Freguesia e da Associação de Pais levantaram fortes motivos de preocupação.-----

----- Primeiro fotografias que circularam a de um empreiteiro a trabalhar cerca das 8 e meia da manhã com as crianças a passarem a por baixo do canal que estava a fazer a distribuição do betão, isto mesmo à porta da escola sem que houvesse nenhum tipo de intervenção, nem da Diretora da Escola nem tanto quanto sabemos de ninguém junto empreiteiro e mais recentemente a semana passada com um menino do Jardim de Infância que foi apanhado chorar, a caminhar sozinho ao longo da Avenida Miguel Torga.-----

----- Sabemos que há aqui uma parte as questões que não são competência da Câmara Municipal de Lisboa, mas que a e a peço à Senhora Vereadora também ao Departamento Municipal de Educação que possam intervir junto ao Agrupamento de Escolas e também diretamente junto da Diretora da própria escola, mas naquilo que diz respeito, nomeadamente à questão das obras saber e pedir, eu já tive e tenho sempre, tenho ouvido do Departamento Municipal de Educação duas palavras de 6 em 6 meses, que é Natal e Páscoa, Natal e Páscoa, já estão um bocadinho farto, confesso, de ouvir Natal e Páscoa. Acho que é importante que se defina um prazo final para a esta obra terminar e que, de alguma forma se possa também agir junto do empreiteiro que não está a demorar, isto porque mais recentemente isto vai também acentuar-se o próximo ano letivo. Aquilo que está a acontecer é um forte desinvestimento na Escola por parte da Direção do Agrupamento de Escolas, neste momento já só existe um professor titular nesta escola, os pais estão a toda a força a tentar retirar as crianças da Mestre Querubim Lapa e a colocá-las noutros locais e, portanto, acho que é importante que haja aqui uma ação conjunta da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Naquilo que precisarem de nós, para conseguirmos terminar rapidamente as obras invertermos este ciclo que está a atingir a escola Mestre Querubim Lapa, que recorde é a única escola pública de Campolide. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Quem é que responde? Senhora Vereadora Catarina Albergaria? Certo.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Albergaria**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito boa-tarde Senhora Presidente e Mesa, muito boa-tarde Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, boa-tarde aos Senhores e Freguesia Deputados Municipais. -----

----- Portanto, o que me cumpre aqui a prestar este esclarecimento devido, prende-se primeiro por 3 fases, a primeira fase foi que esta obra atrasou bastante devido ao ginásio, quando foram fazer o ginásio, portanto, este projeto tinha um ginásio grande que pudesse também servir ali a Freguesia e a Escola e quando foram fazer as obras do ginásio, portanto, aparecer infraestruturas no subsolo que não estavam cadastradas, o que obrigou a Câmara Municipal a fazer a alteração do projeto e o consequente desvio das colunas das condutas de saneamento e depois, o necessário reforço estrutural da parte do ginásio. -----

----- Resvalou imenso o prazo e o empreiteiro, para além disso, também se atrasou depois a fazer o reforço das estruturas. A segunda parte voltou a atrasar-se foi minha culpa, ou seja, fui visitar a obra e reparei que estavam a fazer o ginásio muito bonito, grande, enorme, com todas as condições, estavam a fazer obras numa das alas e estavam a fazer obras na outra das alas, deixando um bloco central sem obras e não tendo aquela escola de cozinha, iria ficar na mesma escola sem cozinha não fazia sentido, porque a Câmara Municipal tem um Programa “Crescer Saudável” e um dos pontos essenciais quando há uma requalificação das obras da escola é justamente proporcionar à escola uma cozinha e um refeitório agradável de forma que as crianças possam ter as suas refeições confeccionadas no local. -----

----- Portanto, não fazendo obras no refeitório e na cozinha não me faria sentido, de maneira que reuni com o PIPARU, reuni com as obras e pedi se seria possível fazer a alteração do projeto e fazermos, visto que íamos ter obras naquele momento, já estava, portanto, o mal necessário já estava a decorrer em que o faríamos logo obras na cozinha em vez de deixarmos para uma segunda fase para o ano e voltaria hoje crianças sujeitas outra vez, às obras. De maneira que foi culpa minha, porque insisti que fosse feita uma cozinha e o refeitório que não constava do projeto inicial que já estava feito há bastantes anos. -----

----- Por último agora na fase final, pensávamos que a obra ia correr de vento em popa quando se foi fazer a portaria, portanto, todas as escolas agora tem uma portaria de acolhimento das crianças e dos pais dos encarregados de educação e famílias quando vou entregar as crianças apanhavam muita chuva e era uma infraestrutura pedida por toda a comunidade escolar, era uma portaria com um alpendre. Quando se foi fazer a portaria deparou-se com rocha dura, eu fui visitar mais um dia a obra e realmente estavam a tentar desgastar a pedra, o que atrasou imenso a obra, portanto, os trabalhos foram mais demorados do que o previsto que era no Natal, no final do ano, do Natal agora já vai ser a Páscoa e tiveram que fazer o desvio do coletor da rede pública, porque ia justamente passar e pela Portaria, mas tendo rocha, então tiveram que fazer o desvio do coletor da rede para ligar à rede pública. -----

----- Portanto, esta obra está mesmo na fase final, está mesmo o que me dizem é que no final de abril, em princípio, está concluído, no entanto, eu posso dar uma certeza

no próximo ano letivo vamos inaugurar a escola, vai ser uma escola bonita, uma escola nova e vai ser uma escola pronta. -----

----- Por último, realmente houve bastantes reclamações quer de professores, quer da Associação de Pais, na forma como correu a obra, é uma obra a que tem um problema que é que não deslocalizámos as crianças para monoblocos fora do seu espaço escolar, o que é que isto acontece? Dificulta imenso a obra o empreiteiro, atrasa obra e as crianças muitas vezes são sujeitas a pós e tudo o que decorre de uma obra, tenta-se minimizar os riscos, no entanto também é verdade que o empreiteiro não cumpriu todas as regras de segurança a que deveria estar sujeito....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Vereadora, peço desculpa de a interromper, mas tenho que lembrar sempre aos Senhores Vereadores que há um tempo limitado para estas respostas, pois não, fica sem tempo para as outras perguntas todas.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Albergaria**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Pronto, só dizer que sobre isto que está tudo ultrapassado, já reunimos com Associações de Pais, já fui à Escola, já reuni com os Diretores, com o Diretor da Escola com a Coordenadora da Escola, penso que, neste momento, está tudo alerta e que esses riscos estão ultrapassados. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- O PCP colocou 4 questões, vamos ver qual delas é que o Senhor Deputado vai apresentar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas à Câmara: -----

----- “ Boa- tarde a todos. Venho colocar questões relativamente à Freguesia de Carnide e naturalmente que todas elas, provavelmente foi coincidência, mas grande parte das questões que aqui colocamos são relacionadas com o urbanismo ou obras, poderá só apenas e nada mais ser um aspeto de curiosidade, é só uma curiosidade.-----

----- A nossa questão é muito concreta, qual o ponto de situação do parque de estacionamento previsto para a Azinhaga das Carmelitas em pleno centro histórico de Carnide, isto porque o Senhor Vereador anunciou na Reunião Descentralizada que, de facto já tinha recebido um *layout* e uma informação relativamente a um parque estacionamento no centro histórico de Carnide, um parque de estacionamento para 200 lugares, há vários anos que esta questão é colocada relembro, por exemplo que o mas uma das obras mais emblemáticas do centro histórico de Carnide e extremamente a adequada da Câmara Municipal, um Orçamento Participativo do Largo do Coreto e que muitas vezes várias Freguesias, dizem, eu que era uma requalificação como a do Coreto, portanto, como é que uma obra que foi bem realizada e que foi importantíssima para a Freguesia. Neste momento, acaba por ser penalizada, pelo

facto de não se ter a construído o parque de estacionamento que há muito está prometido e que se aguarda e que não se percebe.-----

----- Esta frustração é também partilhada pelos técnicos municipais, naturalmente, não só pelos moradores, não só pelos parceiros locais, não só pela Junta de Freguesia, mas também a pelos moradores, mas também pelos técnicos municipais que estão a trabalhar noutros projetos de requalificação daquela zona, isto também porque sentimos que o promotor, um dos promotores de um dos terrenos que está disponível, apresentou um PIP, diz que da Câmara não existe qualquer tipo de resposta, ainda ontem confirmamos isso, numa reunião no Campo Grande e toda a gente ficou muita admirada como é que ainda não houve sequer qualquer tipo de negociação, quando ali qualquer tipo de negociação é qualquer tipo de negociação por parte e sabemos que estava entregue esta negociação ao Vereador Manuel Salgado, lamento, mas não houve qualquer tipo de negociação, portanto, não conseguimos perceber, não conseguimos perceber e desculpem lá, uma coisa a dizer a dificuldade em resolver a questão, outra coisa é dizerem-nos que não houve qualquer tipo de movimentação para resolver a questão. -----

----- Outra questão que colocámos, são relativamente aos Orçamentos Participativos, os Orçamentos Participativos quando tiveram, registar também que tiveram um impulso bastante significativo, nos últimos meses temos sentido que há um conjunto de Orçamentos Participativos que têm sido resolvidos, nomeadamente em Carnide e, portanto, também agradecer por isso e registar como como aspeto positivo, quando mete obras é que a coisa começa a complica mais um bocadinho e, portanto, queríamos saber qual é o ponto de situação e inclusive a data de início da obra de operacionalização do Orçamento Participativo 2014. -----

----- Sim, estamos em 2017, 2014 relativamente a requalificação da Azinhaga das Carmelitas, no centro histórico de Carnide.-----

----- Outro ponto de situação de início da obra também de Orçamento Participativo, e um Orçamento Participativo de 2015, que o Senhor Presidente da Câmara, eu estava presente na altura quando entregou o prémio à pessoa que que venceu, e se o Presidente da Câmara dizia “a partir de agora a sua responsabilidade da operacionalização deste projeto é deste Senhor” e apontava para mim e dizia à moradora “Chateie este Senhor” e, de facto, a Dona Dolores, moradores do Parque Colombo tem sido, não chata, mas tem sido cumpridora do acordo que fez com o Senhor Presidente da Câmara e, portanto, têm-me a questionado continuamente sobre a operacionalização deste projeto e, portanto, estamos à espera desde 2015 da requalificação da Avenida Cidade de Praga, várias vezes que já questionámos o Senhor Vereador Manuel Salgado acerca desta questão, e o Vereador como se remete ao silêncio, lamentamos, estão vários Vereadores presentes, quando enviamos grande parte dos Vereadores dão resposta, o Vereador Manuel Salgado não dá resposta e com alguma, e desculpem porque eu estou cá para fazer perguntas, não estou cá para caracterizar determinada forma trabalho, mas, mas muitas vezes até sentimos com alguma arrogância, o não dá resposta por não dar, por não querer, e por não apetecer,

porque eu não acredito que não exista alguém com esta função de dar resposta, desculpem não é possível!-----

----- Pronto, portanto questionamos quando é que teremos obra na Avenida Cidade de Praga, uma vez que é um Orçamento Participativo de 2015. -----

----- Outra questão que nos preocupa também é o parque de estacionamento do Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz, temos colocado várias vezes esta questão ao Vereador Manuel Salgado, aos serviços do Vereador Manuel Salgado e a resposta é zero e, portanto, desculpem lá, Senhor Vereador, mas a nós gostamos de brincar, mas também a já cansa, às vezes o que é demais enjoa! E, portanto, queríamos perceber para quando a implementação deste parque de estacionamento no Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz e tratando-se de terrenos municipais não vamos ter negociações, não vamos ter filmes com proprietários, não vamos ter filmes com promotores e, portanto, é incompreensível não termos uma única resposta quando o Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz tem 10 anos que foi construído pela Câmara, pela Junta no âmbito de um protocolo de delegação de competências e, portanto, não se percebe neste momento, porque é que é que ainda não conseguimos um compromisso, uma vez que não deve ser uma obra muito muito complexa e que até já sugerimos que a UIT possa agarrar isto uma vez que a certa forma se torna complexo estar na DMPO.-----

----- Outra questão que também para o Vereador Manuel Salgado, quando, em que data se realizará o início da obra de repavimentação da Rua Particular à Azinhaga dos Lameiros, é uma AUGI de Carnide, a Câmara comprometeu-se no âmbito da legalização desta AUGI de fazer a repavimentação, portanto, isso é pacífico, está completamente assumido, só queríamos saber quando.-----

----- Outra questão relativamente às AUGIS de Carnide, quando em que data, o Vereador Manuel Salgado poderá receber os moradores da Rua A Rua B da Azinhaga da Torre do Fato, AUGI de Carnide, que já solicitaram uma audiência há muito tempo, portanto, de facto, os moradores já reuniram com os técnicos que acompanham, já reuniram inclusive com o GABIP das AUGIS, agora foi extinto mas pronto, com os serviços que tratam destas questões das AUGIS e, de facto os técnicos transmitiram-lhes que de facto, existiam um conjunto de questões que tinham de ser tratadas diretamente com o Vereador e, portanto, sugeriram o pedido de agendamento de Reunião com o Vereador e, de facto, já há muitos meses e nesse sentido que gostávamos que disponibilizasse um bocadinho na sua agenda a para estas questões.

----- Pronto, no essencial eu penso que que as questões relativamente a Carnide estão colocadas, nós teríamos, seria muito mais simples se de facto, houvesse resposta em tempo útil, quando as questões são colocadas, não precisávamos de vir aqui ocupar este tempo e poderíamos falar de questões muito mais estruturantes. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

-----Vamos passar então agora à pergunta seguinte, o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN, o PAN colocou salvo erro 3 questões. Exatamente, e o Senhor Deputado

Miguel Santos vai apresentar, não sei se as apresenta todas, ou só se quer fazer isto em duas vezes, veremos.-----

----- Peço desculpa, saltei ao Senhor Deputado Miguel Santos, eu precipitei-me, não temos a resposta e naturalmente a Câmara tem que responder ao Senhor Deputado porque isto, fui na sua onda de que a Câmara não responde, não responde, não responde, já estava a passar adiante Peço desculpa, peço desculpa.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, vejo que me compreende!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador, não tire conclusões precipitadas! Vá, se faz o favor!”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “Bom, eu vou tentar ser sintético, a primeira questão do parque de estacionamento junto ao centro histórico, o Senhor Presidente diz que nada se tem feito, bom, o Senhor Deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Carnide diz que nada tem sido feito, é preciso perceber o seguinte: este terreno no qual se pretende fazer o parque de estacionamento e para o qual existe um estudo prévio feito dos serviços e há duas alternativas de localização. Uma é um terreno do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que, neste momento, está a avaliar o terreno e para, o terreno só pode ser alienado com a autorização da Direção-geral do Tesouro e Finanças e há um terreno particular, esse terreno particular de acordo com o Plano de Urbanização de Carnide está previsto para o equipamento escolar e acontece que a área está prevista ser cedida ou melhor que o Plano de Urbanização prevê que seja, destinado a equipamento escolar é superior, bem superior, àquela que o particular é obrigado a ceder no âmbito da operação urbanística que está a desenvolver, portanto, quando se pensou que, através de um PIP que iria autorizar uma ocupação urbanística seria possível obter uma cedência da área para fazer o parque de estacionamento chegou-se à conclusão que, de acordo com o PIP a cedência, cerca de 750 metros quadrados e o terreno necessário para fazer a escola e onde ficaria parque de estacionamento tem 8 mil metros quadrados, portanto, há aqui uma situação que não é possível, a menos que a Câmara ou exproprie ou adquira o terreno ao particular.-----

----- Para o Senhor Presidente, com a cabeça faz que sim, só que nós temos um vasto Programa de intervenções na Cidade, não temos só Carnide, quer dizer, não é a Câmara Municipal de Carnide e, portanto, dentro do conjunto das intervenções que temos que fazer em termos de obras de aquisições de terrenos que efetivamente não se esgota na Freguesia de Carnide.-----

----- Em relação, portanto, isto no que diz respeito à questão da Azinhaga das Carmelitas e do terreno para estacionamento. Espero vir a encontrar uma solução para se fazer este parque de estacionamento, mas, neste momento, não temos ainda a resposta, primeiro ponto.-----

----- Segundo ponto, a obra da Avenida da Cidade de Praga, o acesso ao condomínio, acho que é Colombo que se chama, inicia-se no final deste mês, portanto, faltam 2 semanas, segundo a informação dos serviços da DMPO que o para iniciar a obra.-----

----- Acesso ao Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz, bom que este para mim, tenho recebido facto, inúmeros *emails*, aliás, deve receber todos os dias não sei, só da Junta de Freguesia de Carnide enviados pelo Senhor Presidente são umas dezenas largas. -----

----- E relativamente a este caso, eu tenho estado a tentar perceber o que é este acesso, porque o Pavilhão está de facto em terrenos municipais, é um Pavilhão foi construído há uns anos, não sei por quem, não sei se foi a Câmara ou se foi a Junta não faço ideia, julgo que é anterior mesmo à minha vinda para a Câmara e nunca lhe resolveram a questão das acessibilidades. Bom, já temos indicação do Vereador do Desporto, o Vereador Jorge Máximo que também intercedeu no sentido de ser criado o acesso e os serviços estão a estudar como fazer o acesso a este Pavilhão.-----

----- Pergunta- me depois sobre de a obra na Azinhaga dos Lameiros, esta obra faz parte de um conjunto de intervenções que estão a ser preparadas para todas as AUGIS. E que parte vão ser realizadas pela de Unidade de Coordenação Territorial Norte, que irá fazer essas obras, que são obras de beneficiação das Ruas e outras pela Direção Municipal de Projetos e Obras, elas vão incidir sobre as 10 AUGIS que existem no Concelho de Lisboa e está previsto que dentro de um mês e meio, 2 meses sejam iniciadas estas obras. -----

----- Por fim diz-me quando é que eu recebo os moradores da AUGI da Azinhaga da Torre do Fato, como os Senhores Deputados sabem todas as intervenções nas AUGIS passam por uma que participação ativa da Assembleia de com proprietários para a resolução dos problemas das AUGIS e tem sido assim na maior parte das AUGIS da Cidade de Lisboa com exceção desta AUGI da Rua A e da Rua B da Azinhaga da Torre do Fato, em que, de acordo com o a divisão que acompanha a realização destas AUGIS e com o Diretor do Departamento de Urbanismo, o Arquitecto Paulo Pais, sucede que, neste caso, estes moradores não só não se disponibilizaram para resolver as questões patrimoniais, como não se disponibilizaram para adquirir 2 parcelas de terreno que têm que adquirir para permitir que os Bombeiros tenham acesso a esta AUGI, efetivamente não são os moradores que estão a pedir uma reunião comigo, os moradores têm reunido, como em todas as outras AUGIS com os 2 técnicos da Câmara que estão neste momento, responsabilizados por resolver os problemas das AUGIS, quem tem pedido para reunir comigo é o Senhor Presidente que a propósito deste AUGI, mas não os moradores, portanto, se quiser eu marco uma reunião consigo, se é uma reunião com os moradores eu penso que é mais útil a reunião ser marcado diretamente com os moradores, provavelmente não no meu gabinete, mas na própria AUGI e principalmente com os 2 técnicos da Câmara, a Arquiteta Cláudia Batista e o Arquitecto Paulo Pais que são, de facto, quem tem conduzido todo o processo das AUGIS na Cidade de Lisboa. -----

----- E era isto. Muito obrigado.” -----



----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. Agora sim, Senhor Deputado Miguel Santos, é a sua vez, das suas três questões.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões à Câmara:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais.-----

----- Hoje trazemos 3 questões, começando pela primeira, as projeções climáticas apresentadas na estratégia Municipal de adaptação às alterações climáticas UEMAC, que esteve recentemente em fase de discussão pública referem: a diminuição da precipitação média anual com secas mais frequentes e intensas; o aumento de intensidade das tempestades de inverno acompanhadas de chuva e vento forte implicando maior risco de inundações rápidas; o possível aumento de valores diários de velocidade do vento na primavera; os cenários no que respeita a temperatura apontam para a subida da temperatura média anual com o aumento significativo das temperaturas máximas na primavera, verão e outono antevendo também o aumento do número de dias com temperaturas muito altas, com temperaturas mínimas elevadas, a intensificação das ondas de calor ao longo do século conduzindo a maiores riscos para a população e contribuindo para aumentar o risco de incêndio.-----

----- Assim a estratégia Municipal de adaptação às alterações climáticas, o EMAC, não pode ser analisada sem considerar o Plano de Drenagem de Lisboa. 2016/2030, tanto no que se refere à captação de águas pluviais no caso de chuvas intensas, como ao aproveitamento das águas em alturas de seca.-----

----- Por esta razão o Grupo Municipal do PAN gostaria de questionar a Câmara Municipal de Lisboa relativamente aos seguintes pontos atrás referidos.-----

----- Primeiro, está o Plano de Drenagem de Lisboa 2016/2030 atualizado de forma a incluir as alterações climáticas apresentadas nas projeções da EMAC, nomeadamente no que concerne aos momentos de pluviosidade intensa? Veja-se, por exemplo, o efeito no caso da Barragem de Oroville, na Califórnia.-----

----- Segundo, os sistemas de retenção de água nomeá-lo, nomeadamente as bacias estão a ser pensados na lógica do aproveitamento da água? Por exemplo, para a rega, lavagem de Ruas e outros aproveitamentos para utilização em extremos de seca? Cada vez mais a distribuição de pluviosidade tenderá a ser irregular pelo que estes sistemas de retenção deverão ser sobredimensionados. Se a resposta ponto segundo for afirmativa, o grupo Municipal do PAN gostaria de conhecer ações concretas previstas especificamente onde e como?-----

----- Uma segunda questão: Por proposta do Grupo Municipal do PAN a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a recomendação 10/118, quando a relativamente à apresentação pública conjunta dos Programas Uma Praça em Cada Bairro, pavimentar Lisboa e Plano para a Mobilidade Ciclável, a qual como o título indica por um propunha que a Câmara Municipal de Lisboa realizasse uma apresentação dos referidos projetos numa visão conjunta e não isoladamente, como tem sido feito até à

data, com a calendarização de execução dos mesmos, recomendou-se também que fosse uma apresentação aberta ao público com ampla divulgação, permitindo uma cidadania mais ativa. Contudo e, apesar da Recomendação ter sido aprovada na Sessão de 27 de setembro de 2016 já foi inaugurado o famoso Eixo Central sem que se tenha havido uma apresentação dos projetos e das empreitadas. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN vem de novo a reiterar esta questão e questionar se irá efetivamente ser realizado num futuro próximo a dita apresentação pública para que todos os que assim desejarem se possam pronunciar ou se apenas vamos conhecer os projetos, após a conclusão das respetivas obras, não se respeitando assim a Deliberação 311/AML/2016. -----

----- Finalmente, uma terceira questão. Aproximadamente entre novembro e dezembro de 2016 apareceram nas redes sociais e também em jornais *online* de notícias referentes à possível construção de um restaurante num terreno localizado no cruzamento da Avenida Professor Egas Moniz e a Azinhaga das Galhardas, nada haveria aparentemente a opor se quer promover se a construção tivesse legitimidade para o afetar a esse, uma vez que, neste momento serve de estacionamento precário com acessos por cima de lancis, contudo, se as mesmas notícias explicavam que a construção não seria exatamente no terreno baldio, mas sim parcialmente dentro do terreno do Estádio Universitário, pois a Autarquia tinha planos para o referido cruzamento, prevendo-se a construção de uma rotunda, o que implicaria o recuo da construção para dentro do limite do Estádio Universitário. -----

----- Esta construção não só implicaria o abate de árvores como também implicaria, obviamente, a diminuição do espaço útil do recinto do Estádio Universitário destinado à prática de atividades desportivas, o Grupo Municipal do PAN, para poder emitir uma opinião esclarecida sobre esta matéria, perante as dúvidas que nos têm chegado por parte de cidadãos, gostaria de questionar a Câmara Municipal de Lisboa sobre a veracidade destas notícias designadamente: está prevista a construção de um edifício de restauração que irá diminuir a área do Estádio Universitário? Se sim, qual a área real do Estádio Universitário que vai ser ocupada por um restaurante e quantas árvores serão abatidas? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado e vamos prosseguir. -----

----- É evidente que o Senhor Vereador Sá Fernandes tem a palavra para responder.” --

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra deu as seguintes respostas: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados. -----

----- É de facto interessantes as perguntas a colocadas pelo Senhor Deputado e é evidente que o Plano de Drenagem prevê tudo aquilo que o Senhor Deputado manifestou interesse em saber. -----

----- É evidente que os fenómenos climáticos vão-se agravar, que se vão tornar mais intensos e o Plano de Drenagem prevê exatamente que os seus coletores prevejam

esse tipo de aumento de intensidade, nomeadamente no inverno com chuvas mais intensas e fortes.-----

----- Por outro lado, não é o Plano de Drenagens obviamente que vai combater as ilhas de calor, mas é toda a outra política, toda a política que a Câmara está a desenvolver em relação a este outro fenómeno que parece paradoxal, mas também existe sob chuva mais intensas no inverno, mas também a subida da temperatura no resto do ano e que, portanto, há que combater a ilha de calor de várias maneiras, não só pelo aumento das áreas verdes, eu lembro que nos últimos 6 anos nós aumentámos 106 hectares a mais de zonas verdes, plantações de árvores que têm sido plantadas não só nas Ruas, através do Programa das Praças, mas através da própria arborização da Câmara, mas também o aumento substancial nas zonas verdes de plantação de árvores onde já vamos em mais de 30 mil árvores plantadas nos últimos anos, esta é uma maneira de combater a ilha de calor precisamente para diminuir e amenizar a temperatura.-----

----- Por outro lado, o próprio Plano de Drenagem ainda voltando à primeira questão prevê uma série de medidas de controlo na origem de controlo origem das águas não só da própria edificação, mas também a termos algumas bacias de retenção que, neste momento estão em obra, uma que vai começar em obra é no Vale da Ameixoeira, outra no Rio Seco vai ser apresentado o projeto em breve para ser lançado o concurso estamos a fazer em obras em alguns parques quer no Vale da Montanha, quer no Vale Fundão, quer nas bacias de infiltração e no Parque Eduardo VII, vamos lançar o concurso, ainda para começar a obra neste Mandato, para o melhor sistema de drenagem das próprias águas isto aliás está previsto no Plano de Drenagem que está a ser executado por acaso até pelo pelouro que eu tutelo.-----

----- Em relação ao aproveitamento da água a medida mais importante, mais importante, que se tem que fazer em Lisboa, não é o aproveitamento desta ou daquela água, é o aproveitamento da água reciclada, é fecharmos o ciclo da água, é precisamente tendo em atenção até ao valor água, é não aproveitarmos a água, não gastarmos a água potável em funções como a rega, boca-de-incêndio ou lavagens de Ruas e precisamente aquilo que o Plano de Drenagem também prevê, é que os coletores prevejam a introdução da respetiva canalização, a respetiva canalização, dentro desses coletores exatamente para permitir o aproveitamento da água reciclada, é ao mesmo tempo, neste momento já existe a tubagem, a tubagem entre Alfama e o Terreiro do Paço para que essa água reciclada possa ser utilizado em toda a frente ribeirinha, toda esta frente ribeirinha. -----

----- Espero bem que a obra do Campo das Cebolas e do Cais Sodré tenha previsto precisamente esse utilização da água reciclada para lavagem e para a boca-de-incêndio porque é uma medida prevista no Plano de Drenagem e que ela já está instalada lá no local. -----

----- Nós já temos estudado também a própria rede para aproveitarmos a ETAR de Chelas, água reciclada para toda a Freguesia de Marvila e, provavelmente até aos Olivais, portanto, está estudada a rede e depois há que haver o financiamento para construção desta rede e uma também que não é de difícil execução que é pormos

também o mesmo tubo, é um tubo de pouco poucos centímetros, para água reciclada em todo o Caneiro de Alcântara, para servir o Parque Eduardo VII e para servir e para servir Benfica, até Benfica.-----

----- Como sabe o Caneiro de Alcântara vai até à Amadora, portanto, são tudo medidas que visam precisamente aquilo que o Senhor Deputado anotou. -----

----- Em relação ao plano das Bicicletas versus Praças versus pavimentar a Rua, houve aqui um dado, que é talvez o mais importante destes todos que é os Transportes Públicos, Senhor Deputado, e portanto, a partir do momento em que se discute a Municipalização da Carris e aquilo que se vai fazer em termos de mobilidade no transporte público, têm que ser articulado com a rede de bicicletas e com as obras, obviamente, mas principalmente com a rede de bicicletas, nós não podemos pensar numa rede de bicicletas sem pensarmos no transporte público, nas interligações aos Interfaces e também com aquele Programa que está praticamente para ser implementado, que são as bicicletas partilhadas, portanto, em relação à sua pergunta, nós vamos apresentar em breve esta visão da mobilidade da Cidade, quer em relação ao transporte público e, obviamente também em relação à bicicleta. -----

----- Tem razão, porque, provavelmente, nós já devíamos ter apresentado a rede está Programada para as bicicletas, mas achei ou achamos que não devemos fazer a sem ser interligado aos transportes públicos, porque as coisas têm que estar ligadas e nós devemos pensar na mobilidade em conjunto, até nos próprios peões, como sabe, temos feito várias obras e continuaremos a fazer.-----

----- O facto de termos feito a pista no Eixo Central essa era óbvia, qualquer que fosse a solução de rede, é óbvio que a pista da Avenida da República tinha que ser implementada porque é fundamental, seja qual for a solução dos transportes públicos, dos transportes públicos em relação a esta matéria e, portanto, eu acho que para breve, podemos apresentar todos estes dados, toda essa rede conjugada, obviamente com a rede de transportes públicos. -----

----- Eu acho que respondi a todas as perguntas, Senhor Deputado, não sei se tem alguma dúvida. -----

----- Em relação aos tanques e bacias não é, neste momento, a melhor solução para aproveitarmos a água, por três razões, uma por causa da criação de cheiro, lamas e mosquitos, depois por causa de um problema que se tem que ter algum cuidado que tem a ver com Legionella e outros, porque, de facto, a maneira mais eficiente é de facto fecharmos o ciclo da água através das águas residuais e tratamento ETAR.

----- Sem prejuízo de nós estarmos a diagnosticar cisternas, poços que existem na Cidade e já os utilizámos em 2 casos, um furo no Campo Grande e o melhoramento do furo da Quinta das Conchas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhor Deputado, tem que ser para a próxima ronda, tem que se inscrever, se quiser, é o que são as regras do Debate, são estas. O Senhor Deputado não ficou

satisfeito com a pergunta pode voltar a inscrever-se, não ficou satisfeito com a resposta neste caso. -----

----- Vamos prosseguir, há mais respostas. O Senhor Deputado Miguel Santos pede a palavra para me interpelar? Ou para fazer alguma pergunta ao Vereador? Senhor Deputado, desculpe lá, ainda não teve as respostas todas, o Senhor Vereador Manuel Salgado ainda lhe vai responder, portanto, já agora aguardados as respostas.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às questões levantadas: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, portanto, em relação à primeira questão levantada pelo Senhor Deputado do PAN e em aditamento àquilo que foi referido pelo Vereador José Sá Fernandes queria apenas recordar que o Plano Diretor Municipal tem uma medida que está a ser utilizada sistematicamente, que é a obrigatoriedade de considerar a chamada superfície verde ponderada, ou seja, a retenção de águas das chuvas em todas as operações urbanísticas, todos os edifícios que são construídos e, portanto, reduzir ou retardar a lançamento dessas águas nos sistemas de drenagem.-----

----- Em relação à segunda questão que colocou diretamente que tem a ver com a uma Praça em cada Bairro eu queria referir o seguinte: por cada intervenção nas Praças nós temos feito trabalho intenso de Debate a nível das Freguesias com a distribuição de folhetos referentes a cada um dos projetos e esse Debate, o nível das Freguesias e que faz sentido, porque é um Debate do qual têm resultado correções e alterações aos projetos que são apresentados, uma apresentação genérica é importante para se conhecer o projeto, mas dela não resulta efetivamente um verdadeiro processo participativo, ao contrário daquilo que tem acontecido, neste momento, nós temos já um conjunto muito grande de obras concluídas, temos o novo Largo da Graça, temos o novo Largo de Santos. -----

----- Temos o Eixo Central, que inclui Picoas e o Saldanha, temos em obra o Largo de Alcântara, temos em obra a Igreja de Santa Isabel, temos em obra o Largo do Calvário e das Fontainhas, temos em obra Alameda das Linhas de Torres, temos em obra da Rua da Centeeira, temos em obra a Rua Atriz Palmira Bastos, temos em obra o Largo do Leão, temos em obra a Praça de Santa Clara que começa para a semana, ainda não está em obra. Temos o Rossio de Palma e está num estado avançado e temos concluída a Praça de Campolide, de facto, isto é um processo que tem sido muito vivo na participação e com as Juntas de Freguesia e com os moradores do qual, de facto, tem resultado um processo que eu penso que é bastante positivo.-----

----- Relativamente à questão do Estádio Universitário, sim, é verdade, a Universidade de Lisboa apresentou um processo para licenciamento de um restaurante dentro de terrenos, exclusivamente propriedade da Cidade do Estádio Universitário de Universidade de Lisboa, portanto, não toca em nenhuma parcela de terreno Municipal, o terreno afetados são 2820 metros quadrados, incluindo as áreas de estacionamento que estão adstritas ao restaurante, para a execução deste restaurante que são abatidas 11 árvores, mas a Universidade mandou-nos uma extensa informação em que explica o Plano de Reflorestação que está a executar que prevê a apresentação de 200 novas árvores em todo o Estádio Universitário para substituir várias que estão, árvores com

problemas fitossanitários algumas, inclusivamente recentemente houve uma que caiu e atingiu de um veículo e mais um conjunto de espécies arbustivas, 2783 plantas que vão ser plantadas no Estádio Universitário Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e restantes presentes. -----

----- Nesta sessão de perguntas à Câmara o Partido da Terra coloca na agenda política 3 temas.-----

----- O primeiro tema que queremos tratar diz respeito à recuperação do espaço do Hospital do Desterro, desativado em 2006, num polo cultural aberto a Cidade. -----

----- Quando o protocolo foi assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML), a empresa de gestão do património imobiliário público Estamo e a promotora Mainside, em 27 de maio de 2013, prometia-se a criação, até ao final desse ano, de um “território experimental aberto ao mundo” no lugar do antigo Hospital do Desterro, desativado em 2006.-----

----- Passados quase quatro anos sobre o ato formal, persiste a dúvida sobre quando entrará realmente em atividade o projeto urbanístico que prevê a criação de um pólo cultural e artístico aliado à exploração das vertentes de hotelaria, restauração, saúde e comércio.-----

----- Senhor Presidente, por quanto tempo mais a Câmara Municipal de Lisboa irá protelar mais este “projeto estratégico para Lisboa, tendo em conta a sua localização no eixo de intervenção prioritário Martim Moniz – Praça do Chile considerado a âncora fundamental para a regeneração e revitalização de toda a área? Obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, pelos vistos e quererá deixar as perguntas para outra ronda, terá que se inscrever porque não tínhamos aqui a indicação que se queria voltar a inscrever, mas vamos tomar a devida nota vamos prosseguir. Eu esqueci-me sempre disso. Vá. -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado vai responder.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhor Deputado, portanto, o antigo Hospital do Desterro teve uma parceria entre a Câmara Municipal, a Estamo e a Mainside, como referiu. O processo entrou na Câmara Municipal em 2015, teve uma 1ª fase de longa de obra que, no fundo foi de limpeza e reconhecimento arqueológico e que aquilo que se lhes permitiu descobrir é absolutamente extraordinário do ponto de vista de valor patrimonial que, neste momento que toda a estrutura original do Convento está a vista. -----

----- O papel da Câmara neste processo foi apenas o licenciamento, portanto, a Câmara tem uma posição relativamente passiva e que fez um acordo para que um arruamento, portanto, um acesso, que é feito a partir da Rua da Palma que seja

executado pela Mainside, que é quem está a executar a obra, e a Câmara Municipal suportará a despesa para a qual, aliás, já fez a transferência de qualquer coisa à volta de 280 mil euros, portanto, o processo está aprovado e, neste momento, aguarda-se levantamento da licença para a construção, portanto, para a 2ª fase, a 1ª foi de limpeza e a 2ª para a construção. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “ Muito obrigado. -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado, gostaríamos de obter esclarecimentos sobre a intervenção que a Câmara pretende efetuar na Avenida Dom Rodrigo da Cunha e arruamentos adjacentes, que atualmente apresentam vários problemas ao nível da mobilidade, a ausência de estacionamento é sobejamente conhecida pela Autarquia e pela Junta, os moradores tem insistentemente solicitado que sejam tomadas medidas que, ao contrário do que se passa resolvam o problema de quem ali habita. -----

----- A situação é igual a outras na Cidade, não existe estacionamento suficiente para os moradores nem alternativas, logo alguns optam por levar as viaturas para o emprego, a causa centra-se os moradores mais idade deixam os seus carros estacionados junto à residência e por esta ser uma zona com aumento novos moradores com mais de um carro por família. -----

----- Outros fatores Juntam em estes a Câmara reboca as viaturas abandonadas. A retirada da carreira, 21 o alargamento das zonas tarifárias da EMEL criando uma ilha muito apetecível para não residentes e, obviamente, o aumento de serviços para não falar dos grandes eventos ocorridos no Parque da Bela Vista, acresce ainda o facto de várias empresas, nomeadamente de turismo parquearem as suas viaturas nesta zona, uma vez que não é tarifada relatando os moradores que muitas das vezes e procurando não estacionar em cima do passeio estão mais de uma hora procura de lugar. -----

----- O sentimento de impunidade impera juntos moradores, os seus carros são constantemente autuados e rebocados quando estacionamento irregular de viaturas, sejam momentâneo, seja temporário, não é punido. O projeto a que a Câmara pretende implementar, com redução de vias de rodagem eliminação de lugares, preocupa ainda mais os moradores que, por várias vezes e numa atitude construtiva têm apresentado propostas para minorar o problema, nomeadamente na Junta de Freguesia. -----

----- Nesse sentido questionamos a Câmara do seguinte: que projeto está planeado para a via do Rodrigo da Cunha e arruamentos adjacentes? Está a Câmara em articulação com a Junta a par dos constrangimentos sofridos pelos moradores diariamente face à pressão, corrida pela procura de lugares nesta zona não tarifada? Pretende a Câmara tarifária esta zona contos com a introdução da EMEL? Por que razão a Câmara, através da Polícia Municipal, não percebe o reboque de viaturas abandonadas na via pública há mais de um ano?-----

----- A Câmara já avaliou as sugestões apresentadas pelos moradores em reuniões com a Junta de Freguesia sobre esta problemática designadamente ao nível das alternativas se ao nível da autarquia, de estacionamento, espaço público e fiscalização? Deixo-lhe destas questões sobre a zona Rodrigo da Cunha na Freguesia de Alvalade. -----

----- A nossa segunda pergunta, tem a ver com as obras no Eixo Central, como sabe CDS desde a primeira hora levantou várias questões se o projeto empreitada, pugnou para que o mesmo fosse objeto de Debate Público e sempre uma atitude construtiva, apresentou propostas de alteração, algumas delas aceites pelo Executivo, após alguma relutância, a obra dada por concluída com a sua inauguração ocorrida a 22 de janeiro veio trazer um espaço público mais agradável, mais acessível aos modos suaves de mobilidade e zonas ajardinadas, contudo, a circulação viária piorou, aliás, situação que se constata diariamente no Eixo e artérias limítrofes ao contrário Executivo, o CDS entende que a inauguração foi apressada sem que a obra se tivesse sido concluída ou quando muito gerando mais problemas que nas intervenções cosméticas efetuadas nos dias seguintes à inauguração resolveram, e sobre os erros detetados e que importa corrigir agradecia esclarecimento e ação sobre os seguintes: Primeiro estacionamento, a Câmara comprometeu-se a afetar 68 por cento a semente ativa República moradores promessa feita várias vezes em público irá certamente de alterar as Avenidas paralelas para a zona vermelha e que foram criados lugares que algumas artérias, esses lugares criados não cobrem sequer o número de lugares eliminados a título, de exemplo, nas Avenidas Praia da Vitória nas Ruas Andrade Corvo, Martens Ferrão ou Viriato. O que pergunto ao Senhor Vereador é como pretende cumprir a mesma. -----

----- Em segundo, os motociclos, querendo a Câmara promover o desincentivo ao uso do automóvel acaba por não criar um único estacionamento ficaram motociclos na Avenida da República e na Fontes Pereira de Melo, basta passar durante o dia nas Avenidas Duque de Ávila, Campo Pequeno, Luís Bivar e outras transversais para encontrar passeios repletos de motas. Pergunto: foi o esquecimento da Câmara? Porque não estão indicados locais existentes desde o dia 22 de janeiro? Prevê a Câmara aumentar a oferta existente e se sim, como e onde? -----

----- Em terceiro, o estreitamento das vias, quis a Câmara aumentar para 6 e reduzir vias de rodagem, até aqui tudo bem, mas o que assistimos na faixa central da Avenida República no sentido Saldanha e no quarteirão do Campo Pequeno é no mínimo surreal. Das 4 vias anteriormente existentes, a Câmara tem 3 e meia, seguindo a sinalização horizontal as 3 vias existentes indicou obrigatoriedade de viragem à esquerda para o Campo Pequeno e Avenida João XXI, deixando uma meia faixa para quem quer seguir em frente para não falar em eliminação da faixa dedicada ao Bus e nesta meia faixa não um Smart cabe, como o Senhor Vereador sabe, portanto, opta a Câmara assim por não dar prioridade ao transporte público. Dois meses ocorridos da inauguração para quando pretende a Câmara resolver este problema que tem gerado tráfego e criado conflito entre automobilistas, uma vez que os tempos semaforicos neste cruzamento, são distintos e não foram alterados. -----

----- Quarto, o CDS chamou à atenção inúmeras vezes para a depressão do pavimento existente na Avenida República junto à paragem de autocarro situada por baixo da linha do comboio, aliás, divulgámos imagens que mostram os autocarros a baterem nesta zona pavimento. Além do perigo que representa o chão acabou por abater na semana passada, consegue a Câmara apresentar uma justificação para que não tenha



resolvido esta situação sinalizada em tempo útil durante a empreitada? Fará uma intervenção estrutural ou um mero remendo? Convém relembrar, para além de estar debaixo do viaduto do comboio está por cima da linha do Metro. -----

----- Quinto, quanto à repavimentação também nesta mesma zona, a Câmara procedeu à colocação do tapete novo, mas deixou em largas dezenas de metros, um espaço para alcatroar junto aos passeios com uma distância de mais de 50 centímetros de largura e vários de profundidade, por que razão? Será uma nova modalidade de escoamento de águas? Fica a dúvida.-----

----- Sexto, ainda neste local, a Câmara já deu conta que os utilizadores da Carris ao sair do autocarro aterram em cima de um canteiro? Será esta situação normal numa Avenida supostamente acessível? Que pretende a Câmara fazer para eliminar este erro? Deixou a Câmara cair o modelo de paragem de autocarro do futuro apresentado por este Executivo em 2015? Deixo-lhe mais esta pergunta.-----

----- Sétimo, Senhor Vereador, as viragens à direita da faixa central para as laterais já provocaram inúmeros acidentes, seja na zona da Avenida Miguel Bombarda seja na Duque de Ávila, que medidas serão implementadas para atenuar este problema?-----

----- Oito, estacionamento na Rua António José de Almeida, frente à Casa da Moeda. Comprometeu-se o Senhor Vereador, em alterar estacionamento provisório em espinha e que trouxe vários constrangimentos, passado 2 meses da obra inaugurada, porque é que ainda nada sucedeu?-----

----- Nono, praça de táxis do Saldanha, esta praça desapareceu por completo ainda assim e sem alternativas, os taxistas acabam por parquear junto ao antigo local da praça com as devidas autuações por parte da Polícia Municipal. Sabemos que são vários os pedidos de associações representativas, das associações representativas para resolução deste problema, nomeadamente nas reuniões mensais promovidas pela Câmara e onde estão estas entidades, mas que continuam sem resposta efetiva e, portanto, Senhor Vereador pergunto-lhe até quando?-----

----- Décimo, Avenida Fontes Pereira de Mello, não existe único espaço dedicado à tomada e largada de passageiros o que tem dificultado o acesso a vários serviços, como é o caso conservatória, já é usual ver que táxis e carros particulares em cima da ciclovia, pretende a Câmara reverter esta situação?-----

----- E por fim, o CDS gostaria de saber, face à redução das vias e dos novos acessos laterais se a Câmara solicitou parecer aos Serviços de Proteção Civil e Bombeiros se os mesmos foram emitidos e em caso afirmativo se pode facultar cópia esta Assembleia para conhecimento? Para um projeto lançado em maio 2016 confirma que o setor dos transportes, designadamente a Carris, só foi envolvido em dezembro, janeiro? Foi emitido parecer da DMMT sobre este projeto do Eixo Central? Confirma que nunca foi consultado Serviço de Semaforização da Câmara? Que envolvimento e parecer foram dados no na gestão do sistema GERTRUDE e que alterações ou justos foram introduzidos no sistema com a obra Eixo Central?-----

----- São muitas as questões, haveria muitas mais para colocar, mas o tempo não permite.-----

----- Por fim, Senhor Vereador, porque, como sabe, é do conhecimento público no mês passado foi divulgado os resultados do estudo do índice tráfego global anual, um estudo que analisa o congestionamento de tráfego em 390 Cidades, de 48 países, Lisboa continua a ser a Cidade mais congestionada da Península Ibérica, tal como no ano anterior, mas com aumento de 5 por cento.-----

----- Toda a Cidade, a circulação viária dificultada, ausência de políticas metropolitanas de mobilidade têm certamente algum impacto, desde a última avaliação efetuada a mobilidade em Lisboa que a mesma tem sofrido inúmeras alterações e vai sofrer como é o caso da 2ª Circular de Sete-Rios e outras obras, pelo que importa atualizar os instrumentos existentes o preparar essas bases e a pergunta que lhe coloco, Senhor Vereador, é se perante estas alterações nos últimos anos e que ainda é aí vêm e perante estes dados divulgados que são preocupantes, para quando pretende a Câmara iniciar o desenvolvimento de um plano do novo Plano Estratégico de Mobilidade? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos prosseguir, o Senhor Vereador tem que responder.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às questões apresentadas:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, bom, Senhora Presidente eu recebi uma nota de que o Senhor Deputado do CDS ia a falar sobre obras no Eixo Central, *tout court*, não dizia rigorosamente mais nada e eu dei-me ao trabalho de escrever, se calhar, não consegui escrever todos os pontos que o Senhor Deputado referiu, eu, até sei dar respostas, mas digo francamente que lhe vou dar as respostas por escrito ponto a ponto e não nesta Sessão, porque senão, ou melhor, eu arrisco-me a que me venham dizer que não estou a responder às questões que se o Senhor Deputado levantou porque, noutros casos as perguntas são concretas e precisas e, portanto, é possível dar as respostas, neste caso obras no Eixo Central é completamente abstrato.-----

----- Só gostava de responder a uma coisa, o Senhor Deputado, certamente que sabe o debate que houve na Câmara Municipal de Lisboa a propósito do Eixo Central e que se discutiu que isto era uma 1ª fase de intervenção do Eixo Central e que haveria uma segunda fase para fazer mais tarde que, aliás, o CDS se manifestou claramente contra, tanto contra a 1ª fase como à 2ª fase. Sucede que a 2ª fase é precisamente aquela que se desenvolve desde a saída dos túneis do Campo Pequeno, até Entrecampos e, portanto, várias das questões que o Senhor Deputado a que enunciou dizem respeito a obras que não foram feitas nesta 1ª fase, mas que serão feitas, espero eu, numa 2ª fase quando se concluir toda a intervenção no Eixo Central, com a oposição do CDS, exatamente.-----

----- De qualquer modo, também só lhe queria dar mais uma pequena questão, porque já teve resposta ao Senhor Vereador do CDS, na Câmara Municipal de Lisboa, quando pergunta se teve Pareceres dos Bombeiros, e se teve Pareceres da Polícia, eu gostava de referir que nós trabalhamos com os Bombeiros e com a Polícia e mais, essa mesma

questão foi-nos levantada através do seu Provedor de Justiça e foi feita uma resposta ao Senhor Provedor de Justiça, resposta essas dos foi distribuída, ao CDS-PP e que eu tenho todo o gosto em entregar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e que resultou que a pergunta colocada pelo Senhor Provedor de uma queixa de um cidadão foi arquivada em função da resposta que a Câmara deu obrigado. Muito obrigado.” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Ora bem, o Bloco de Esquerda também tem quatro questões a colocar, veremos o que é que cabe ao Senhor Deputado José Casimiro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “ Eu vou tratar só da primeira, foi em 4 rondas que a gente disse que colocava às 4 perguntas e era para o Senhor Presidente sobre o problema da Carris. Que era o seguinte: como nós todos sabemos a Carris voltam para a Câmara Municipal, no dia um de fevereiro e o Senhor Presidente ficou de nos apresentar um Plano Estratégico para a Carris.-----

----- Aquilo que nós queríamos saber é um e quando é que apresentado esse Plano porque há questões que é necessário alterar nesta situação e, portanto, a 1ª pergunta era essa.-----

----- A outra é que um muito pouco tem mudado na Carris, para além do preço dos passes tanto para os mais novos, como para os mais velhos, e no entanto, às questões estruturais, em termos das carreiras que são necessárias de alterar, nomeadamente continuamos a ver que a frequência em relação, há carreiras que terminam, continuam a terminar às 21h 30 e até outras que são mais cedo, por vezes, falham carreiras com alguma regularidade que deveriam ser periodicamente, passar de com alguma periodicidade e falha uma e isto dá-se com muita frequência e com várias a carreiras.--

----- Por outro lado, continua a não haver, como a promessa do Senhor Presidente, as novas carreiras que estavam colocadas em termos de, que eram necessárias mesmo que não dessem lucro, isso foi convocado para o Senhor Presidente também, e depois continua-se a assistir aos sábados, domingos e feriados que as carreiras continuam a ser muito espaçadas, de meia em meia hora, de 40 minutos e 45 minutos e, portanto, continuamos a ter grandes dificuldades aos feriados e aos fins de semana, que esta situação é preciso ser alterada, é preciso mudar e quando é que nós vamos ter essas mudanças? Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu à pergunta que lhe foi feita:-----

----- “Muito obrigado. Senhora Presidente, relativamente ao Plano Estratégico, ele será apresentado em breve, são 3 documentos, que é em 1º lugar a alteração dos

Estatutos da Carris, um segundo documento que é o Plano de Atividades e Orçamento Anual, mas que vem integrado numa leitura mais vasta, de médio prazo, do que se pretende e um terceiro documento que é o Contrato Concessão entre a Câmara e a Carris e por isso, estamos a ultimar os trabalhos para que no prazo de semanas seja presente à Câmara e depois Presidente à Assembleia. -----

----- Segunda questão que o Senhor Deputado coloca “Passou a 1 de fevereiro e pouco tem mudado para além dos passes”, Senhor Deputado desculpe, pouco tem mudado para além dos passes? Senhor Deputado, os passes são uma mudança estrutural no funcionamento da Carris e dos Transportes Públicos da Cidade de Lisboa, aliás, gostava de lhe perguntar, não é que ano, não é em que mês nem é em que ano, em que década se lembra o Senhor Deputado de ter acontecido uma redução tarifária tão significativo para as crianças e jovens e para as pessoas com mais 65 anos em que década, ou melhor, eu quase diria em que República é que o Senhor Deputado se lembra disto ter acontecido, é porque desvalorizar esta medida que é tomada do ponto de vista daquilo que é o nosso objetivo comum, que é inverter, estancar a estratégia de declínio do transporte público na Cidade e começar o trabalho da sua recuperação, esta é uma medida da maior importância do maior alcance, o Senhor Deputado não a pode desvalorizar, aquilo que representa para as pessoas com mais 65 anos, um acréscimo líquido de rendimento muito superior ou significativamente superior àquele que foi discutido em Sede Parlamentar no País todo relativamente ao sistema de pensões. -----

----- O Senhor Deputado não pode desvalorizar o que significa de benefício líquido para as famílias, com crianças e jovens até aos 12 anos de idade, que face à situação atual beneficiam mais de 650 euros por ano de rendimento. Eu pergunto-lhe em que década o Senhor Deputado encontra medida semelhante e quase que o desafio também em que década encontrará nas políticas nacionais uma tão significativa política de aumento de rendimentos das famílias direcionado aqui especificamente para a promoção do transporte público. Por isso, Senhor Deputado, desculpe mas discordo por completo com a desvalorização que faz de uma medida desta importância de uma medida com este impacto e que estou certo que nós vamos ver os resultados, de uma medida com este impacto e que estou certo que nós vamos ver os resultados desta política numa 1ª fase, no que é o nosso grande objetivo que é estancar o declínio do transporte público na Cidade de Lisboa! Sei que o Senhor Deputado partilha desse objetivo e a partir daqui, começarmos um processo de recuperação da procura e em simultâneo da oferta relativamente à situação da Carris. -----

----- Terceira questão relativamente às outras medidas e as melodias das carreiras, Senhor Deputado, eu tenho muita confiança na ação do Executivo e tenho muita confiança na ação da nova Administração da Carris., mas há uma coisa, é que nós trabalhamos muito, fazemos o nosso melhor, mas nós não fazemos milagres, nós não nos comprometemos com milagres, não está no nosso, não está nos nossos poderes, obviamente, há uns que acham que infelizmente, que se nós fizéssemos milagres isto andaria muito mais rápido, provavelmente, os Deputados do PSD dizem, ainda bem que eles não fazem milagres porque senão isto aqui é que iria ser uma complicado,

ainda mais complicado, mas a verdade Senhor Deputado é que a recuperação da nossa capacidade de oferta é um processo gradual que não vai acontecer de imediato, que não pode acontecer de imediato, que não é possível acontecer de imediato, vai acontecendo ao longo do tempo! Senhor Deputado, quanto mais não seja por uma questão simples entre a decisão que está anunciada e que está a ser implementada da aquisição de novos autocarros e da contratação de motoristas só o simples decorrer dos prazos legais da contratação pública, como imagina a pergunta que o Senhor Deputado faz não tem grande cabimento! Porque não passou sequer um prazo legal para que se possa lançar um procedimento de qualquer tipo e por isso Senhor Deputado com calma, com tempo, com a noção clara de qual é o caminho que nós vamos percorrer, nós iremos chegar lá!-----

----- Senhor Deputado, eu queria aproveitar, não sei se iria haver uma 2ª ronda ou não, mas eu tenho aqui um Requerimento para uma resposta direta....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, tem 4 rondas e, portanto, estamos agora a terminar a 1ª ronda, veja o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Senhora Presidente, não sei se vou voltar ao tema da Carris, sobre isso, senão eu resolvia já. Bom há aqui um Requerimento do Bloco de Esquerda relativamente às questões dos tarifários que eu gostava de responder para clarificar desde logo. -----

----- Nunca foi anunciado pela Câmara no processo de transição, nunca foi anunciado pela Câmara nenhuma diminuição tarifária, para além daquelas que eu aqui disse e que constam desde o primeiro dia. Não foi anunciada nenhuma diminuição para os jovens entre os 13 e os 18 nem dos 18 para cima. Não foi, nunca esteve constante do plano, nunca esteve definida e aliás os Senhores Deputados também perceberão porquê, porque nós na negociação que fizemos com o Governo e porque esta alteração tarifária não implica só Carris como Autoridade de Transportes, implica a Carris, implica que o Estado enquanto Autoridade de Transportes do Metropolitano, nós como entendemos que não devíamos criar novos tarifários nem novos passe, fizemos uma negociação conjunta dentro do sistema do Navegante e a negociação conjunta concentrou sobre estes 2 públicos-alvo, para nós de grande importância e procuramos concentrar aqui os benefícios maiores, sabendo que corria no Parlamento uma decisão, que não sei se é por iniciativa dos Verdes ou se foi por iniciativa do Bloco de Esquerda, creio eu, relativamente à reposição de uma subsídio de um espaço para os estudantes se sabe área não falha, creio eu que a partir dos 18 anos, mas que entrará em vigor a partir do próximo ano letivo, por isso foi tendo em vista essa medida que estava aprovada, creio eu à época já estaria aprovada ou em vias de aprovação, que nós consideramos os esforços da subsídio nestes tarifários e, por isso não houve, ao contrário do que é referido nenhum compromisso, porque não podia haver e aí somos muito claros na informação que transmitimos, nenhuma diminuição adicional para outros públicos que não aqueles que nós referimos. -----

----- Pergunta agora adicional, mas então não pode ser feita agora? Não, não pode ser feita agora por uma razão, porque neste momento, nós somos Autoridade de Transportes sobre a Carris. Nós não somos a Autoridade de Transportes globais sobre o Metropolitano, nem sobre nem sobre os barcos, e por isso, qualquer outra negociação que envolvesse o Navegante tem que do novo envolver a Administração Central, tem que envolver o Estado ou então fazer algo que um de nós deseja neste momento que é partir de novo os sistemas tarifários e os sistemas de bilhética, criando mais a categorias, mas não são da nossa opção de fundo, foi concentrar neste público.

----- Segundo outro elemento adicional, a questão das datas e das datas das entradas em vigor e as dificuldades sobre essa questão. Vejamos que isso é uma medida nova, inovadora, implicou um novo tarifário e a adaptação dos sistemas, mas implicou esta adaptação dos sistemas feita a partir de um acordo que havia entre o Estado e a Câmara em que, até à aprovação e entrada em vigor do Decreto-lei o Estado mantinha a Câmara informada e nos mantínhamos informados sobre os desenvolvimentos que iriam acontecer mas essa operação foi conduzida pelo lado da Administração Central, porque nós só tomamos efetivamente posse no dia 1 de fevereiro, ora, foi nesse dia que entraram os novos tarifários e, por isso só a partir dessa data, é que nós assumimos essa gestão mas todo o processo de preparação dos tarifários estava a ocorrer a anteriormente e foi, obviamente assim que honrámos a palavra que demos, que foi nos tarifários a partir de 1 de fevereiro, aplicaram-se os novos e não os antigos. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente e vamos então concluir agora a 1ª ronda.-----

----- O PEV com 8 questões.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Nesta sessão de perguntas à Câmara, Os Verdes trazem oito temas. Os quatro primeiros temas que abordaremos serão o Pacto de Milão, o edifício da Rua Alexandre Herculano, as cablagens em edifícios e o desabamento de terras.-----

----- Sobre o 1º tema, a assinatura do Pacto de Milão, os municípios do Conselho Metropolitano de Lisboa decidiram, por unanimidade, aderir a este Pacto sobre Política de Alimentação Urbana, que tem como objetivo desenvolver sistemas alimentares sustentáveis, justos, inclusivos e que minimizem o desperdício alimentar. Neste sentido, em outubro de 2016, esta Assembleia deliberou, também por unanimidade, recomendar à Câmara que subscrevesse o texto e documentação complementar do referido Pacto. -----

----- A temática ‘Alimentar’ é uma matéria que tem constituído motivo de preocupação e de constante intervenção por parte de Os Verdes, como são exemplos a defesa da soberania alimentar, a criação de um centro de divulgação e apoio aos

agricultores urbanos na Cidade de Lisboa ou a instituição do ano de 2016 como o Ano Nacional do Combate ao Desperdício Alimentar.-----

----- Ora, decorridos cerca de 5 meses após esta decisão estranhámos que na página oficial do Pacto de Milão no dia de hoje ainda não se encontre o Município de Lisboa. 138 Cidades já subscreveram o referido pacto e lamentavelmente Lisboa não se encontra nessa lista, o que para Os Verdes é inconcebível.-----

----- O que pretendemos saber é: -----

----- - Qual a razão para, passado todo este tempo, Lisboa ainda não se encontrar na lista de Cidade subscritoras do Pacto de Milão, contrariando a decisão do Conselho Metropolitano e da Assembleia Municipal? -----

----- - Deixou a Câmara de reconhecer a importância desta subscrição? -----

----- 2º tema: Condições de trabalho no edifício da Rua Alexandre Herculano.-----

----- Em novembro de 2014 e em maio de 2016 Os Verdes questionaram o executivo sobre como tencionava resolver as condições de trabalho no edifício da Rua Alexandre Herculano, sem terem obtido qualquer resposta. Por isso, de novo em junho de 2016, interpelámos o Senhor Presidente que ainda tentou justificar que “uma parte dos problemas... (iria) ter resolução quando também resultar a distribuição” dos polos e nova localização dos serviços da Câmara de Lisboa. -----

----- Os trabalhadores deste edifício já chegaram a proceder à entrega de três abaixo-assinados, reivindicando melhores condições de trabalho. E, apesar das mudanças entretanto ocorridas em 2016, Os Verdes têm conhecimento que alguns problemas se mantêm, pelo que perguntamos: -----

----- - Se a Câmara confirma que este edifício permanece sobrelotado, por ali funcionarem gabinetes de vereadores, dois pisos cedidos à Junta de Freguesia mais os trabalhadores afetos às Direções Municipais de Mobilidade e Transportes e da Educação, Juventude e Desporto? -----

----- - Tendo em conta que a Autoridade para as Condições de Trabalho em 2013 chegou a notificar a autarquia sobre este edifício, já procedeu a Câmara às necessárias vistorias técnicas?-----

----- - E está ou não prevista alguma empreitada que permita solucionar os problemas referidos? E quando? -----

----- 3º tema: Remoção de cablagens em edifícios. -----

----- Na sequência da aprovação da Proposta nº 258/2015, o Município de Lisboa, de acordo com o ‘Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público’, ficou de tomar as devidas medidas conducentes à remoção de cablagens em edifícios até 31 de maio de 2017. Trata-se de cabos que, ao longo de décadas, foram sendo colocados por várias empresas, incluindo as de energia elétrica e de telecomunicações, que dão uma imagem de algum abandono ou degradação à Cidade. -----

----- O regulamento impõe a sua remoção pelos proprietários das redes, ou seja, pelas empresas que os colocaram em espaço aéreo ou em fachadas, passando-as para as redes subterrâneas.-----

----- Para além de estarmos perto do prazo de maio de 2017, como se sabe, existem cabos em utilização, cabos sem atividade e cablagem de empresas que até já não existem. O problema está muito longe de estar resolvido e o que pretendemos saber é:-

----- - Que medidas já encetou o Município junto das empresas, tendo em vista a remoção da cablagem dentro do prazo regulamentar? E qual o ponto de situação neste momento? -----

----- - Em que medida têm as operadoras direito a usar as fachadas de edifícios privados? -----

----- - Se a Câmara não atuar, poderão os donos dos prédios aplicar uma renda pela passagem dos cabos na sua propriedade? -----

----- - E como vai a Câmara proceder com as cablagens de empresas entretanto extintas? -----

----- 4º tema: Desabamento de terras em Lisboa. -----

----- Registam-se na Cidade diversas situações de risco de movimentos de terras em espaços públicos e privados e, por vezes, chega-se mesmo a verificar derrocadas que põem em perigo a vida das pessoas e os seus bens. Não nos podemos esquecer que Lisboa é o concelho com maior número de ocorrências de derrocadas nos últimos 150 anos. -----

----- A situação não é nova e Os Verdes andam há anos a alertar para este perigo, dando exemplos concretos de riscos de derrocada. Recentemente alertámos para uma situação na Freguesia São Domingos de Benfica e também a questão da Vila Martel foi um alerta d'Os Verdes. -----

----- Em 2010 exigimos saber qual a razão para a Câmara Municipal de Lisboa ter conhecimento de situações graves e nada fazer no sentido de interditar o acesso a zonas de perigo e de prevenir os acidentes e quando pensava a autarquia avançar com ações de interdição dos espaços ameaçados e de eliminação de risco de colapso. -----

----- Em 2011 fizemos inclusivamente aprovar por unanimidade uma recomendação sobre o risco de movimentos de terras na Cidade de Lisboa, propondo que a Câmara procedesse ao levantamento exaustivo das situações em risco, que avançasse com ações de interdição dos espaços ameaçados e de mitigação de risco de movimento de terras e que apresentasse regularmente à Assembleia Municipal os resultados das operações implementadas nesse sentido. -----

----- Sobre o caso mais recente da Rua Damasceno Monteiro é necessário apurar responsabilidades por parte da Câmara, até porque essa encosta está assinalada no mapa de riscos do PDM como tendo risco médio a elevado de derrocada. -----

----- O muro que cedeu tinha, de início, algumas aberturas destinadas a drenar as águas e, segundo se sabe, a solução encontrada pela administração do condomínio foi tapar os furos, o que é completamente desaconselhável e põe em causa a sustentabilidade do terreno. -----

----- Perante isto, Os Verdes perguntam: -----

----- - O que foi feito nos últimos anos no sentido do levantamento das situações em risco de movimentos de terras, das respetivas ações de interdição dos espaços ameaçados e de mitigação de risco? -----



----- - O que falhou na situação da Rua Damasceno Monteiro, uma vez que aparentemente a Câmara Municipal de Lisboa tinha sido alertada para esse risco e podia ter agido de forma a evitar o que aconteceu?-----

----- - Como pode a autarquia justificar que a administração do condomínio possa ter tapado as aberturas do muro de contenção, acabando por pôr em causa a sustentabilidade desse muro e consequentemente a segurança de pessoas e bens? -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada e agora as respostas não sei quem é que responde. O Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “ Senhora Presidente eu quero dar a resposta a esta última questão da Senhora Deputada e depois o Senhor Vereador Manuel Salgado às restantes, dizer que acho de uma grande gravidade e impróprio aquilo que a Senhora Deputada acabou de afirmar, acho até uma levandade aquilo que acabou de dizer. Afirmar que a Câmara podia ter evitado o que aconteceu é leviano, é falso e é impróprio da sua parte. -----

----- Aliás, podia ter evitado tanto como a Senhora Deputada podia ter evitado, aliás, se conhecesse o muro ou se conhecesse a situação e acho que tratar dessa forma a assuntos de grande gravidade exige responsabilidade, exige rigor e não se compadece com a forma como a Senhora Deputada, o trata e não serei, aliás, aquilo que a Senhora Deputada o trata e não lhe farei aliás aquilo que a Senhora Deputada com recorrência nos faz a nós e faz a Câmara e e acabou de aqui fazer e, por isso vou tratar, vou informá-la do melhor que a Câmara sabe e que nós temos informação, comprometer-me, aliás, a quando tiver toda a informação recolhida que, neste momento não está, comprometi-me fazer uma informação detalhada à Câmara Municipal e fá-lo-ei à Assembleia relativamente aos acontecimentos da Damasceno Monteiro.-----

----- A informação que posso dar é seguinte: nós neste momento, não sabemos ainda as razões que levaram à queda do muro. Estamos a fazer um apuramento de todas as condições de licenciamento com que foi feito no edifício, de tudo quanto possa ter acontecido de construção ou de alteração no mundo e não temos uma informação precisa sobre o que terá levado ao acontecimento, se foi um acontecimento súbito, se um acontecimento associado a um acontecimento de degradação contínua, com algum momento mais marcante como a construção adicional que se possa ter realizado, com problemas de drenagem ou com qualquer outro evento, não temos uma resposta cabal para dar. -----

----- Segundo lugar relativamente às informações de que a Câmara dispõe. A Câmara tem uma informação durante muitos anos de vasta comunicação trocada entre os moradores, o condomínio e a Câmara, uma grande parte dela em torno da questão da propriedade do muro, há um diferendo entre, um diferendo não, o condomínio sustenta que a propriedade do mundo é da Câmara, a Câmara tem sustentado ao longo dos anos e, na minha opinião bem e de forma indiscutível, que o muro é propriedade privada, por uma razão de um lote de terreno foi vendido aquela parcela de terreno em

complemento de lote e, naturalmente o muro é integrante desse complemento de lote seria, aliás, bizarro que a Câmara tivesse vendido, que a parte de cima do terreno fosse privada, que nós tivéssemos vendido uma parcela de terreno em complemento de lote, que a parcela Damasceno Monteiro fosse privada e que a Câmara tivesse mantido como única sua propriedade o muro a separar 2 propriedades privadas e, por isso é para nós claro que isto é um muro de natureza privada, cuja responsabilidade da manutenção é privada e que devia ter sido assegurada e mantido.-----

----- Terceira questão de natureza diferente que é a questão dos alertas sobre a situação, Senhora Deputada, peço-lhe que me ouça com atenção. -----

----- Terceira questão, diferente que é saber dos alertas que foram feitos sobre o poder e responsabilidade que a Câmara tem enquanto entidade inspetiva, que é uma natureza diferente do proprietário. A informação que nós temos, não vou suportar à informação anterior a este tempo, porque há um relatório feito por Técnicos da Câmara de 2013, que, após e, por isso, de vastas comunicações anteriores em 2013 há uma inspeção feita pela Câmara e que conclui que o muro não apresenta sinais de qualquer alteração. Há os proprietários da Vila Graça que instalaram um sistema de monitorização da evolução do muro e o último relatório que foi fornecido à Câmara de 2014, sinaliza que o muro não tem alterações dessa no seu desenvolvimento. Posterior a isso a informação que a Câmara tem de comunicações trocadas sobre este assunto refere-se a um pedido feito em 2015 de informação à Câmara sobre de novo a questão da propriedade, isto é um munícipe a questionar se o muro era ou não era propriedade, quem era o proprietário, a Câmara informa que é privado informa ao nome do proprietário. Este é o resultado de informação que eu tenho à data de hoje, o que posso dizer no dia 14 de março, não temos o apuramento concluído, pedi para ser feito um levantamento exaustivo nos Serviços da Câmara, pedi para ser feito um levantamento exaustivo junto dos moradores, obviamente, com a dificuldade que neste momento não estão nas suas casas de todas as informações trocadas com a Câmara para saber se houve posterior a 2014, alguma comunicação que indicasse situação anómala no muro e que devesse ter motivado uma atuação da Câmara. Até este momento não disponho dessa informação, mas como digo não é o resultado final das averiguações que estamos a fazer. Apontei em Câmara que no final do mês de março, poderíamos fazer essa informação e prestar essa informação mais rigorosa e, é no fundo, isto que eu queria, esta informação queria com rigor prestar a esta Assembleia. -----

----- Perante a situação, nós agimos em primeiro lugar protegendo a segurança das pessoas, protegendo a vida das pessoas, das que foram diretamente atingidas, as que estavam na envolvente e procuramos cuidar do seu conforto. -----

----- Em segundo lugar, tomamos a decisão da realização rápida, o mais rápido possível da obra de estabilização de toda aquela encosta e de recuperação da estabilidade da infraestrutura para depois fazer a recuperação do edificado, para que as pessoas possam retomar com normalidade as suas vidas e em terceiro lugar estamos a fazer um levantamento das responsabilidades relativamente à conservação do muro e também à responsabilidade da Câmara, enquanto entidade com poder para a e

ordenar até a realização de intimar para a realização de obras a entidade particular, como é o caso. O que posso dizer até agora, não corrobora a afirmação taxativa da Senhora Deputada que nada conhecendo e nada tendo visto é capaz de ser juiz e fazer condenações sumárias na praça pública e a informação de que disponho é que o último relatório que nós temos é de 2014, e não temos para já, e volto a sublinhar para já, para já, porque o levantamento não está concluído, estará concluída até ao fim do mês, informação que tenha sinalizado nenhum sinal de alerta que pudesse não ter sido tratado de forma adequada!-----

----- Não estou a dizer que não aconteça, não estou a dizer que não apareça, só estou a dizer que até à data do levantamento que temos de informação dos serviços não existe e pedimos também às pessoas que me façam chegar diretamente ao meu gabinete, todas as comunicações existentes. A última de que dispomos que foi encontrada data de 2015 e foi questionado o Departamento de Património da Câmara sobre a questão da propriedade do muro, obviamente, tendo em vista a realização de obras, mas não propriamente numa situação.....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas Senhor Presidente tenha aí presente que tem 8 minutos e 47 e tem 13 Senhor Deputados inscritos para fazer perguntas.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “ Senhora Presidente, eu peço desculpa de me ter estendido, peço a compreensão das Bancadas, mas acho que se trata...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, a compreensão das Bancadas tem sempre e da Mesa também, eu estou só a alertar para o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “ Senhora Presidente, eu não consigo tratar de forma telegráfica assuntos com esta importância, que tiveram este impacto e que se a figura Regimental até fosse outra eu teria exposto logo no início desta reunião e não aqui a meio, a reboque de uma pergunta da Senhora Deputada, aliás, até não comentário...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Presidente, desculpe mas o Senhor Presidente está a responder à Câmara nos termos Regimentais, está a responder à Assembleia nos termos Regimentais e é o dever da Mesa acautelar que haja tempo para que todos possam ter a sua resposta e só nesse sentido.-----

----- O Senhor Presidente não pense que a Mesa alguma vez me queira tirar a palavra! Queremos é que todos tentem procurar a gerir o melhor, o melhor possível o seu tempo e vamos prosseguir. O Senhor Vereador tem ainda que responder à Senhora Deputada, é isso?”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “ Senhora Presidente, peço ao Senhor Vereador Manuel Salgado para responder às restantes questões.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu a algumas questões colocadas:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente, eu vou responder à questão dos cabos em fachadas nós estamos, de facto, a implementar o *Rehab*, há um prazo que foi fixado no neste Regulamentos que era de maio de 2017, já se tiraram os vários cabos em várias situações porém é uma situação mais difícil do que aquela que antevíamos quando foi aprovado na Assembleia Municipal este Regulamento, hoje em dia colocar um cabo nas fachadas é uma coisa que demora cerca de meia hora e, portanto, a fiscalização é particularmente complicada. -----

----- A razão pela qual a Câmara tem autoridade nesta matéria é porque consideramos que um cabo que é justaposto a uma fachada está no espaço público e, portanto, obviamente que isto não pode dar benefícios ao proprietário do prédio, porque o objetivo é retirar os cabos e enterra-los e a todas as obras que a Câmara está a fazer, está a enterrar tubagens, todas estas Praças que há pouco referi e as Ruas onde são feitas intervenções de fundo, têm tubagem para se enterrar os cabos, já se tem conseguido enterrar nalguns casos, mas o processo está a ser mais lento do que aquele que esperávamos. -----

----- Penso que, neste momento, temos que entrar numa fase mais musculada no sentido de pressionar as empresas de telecomunicações, porque são essencialmente estas que têm cabos na fachada para retirarem estas cabelagens. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, respondeu a algumas questões colocadas:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Bom, há aqui alguma confusão, o Plano de Milão, que foi referido pelo Senhor Deputada e que eu conheço bem é um plano que visa essencialmente as regiões, o próprio Milão tem uma região absolutamente gigantesca para adesão a um Programa destes, de forma de produção alimentar, etc., quer dizer, não podemos reduzir aquilo que está previsto no plano de Milão a uma Cidade, como o tamanho de Lisboa, é impossível que Lisboa tenha produção alimentar para alimentar Lisboa e, portanto, o sentido do sentido das propostas de Milão são precisamente conceber regiões alargadas, olhe, podia ser Área Metropolitana, uma proposta vinda da área Metropolitana para tentar e, mesmo assim, tenho dúvidas que a nossa Área Metropolitana tivesse capacidade agrícola para integrar o Programa destes e, portanto, nós temos que saber o que é que vamos assinar, para que é que vamos assinar e porque é que vamos assinar, a primeira questão é que o plano é isto. -----

----- O plano é, e se for verificar quem de quem integra o plano são precisamente regiões, áreas metropolitanas, umas mais vastas e outras mais pequenas, o que não quer dizer que Lisboa não tenha que trabalhar, não assinou de facto o pacto de Milão, neste sentido, ainda estamos a estudar hipóteses, mas fizemos trabalho de casa. Que

de casa é que nós fizemos? Olhe, desde logo na Cidade de Lisboa e na medida do possível alargar substancialmente a produção alimentar, obviamente, não para integrar um Programa destes, mas para subsistência, para ocupação de tempos livres, nós, neste momento, temos 16 parques hortícolas a funcionar e vamos ser mais 4 até ao fim deste Mandato, o que quer dizer que fizemos aqui um trabalho muito significativo para quem começou a trabalhar nesta área e não havia nenhum. -----

----- A segunda coisa é que existe na Câmara um trabalho exemplar que é feito até pelo Vereador João Afonso e salvo erro pelo Vereador do CDS, que tem a ver com o desperdício alimentar, portanto, também não estamos desatentos a esta matéria! E mesmo à procura de uma região, que eventualmente nos pudesse assegurar e permitir acionar o plano de Milão, eu próprio falei com todos os Presidentes da Câmara daquela região que parecia que tinha melhores condições, com todos os Presidentes da Câmara, com aquela que me parecia com melhores condições de termos de produção alimentar, nomeadamente a Região Oeste, nomeadamente por causa dos frescos de fruta e do fruto e fiz, falei com eles todos, no fundo para perceber até que ponto que Lisboa pode ser um catalisador de uma de uma situação destas, não juridicamente como sabe, estamos integrados na Área Metropolitana de Lisboa, esta pode ser uma ação da Área Metropolitana de Lisboa, que eu tenho dúvidas que tenha capacidade face à urbanização que existe na área Metropolitana de Lisboa para ser facto, produtor alimentar dela própria, acho que deve ter as ações que a Câmara fez e acho que isso a Câmara exemplar em relação à produção alimentar que, neste momento, está a fazer na Cidade de Lisboa.

----- Estamos a procurar parceiros a outro tipo de concelhos, como é o caso da Região Oeste e mesmo regiões de aqui perto, ou concelhos aqui perto para tentarmos desenvolver uma política, portanto, sim não assinámos o Pacto de Milão, sim estamos a seguir tudo aquilo que conceptualmente poderá ser as ideias que estão no Pacto de Milão. Acho que isto é um assunto que deve abranger uma Área Metropolitana ou uma Região e neste sentido, nós estamos a trabalhar numa Região para tentar conseguirmos aquilo que parece que estamos todos de acordo, é que quanto mais perto de ver as frescos da Cidade de Lisboa melhor para a Cidade, naquilo que nós podemos fazer dentro da Cidade acho que estamos a trabalhar bem e até posso dizer sem modéstia ou sem falsa modéstia, estamos a trabalhar mesmo muito bem, em relação aos às partes do artigo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Alguém ficou por responder às condições de trabalho do edifício da Alexandre Herculano? Ah, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, respondeu a algumas questões colocadas:-----

----- “ Muito obrigado. Muito rapidamente, eu só começando por dizer que já trabalhei naquele edifício e, de facto, quando lá trabalhava houve alguns problemas gravíssimos que reportam, aliás, às datas que a Deputada Cláudia Madeira referiu, nomeadamente os elevadores todos avariados ao mesmo tempo e coisas do mesmo género, neste

momento, a todas essas reparações foram feitas, os elevadores funcionam, os 3 elevadores existentes no edifício funcionam.-----

----- Foi feita intervenção no refeitório e em que ao nível da das instalações da água, eletricidade e gás e ele recorre começou o seu funcionamento a 30 de janeiro. Foram feitas um conjunto de intervenções no sistema de AVAC que para resolver as questões relacionadas com a climatização e está em fase de preparação, um conjunto de intervenções nos *layouts* da próprios posição do mobiliário e dos postos de trabalho dos trabalhadores e das questões relacionadas com as janelas e a sua capacidade de não deixar entrar ou sair a ar quente ou frio, em função da época do ano e, portanto, estão estas 2 situações em preparação todas as outras estão resolvidas. Era essa a nota que eu queria dar. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador e agora sim creio que concluímos a primeira ronda e vamos entrar na 2ª. ronda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Graça Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões:-----

----- “ Boa-tarde a todos, cumprimento a Mesa na pessoa da Senhora Presidente, cumprimento os meus colegas Deputados, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores.-----

----- As duas perguntas que faltam a perguntar ao Executivo da Câmara, parte do meu do PSD, tem a ver com os dois espaços: um ligado ao turismo e outro ligado ao espaço público.-----

----- Esses dois espaços são a Estação Sul/Sueste e a Doca da Marinha que, como nós ou a maior parte sabemos, há algum tempo vem a público que iam passar para a Câmara, eu digo algum tempo para não dizer bastante tempo e queria perguntar à Câmara e ao mesmo tempo dizer e congratular-me para que estes espaços, são espaços emblemáticos da Cidade de Lisboa, em que um está há longos anos o abandono que é o caso da Estação Sul e Sueste e outro é o com aproveitamento muito reduzido, apenas para uma elite da Sociedade Portuguesa que são a Marinha, que são os militares que utilizou aqui ou para estacionamento, ou para se deslocarem em vedeta de manhã e ao fim da tarde para o Arsenal na outra banda.-----

----- Em relação à Estação Sul e Sueste ao instalar aquilo que foi dito e que foi comunicado não me recordo já se pela Câmara ou para a Comunicação Social a instalar um Cais para o Marítimo/Turístico, é realmente uma excelente ideia, porque o Marítimo/Turística é uma entidade de Turismo que Lisboa precisa e que está um pouco ainda abandonada, o cais de aparcamento e de embarque e desembarque encontra-se na Doca do Espanhol mais propriamente na Rocha do Conde de Óbidos e não tem dignidade nem para a Cidade de Lisboa, nem para o turismo português.-----

----- Em relação à Doca da Marinha é o espaço que deve ser devolvido ao espaço público é mais uma zona ribeirinha, que o público pode usufruir do Tejo e, por isso é que estes dois espaços são espaço de uma maior valia para a Cidade de Lisboa, para o Turismo e para todos nós. Queria perguntar quando é que se concretiza a sua

passagem para a Câmara e quando é que efetivamente vai ser posta à disposição do público, estes dois espaços emblemáticos da Cidade de Lisboa. Tenho dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. O senhor Presidente da Câmara, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, muito obrigado pelas perguntas. -----

----- De forma breve, relativamente à Estação Sul e Sueste partilhar o seu regozijo com a passagem da Estação para a Câmara, foi possível fazer essa passagem há poucos meses atrás, depois de vários anos tentativa e no qual isso não foi possível, tive oportunidade de assinar ele próprio Protocolo com o Ministro das Finanças e com o Ministro do Equipamento que formalizou passagem para a Câmara e foi aprovado em Câmara a passagem para a ATL, para que a ATL pudesse fazer toda requalificação de toda a Estação Sul e Sueste acordo com o projeto de recuperação nos termos que estavam feitos por Cottinelli Telmo, é esse, está neste momento a recorrer a esse processo e espero que, em breve o mais breve possível que essa obra esteja concluída para devolver à Cidade mais esse espaço.-----

----- Relativamente ao cais da Marinha há um Protocolo entre a Câmara e Marinha para permitir a reabilitação deste espaço e a recuperação deste espaço, esse protocolo, aliás, vai sofrer agora uma alteração que num sentido ainda mais favorável para a utilização pública e estamos a trabalhar para a localização das, no fundo a Marinha tem ali três necessidades, uma do transporte através das vedetes para o lado de lá, para o Alfeite, que se vai manter em instalação junto à Gare Sul e Sueste, neste caso relativamente à, não é à Sul e Sueste, é aos barcos, a Estação dos Barcos para o Barreiro, segundo uma dimensão de barcos apreendidos e terceiro a dimensão da Unidade de Combate à Poluição.-----

----- O que estamos a trabalhar é para a transferência dessas duas unidades para Santo Amaro, para a criação de condições para que sejam aí instaladas e se conseguirmos levar esta objetiva bom porto significará a devolução à Cidade toda a zona da Doca da Marinha, isto é, com a abertura à fruição pública toda aquela grande zona que passará pelo derrube daquele muro todo, fronteiro ao Campo das Cebolas, a requalificação do espaço público que partirá da Sul e Sueste, Doca da Marinha e prosseguirá até à frente que agora vai ficar recuperada muito em breve, que é a do Terminal de Cruzeiros e, por isso é uma obra que não terá início este Mandato, para grande pena minha, que como sabe sou um fã de iniciar e concluir obras, mas muito em breve, mal se tenha, mal tenhamos a capacidade de pôr, de concretizar a passagem destes equipamentos da Marinha para a Doca de Santos podemos avançar na realização desta obra de devolução de mais este espaço à Cidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões:-----

----- “ Muito boa-tarde Senhora Presidente, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público e Imprensa. -----

----- Eu trago 3 perguntas hoje de três temas diferentes: a primeira pergunta são as ciclovias. Contrariando os velhos do Restelo, que nós ouvimos durante bastante tempo, que auguravam o pior para a campanha de construção de ciclovias em Lisboa, elas estão a ser bem-sucedidas e a ser usadas que os lisboetas não só para passar ao fim de semana, mas também o que é importante para trabalhar. Um recente estudo constatou que, entre as 8 e meia e as 10 e meia de um certo dia de Fevereiro passaram 174 ciclistas no troço entre a Avenida da República e a Duque de Ávila, é pois importante que este projeto não pare e que se complete para incentivar os que ainda não usam as ciclovias a encorajar os que as usam e dando-lhes mais alternativas de percursos. -----

----- As perguntas que eu tenha fazer sobre as ciclovias são as seguintes: para quando a implementação do projeto das prometidas bicicletas partilhadas? Para quando a ligação entre o Marquês e a ciclovia ribeirinha? Para quando a ligação do Restelo e da ciclovia ribeirinha, aproveitando as obras do Jardim do Império e a passagem subterrânea?-----

----- Tenho outra pergunta sobre as novas obras em centros da Cidade, em centros históricos da Cidade. Todos nós sabemos que o comum dos cidadãos não sabe ler plantas nem ver projetos no espaço, muito por essa razão têm surgido nos últimos tempos contestação, contestações várias de cidadãos admirados e descontentes com novos edifícios que surgem nos seus Bairros históricos e que consideram desintegrados do contexto, mas que só se aperceberam da sua existência quando a construção já vai adiantada e a conseguem visualizar. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa não poderia como acontece em alguns países designadamente a Suíça nos casos em que um novo edifício situado em zonas históricas com muita uniformidade estética e estilística, antes de dar início à nova construção colocar no seu espaço de implantação, um mono que permitisse compreender a volumetria e a estética do novo edifício e ouvir os cidadãos? Penso que se evitaria muitos mal-entendidos. -----

----- A terceira pergunta destina-se às livrarias de Lisboa. Lisboa como outras Cidades do mundo tem vindo a perder livrarias, das 26 no roteiro do Chiado 8 fecharam e 3 mudaram-se, a livraria Rodrigues fundada em 1863 a segunda mais antiga de Lisboa fechou, mas, por outro lado, a Livraria Sá da Costa soube sobreviver dedicando-se ao livro antigo e algumas antiguidades. -----

----- As razões do desaparecimento das livrarias são múltiplas, novas tecnologias, compras eletrónicas, vendas nos supermercados, desadequação dos próprios proprietários aos novos desafios da sociedade contemporânea, Lei das Rendas, etc., a rede das bibliotecas públicas tem recebido novos incentivos e tem agora uma nova Biblioteca em Xabregas o que constitui também um importante apoio ao livro e à leitura e à aquisição de livros e à chamada de atenção para o livro. A Câmara tem vindo, com o Programa Lojas com História a criar apoios ao comércio tradicional fornecendo-lhe meios para se modernizar, adaptando-se aos clientes do século XXI,



muito trabalho tem sido feito na última classificação publicada incluiu se a Livraria Lello, no Chiado, que eu saúdo. Porque não solicitar à Comissão de Lojas com História um olhar atento sobre o setor das livrarias históricas, classificando as que justificam de uma só vez, o que lhes daria até uma forte visibilidade e uma manifestação do interesse da Cidade pelas livrarias históricas? Valeria talvez a pena classifica-las de uma só vez, que também não são tantas assim, o que chamaria de facto a atenção, em vez de ir classificando a pouco e pouco? Esta era a minha pergunta/sugestão. Muito obrigada, boa-tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- Senhor Presidente, é o Senhor Vereador Sá Fernandes a responder sobre as ciclovias? Tem a palavra, depois sobre as obras nos centros históricos e as Livrarias de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente de facto isto hoje são temas todos muito interessantes, eu há bocado até gostava de ter falado também naquilo que ia ser um sítio impermeabilizado e que vai ser um novo jardim verde na Penha de França, mas o meu colega Vereador Manuel Salgado já falou do processo.-----

----- A Senhora Deputada agora introduz dois temas que me são muito queridos, isso das livrarias a sugestões é bem gira! Mas eu vou responder às ciclovias, ah e isso dos prédios também é interessante, eu até nem percebi bem o que vai nascer ali na Praça das Flores, mas era bom que a gente todos percebêssemos, o cidadão comum e mesmo nós próprios.-----

----- Em relação às ciclovias é um facto, quer dizer, há cada vez mais pessoas a andar e nós temos de fazer mais ciclovias, mais interligadas, mais ligadas ao transporte público mais ligadas aos Interfaces e é óbvio que a zona de Belém não pode ser esquecida. Neste momento está-se a acabar a obra que vai até Alcântara, e estamos a acabar neste momento o projeto para segui-lo até Belém e integrá-la obviamente depois na zona monumental e histórica, não vai ser feita já essa, isto é feito por troços, é feito conforme se percebe a dinâmica das próprias bicicletas e como há pouco um Senhor Deputado referiu, é bom que nós apresentemos um plano geral ligado aos transportes públicos para as pessoas também se aperceberem o que está a ser feito.-----

----- Em relação ao próprio Túnel vai haver essa passagem, e vai haver essa passagem com uma dupla função, uma que curiosamente foi sugerida pela Senhora própria Deputada num concurso da Praça do Império, que é permitir que se conte a história da Praça do Império, ou daquela zona, desde o Restelo que como sabe o Restelo é o sítio onde se deitava o restolho e, por isso é que desse nome, desde essa altura até aos dias de hoje, passando pelas várias vicissitudes, incluindo o Projeto do Cottinelli Telmo, o que era antes do Cottinelli Telmo, das várias experiências que foram feitas na Praça do Império e vai contar isso e vai permitir obviamente a passagem pedonal e a levar as bicicletas de um lado para o outro, que é absolutamente imprescindível para irmos

para o Rio, portanto, acho que respondi à sua pergunta e gostei muito das suas sugestões que não têm a ver com o meu pelouro, mas que agradou bastante.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Tem a palavra o Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado.-----

----- De forma muito breve para responder à Senhora Deputada relativamente àquilo que coloca, eu concordo com a com a preocupação que que a Senhora Deputada referiu aqui e acho que, quando há projetos com determinado nível de controvérsia, acho que eles devem ser explicados tenho um pouco dúvida sobre o mecanismo anterior e, porque eu acho que é impossível adivinharmos uma polémica, até porque senão não seria, não a seria como tal, isto é sempre uma certa surpresa, isto se fosse previsível não era a vida!-----

----- Mas acho que que nos vários casos em que há sensibilidade social deve haver o debate, que deve ser feito, nomeadamente no caso que já foi colocado na última Reunião Descentralizada relativamente à questão do Museu Judaico, fiz uma proposta, aliás, se houvesse um debate que envolvesse em particular a DGPC, que tem responsabilidades acrescidas sobre esta matéria, envolvesse ou com os próprios promotores e a Câmara, um debate franco e aberto com a população sobre o que ali vai acontecer e porque vai a acontecer.-----

----- Agora, eu gostava também que, neste momento, há 3 casos que mais polémicos estão a levantar questões, não é esse, o outro é o da Rua das Flores, mas há um 3º que nos deve fazer pensar que é de um edifício do Largo Bordalo Pinheiro em que o projeto que neste momento está em causa é um projeto de recuperação de uma fachada mais harmoniosa com o conjunto, e o movimento de contestação que está a gerar é da defesa de um projeto que hoje é valorizado enquanto tal, que remonta aos anos 70, mas que foi vilipendiado há época como uma aberração, precisamente naquele sítio e, por isso, é preciso, como estava aqui a trocar opiniões com o Vereador Manuel Salgado imagino que há época não conheço o debate, mas não custa a crer na época que o edifício onde é o atual Totta e Açores, na Baixa, na Rua do Ouro não deva ter sido há época acolhido sem o seu quê de polémica na medida em que é verdadeiramente dissonante de toda a arquitetura da Rua do Ouro e hoje creio que seria, acho que todos os Senhores Deputados, se acorrentariam ao edifício se alguém pretendesse fazer o que quer que fosse, de alteração àquele edifício.-----

----- Bom, e para isso é preciso saber gerir estas tensões, estas diferenças e, acima de tudo, geri-las de forma democrática do ponto de vista do que são as responsabilidades e os poderes que a Câmara tem e no nosso quadro, o nosso quadro legal, é aquele que é, mas também que o respeito da atenção da diversidade e esperando naturalmente, e se possam ir aproximando posições.-----

----- Não quero com isto dizer, obviamente, que eu não sendo arquiteto que não tenha uma opinião própria sobre muitos projetos, tenho a minha opinião própria sobre vários

projetos, que não é igual a do arquiteto Manuel Salgado e muito menos igual à dos arquitetos promotores, mas, mas creio que temos que enquadrar estas divergências, porque muitos dos projetos que nós hoje defendemos, foram dissonantes e muito conflituais há época em que foram aprovados, mas também acho que tem que ser feito um debate caso a caso, um a um e ver de que forma, pelo menos, as pessoas têm o direito à explicação das opções que foram tomadas para que a solução. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Queria responder que em relação à questão foi colocada e à sugestão da possível classificação das Livrarias pelo Programa Lojas com História, queria apenas referir que o Programa Lojas com História, a comissão, o grupo de trabalho que no fundo tem a responsabilidade de gestão do Programa, quando houve aqui duas fases, uma primeira fase em que houve uma iniciativa da parte do Município para identificar o que nós consideramos o núcleo duro de lojas a ser classificadas e um dos elementos centrais na definição das desse núcleo duro era haver heterogeneidade nesse tipo de lojas que existia na Cidade e constam duas Livrarias, portanto, consta a Ferin e consta a Lellos na Rua do Carmo, portanto, não foi o objetivo do grupo de trabalho neste núcleo duro, definir todas as livrarias, mas sim ter, volto a dizer, diversidade na tipologia do Comércio, mas a partir do momento em que esta Assembleia Municipal já aprovou o Regulamento e o Regulamento está em processo de ser publicado qualquer livraria se pode candidatar e qualquer outra loja pode candidatar, mas as livrarias podem candidatar-se, o que pode fazer sentido da parte do grupo de trabalho é incentivar as livrarias a candidatarem-se, isso é algo que nós podemos assumir no sentido de as incentivar à sua classificação. -----

----- Agora o processo de que a de classificação dependerá da vontade dos próprios em apresentar uma candidatura a ideia faz sentido tem é que ser implementada de uma forma um pouco diferente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente, e vamos prosseguir com mais perguntas.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Nesta sessão de perguntas à Câmara, começo por referir o contacto de um munícipe, protestando contra a recente opção da Câmara, alterando para um número azul o telefone da Polícia Municipal, opção esta que se vai traduzir em custos para os utilizadores. -----

----- É um facto que a maioria dos munícipes é cliente de uma operadora de serviços integrados de telecomunicações, o que inclui chamadas grátis para a rede fixa nacional, ou para telemóveis no sistema de pacotes por minutos. -----

----- Nestes contratos chamados para um número azul não estão abrangidas, o que implicará sempre custos para os municípios, situação no mínimo absurda, pois não se traduz em nenhuma vantagem, e bastante incorreta, pois o contacto visa dar conhecimento de assuntos de interesse geral, no âmbito das competências da Polícia, não se justificando este custo.-----

----- A Câmara disponibiliza dois tipos de números de atendimento, não se percebendo o motivo pelo qual a Polícia Municipal também não o pode fazer.-----

----- Pergunta-se: é correta a denúncia feita por este município? O que pensa a Câmara Municipal de Lisboa de toda esta situação e o que vai fazer no sentido da sua resolução, permitindo a continuação de disponibilização de números de atendimento gratuitos?-----

----- A 2ª questão que coloco à Câmara diz respeito àquilo que para nós resulta de facto de uma evidência, hoje já se falou aqui tanto em evidências, mas esta de facto é mais uma evidência e que diz respeito a uma negociata que se perspectiva para Lisboa: a maioria na Câmara de Lisboa, PS/Medina/Sá Fernandes, aprovou o lançamento de um concurso para entrega da manutenção dos espaços verdes municipais a privados. 30 (trinta!) milhões de euros para quatro anos.-----

----- É conhecida a posição do PCP sobre estas matérias: a Câmara poderia e (deveria!) assegurar esta tarefa, com garantia de qualidade e economia de recursos, caso apostasse na formação e contratação de jardineiros, coisa que deixou de fazer há vários anos, como temos vindo aqui a denunciar.-----

----- A minha pergunta é apenas uma: é este um bom princípio de gestão dos dinheiros públicos? Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Quem responde? O Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte informação:-

----- “É o Vereador Sá Fernandes e depois o Vereador Carlos Castro.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, respondeu à questão colocada:-----

----- “Senhora Deputada, eu admito a diferença de posições que a gente tenha, agora o que eu acho que já não é muito simpático é falar em negociata numa coisa que vai ser um concurso público, com as regras todas da contratação pública, com os graus de exigência que o concurso desta natureza tem, portanto, admito a diferença de posição, mas não lhe admite chamar uma “negociata” a uma coisa que vai ser completamente transparente, insinuando o nome “negociata” insinuando que haja aqui um móbil que seja diferente daquele que é manter os espaços, não há negociata nenhuma!-----

----- E depois também lhe lembro, também lhe lembro o seguinte: a Câmara teve que tomar uma opção num determinado tempo, aliás, é um opção Senhora Deputada, que já vem do tempo quando o próprio PCP geria o problema dos espaços verdes, porque a 1ª contratação de prestação de serviços para a manutenção dos espaços verdes foi feita precisamente nesse tempo, com dois grandes contratos para Monsanto e,

portanto, porque é que isso aconteceu? Aconteceu porque, de facto, não temos os meios suficientes dentro da Câmara para manter os espaços verdes. Quando estes dois e meio Executivos entraram em funções, nós deparámo-nos com uma realidade que é, que não podemos fugir dela. -----

----- A Câmara tem um limite para a contratação de trabalhadores. Tínhamos aqui uma opção para fazer: contratávamos pessoas para a Higiene Urbana, onde ainda temos massa crítica a pessoas, serviço, a funcionar ou íamos tentar recuperar um serviço que chegou a ter mil jardineiros, mil jardineiros da Câmara e, ao mesmo tempo desfalcávamos, não conseguíamos atingir esse número, e desfalcávamos a Higiene Urbana, ou seja, ficávamos com dois maus serviços no interior da Câmara? Nessa altura optámos por manter como um bom serviço de Higiene Urbana e prosseguiu-se nos limites da Lei, a contratação das pessoas da Higiene Urbana, como aconteceu também que os Bombeiros e com a Polícia Municipal. -----

----- Esta foi a opção que tomou, termos, mantermos dentro da nossa organização serviços com pessoal suficiente para dar resposta à necessidade da Câmara sem necessidade de contratar fora, Higiene Urbana, Polícia Municipal e Serviços de Protecção Civil, nomeadamente Bombeiros ou íamos procurar refazer uma coisa que era praticamente impossível, mesmo com os números hoje podemos contratar, e foi esta opção e neste momento ainda estamos com o mesmo constrangimento, como sabe, de contratação. A opção da Câmara aí foi clara, nós que somos a favor do serviço público, somos a favor de que os serviços sejam prestados pelas pessoas trabalhadores da Câmara ou trabalhadores das Juntas de Freguesias, mas só que temos que cumprir a Lei é para cumprir a Lei, nós seguimos esta metodologia. -----

----- A Senhora Deputada pode estar em desacordo, dizer que, mas não pode nos pedir é duas coisas, uma é que a gente contrate pessoas contrariando a Lei, outra é insinuar que tudo isto é uma negociata. Acho que é a palavra infeliz, mas, enfim, o jogo político às vezes estas palavras infelizes e outra não se pode pedir isso, a nossa opção foi clara e aquele concurso que nós lançámos é para 4 anos, que virá aqui à Câmara sempre que houver manutenções por mais de um ano, não obviamente os contratos de adjudicação será escrutinado na Câmara, na Assembleia Municipal e pelos próprios mecanismos quer do Tribunal de Contas, quer da própria contratação pública e, portanto, falar em “negociatas” eu não acho de bom termo. -----

----- Em relação aos motivos de porque é que nós não apostamos num regresso que, neste momento, nós temos cerca de 120 jardineiro não é? Que é impossível manter o serviço de qualidade que queremos nos nossos jardins com 120 jardineiros, é impossível, mas contratar mais jardineiros púnhamos em causa 3 serviços fundamentais que estão vivos e que estão bem assegurados na Câmara: que é a Protecção Civil, nomeadamente o Regimento de Bombeiros, é o da Higiene Urbana e é o da Polícia Municipal. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra, respondeu à questão colocada: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Deputada Ana Pascoa, obrigado pela questão que coloca. -----

----- Calculo que se refere a um a *email* enviado pelo Senhor João Pedro Ferreira, de facto, as questões do ponto de vista da ótica do utilizador tem pertinência porque é que houve aqui uma evolução? Esta evolução já aconteceu há vários anos e não é um exclusivo apenas dos Serviços de Segurança do Município de Lisboa, é também em termos Nacionais, se reparar a própria PSP, se ligar para o número será sempre 121 ou 22 sido os números de polícia, conforme, com base no alfabeto, esta decisão prendeu-se com o quê? Verificou-se que a esmagadora maioria dos contactos destas linhas gratuitas à exceção do 112, mesmo caso o 112 a maior parte destes contactos, só sobretudo linhas de abuso, portanto, perda de tempo para os vários operadores e, portanto, houve aqui uma necessidade já alguns anos se fazer esta evolução para haver uma partilha de custos, naquilo que diz respeito a este tipo de chamadas. -----

----- De qualquer forma do *email* que tive oportunidade de ler do Senhor e em que, para além da questão deste contacto telefónico, que é referido, o por que é que não utilizamos outros meios de contacto com a população, nomeadamente as redes sociais, tenho a informá-la a si e aos senhores Deputados que nós na Polícia Municipal, nomeadamente através do Facebook da Polícia Municipal que temos sempre o cuidado de não responder no âmbito do Facebook da Polícia Municipal, mas encaminhar para o *email* da Polícia Municipal e, portanto, utilizar os nossos instrumentos tecnológicos neste caso gratuitos, quer dizer, paga-se eletricidade o que o caso dos telemóveis, mas de procura de resposta imediata à população face a estas várias questões e as várias perguntas que a população nos apresenta. -----

----- Quando a esta questão do número de casos que foi claro, portanto, a lógica não foi uma questão apenas a Câmara de Lisboa é uma questão Nacional e, portanto, a única evolução que não se registou, de facto, foi no número 112 continua a ser gratuito, mas tudo o resto desta necessidade de evolução, uma vez que havia a esmagadora maioria era pura e simplesmente abuso da linha, portanto, havia um entupimento do ponto de vista dos operadores e esta necessidade de ter um pequeno custo a relativamente às chamadas, sendo certo que aquele número que é efetivamente principal esse continua gratuito. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara Municipal, Caros Vereadores, Caros Deputados. Muito boa tarde a todos. --

----- Trago aqui mais algumas questões que a que tínhamos referenciado para a Sessão de hoje, pelo que começo pelo tema que tem a ver com as obras de Entrecampos.-----

----- A intervenção projetada para o Nó de Entrecampos teve o seu início no ano passado, em outubro, vários moradores manifestaram contra o abate de a maioria das árvores ali existentes. Segundo a Câmara Municipal era necessário abater 28 e, após a insistência dos moradores e da comunicação social, o Senhor Vereador alterou o

projeto ficando aprovava a necessidade de se abater apenas 3, das 28 árvores indicadas, ou seja, manter-se-ão 25. -----

----- Segundo relatos dos moradores tal compromisso não foi cumprido, tendo sido abatidas várias árvores de grande porte, as perguntas que lhe colocámos são muito concretas: após esta sua promessa de manter as 25 árvores quantas destas, afinal, é que foram abatidas? -----

----- E ainda: qual a fundamentação para o seu abate? -----

----- O segundo tema que aqui trazemos refere o Programa Escola Nova, o Programa Escola Nova lançado pela Câmara Municipal tem como objetivo ampliar e renovar o parque escolar do Município, tendo sido promessa do Senhor Presidente Fernando Medina fazer cumprir até ao final do mandato o Programa lançado. A situação é já conhecida de todos, das 9 escolas Programadas apenas 2 foram concluídas. As restantes encontram-se atrasadas face aos prazos publicamente divulgados, temos escolas em que os alunos têm aulas em pré-fabricados, outras em que saíram do seu estabelecimento e foram para o outro, o que nos preocupa no que concerne ao Programa pedagógico envolvente das escolas em apreço e da comunidade em que as crianças estão inseridas. As verbas vão ser transferidas de orçamento um orçamento que traduz, o facto de a taxa de execução do Programa não alcançar os 50 por cento, pese embora alguns melhoramentos efetuados em equipamentos e que deram maior conforto e segurança, a comunidade escolar, comunidade essa que tem que tem protestado com o adiamento das intervenções. -----

----- Temos conhecimento de casos como o da Escola a Ducla Soares, Vítor Pala e Sampaio Garrido. O CDS tem visitado alguns desses estabelecimentos e devo dizer, é preciso ter noção de algumas debilidades apontadas no decorrer das empreitadas e que não se encontram ainda salvaguardadas. -----

----- O Senhor Presidente já admitiu que poderá falhar a meta para conclusão das escolas em 2017, neste sentido, questionamos a Senhora Vereadora Catarina Albergaria sobre quais as razões para os sucessivos atrasos no início destas obras? E ainda se está a Câmara Municipal disponível para divulgar os dados de cada obra designadamente o cronograma das intervenções?-----

----- Aproveito ainda esta intervenção para relembrar as perguntas concretas que ficaram sem resposta na intervenção anterior do CDS. Primeiro se conhece as sugestões propostas, apresentadas pelos moradores à Junta relativamente à questão que colocámos? Segundo se tem conhecimento dos constrangimentos vividos na Avenida Dom Rodrigo da Cunha e zonas adjacentes no que concerne à mobilidade? Terceiro, qual o projeto de intervenções que a Câmara Municipal tem para esta zona? E por último relativamente aos dados referentes ao congestionamento da Cidade e as significativas alterações à circulação viária efetuadas em desenvolvimento e a efetuar se tem a Câmara Municipal intenção de iniciar procedimentos para a revisão do Plano Estratégico de Mobilidade, perguntas mais concretas era impossível. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Pergunto quem é que responde? É o Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. As perguntas, de facto, são concretos aparece assim: obras na zona de Entrecampos e depois chegam aqui e perguntam quantas árvores foram abatidas? Bom, eu de facto de cor não sei, mas posso dizer que trazia aqui um extenso relatório sobre qual é o objeto da obra, qual é o faseamento da obra, para que é que obra está a ser feita, como é que se desviou o trânsito, como é que vai desviar o trânsito, mas não vale a pena responder, porque a pergunta é quantas árvores foram abatidas, mas eu responderei escrito e enviarei à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Em relação às outras questões que levantou quero-lhe dizer que há pouco sobre a Rua Rodrigues da Cunha, que eu efetivamente passou-me no meio das apresentações, mas queria referir que para já a EMEL vai entrar na Freguesia de Alvalade, portanto, desde 9 de março que está em processo de consulta pública se diz sobre o alargamento da área de intervenção da EMEL, vai regular o estacionamento nesta zona era uma pergunta feita há pouco e a no que diz respeito à Avenida Dom Rodrigo da Cunha há um projeto, portanto, no âmbito do plano da rede ciclável que, em que está prevista uma intervenção integrada na Avenida Dom Rodrigo da Cunha e artérias envolventes.

----- Já agora quanto à questão da Escola Nova eu, de facto, não percebi a intervenção da Senhora Deputada. Só para fazer de uma relação neste momento, foram concluídas 72 escolas, houve 72 intervenções, no total de 50 milhões de euros. Estão em curso 8 intervenções no montante de 10 milhões de euros. Estão em concurso na Plataforma mais 11 intervenções no montante de 24,3 milhões de euros e estão por concluir 24 intervenções, num valor de 34 milhões de euros. Isto perfaz um total de 118 milhões de euros, quando se diz que, de facto, não ligamos nada à Escola Nova eu queria lembrar-lhe que, por exemplo, em relação à habitação e aos Bairros Municipais a Câmara e a Gebalis já concluíram obras no valor de 70 milhões de euros e tem previsto ainda realizar 86 milhões de euros. E quando dizem que só gastamos dinheiro a fazer um embelezamento da Cidade queria-lhe lembrar que em relação às praças que o que está previsto gastar, são 9 milhões de euros e a as obras, as pequenas obras da que das Unidades da UCP perfazem de 9 milhões de euros, e, portanto, quando se diz que, de facto que os investimentos e as prioridades da Câmara ou deste Executivo estão completamente erradas, eu gostava que isto ficasse claro: 118 milhões de euros afetos ao Programa Escola Nova, 70 milhões de euros mais 86 afetos à habitação e que cerca de 30 milhões afetos a intervenções no espaço público. -----

----- De facto, as prioridades não são aquelas que os Senhores anunciam. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----



----- Vamos prosseguir, estamos sensivelmente a 3 intervenções de terminar a segunda volta e depois ainda temos mais uma pequena terceira e quarta voltas, mas com poucos Deputados inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Alves (BE)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Público. -----

----- Eu queria em primeiro lugar fazer uma declaração de interesses sobre o tema que vou colocar, que é a precariedade e eu estou aqui como Deputado Municipal, mas, acima de tudo sou sindicalista portanto, esta declaração de interesses para percebermos a razão a razão que nos leva a trazer aqui o tema, sabendo ou grande saber que, digamos, a Câmara Municipal e também as Empresas Municipais podem ou não ter trabalhadores precários, digamos, a laborar em vários locais. Poderíamos ter feito uma Recomendação, um pedido de esclarecimento, mas não podíamos deixar de aproveitar esta oportunidade para levantar um tema que está na ordem do dia com o digamos, a importância que lhes traz para a vida das pessoas e para a dignidade que devemos atribuir ao trabalho. Naturalmente que a questão da precariedade, farão o favor de nos informarem em concreto, quando os trabalhadores, se os há ou não nos diversos serviços, nas diversas empresas, mas opte, digamos, que a nossa pretensão é no caso de a esta questão da precariedade não ser a uma situação premente e presente na Câmara e nas Empresas Municipais. Este exemplo, se for exemplo, se alargue às Freguesias, a porque aí sim aí e naturalmente que temos conhecimento de que existem casos que são necessários resolver. -----

----- Por último queríamos também, digamos, enquadrar nesta questão da precariedade um outro um outro aspeto que é a externalização dos serviços, parece-nos que isto pode criar também espaço para a precariedade, as Empresas a quem são que o se, portanto, externalizados os serviços a podem ter esta situação e, com certeza que o têm e, portanto, esta a portanto, mesmo agora se falava aqui num caso concreto, era importante nós termos e a Câmara e nós todos termos presente que este é um problema das pessoas, é um problema da sociedade e que devíamos pugnar para que fossem erradicado do nosso seio. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu resposta às questões colocadas: -----

----- “Mais uma vez boa-tarde a todos. Muito obrigado ao Deputado Francisco Alves pela intervenção sobre esta matéria, que é uma intervenção que à maioria diz muito e com o qual estamos muitíssimo alinhados. -----

----- Em primeiro lugar gostava de salientar que em 2017, o Município de Lisboa tem estado a fazer esse mesmo levantamento já há algum tempo, tem estado a monitorizar todas as situações, e como todos sabemos há dois grandes grupos de contratos de prestação de serviço no Município, um parece-me evidente que não configura situações de precariedade e estou a falar de todas as situações e assessoria que quer na Assembleia Municipal, quer a com o junto aos Vereadores de cada uma das forças políticas que fazem parte da sua do seu *staff*, esses claramente não parecem, estão

claramente afastados dessa situação. Depois um conjunto de outros que nós fizemos essa opção, uma opção que trouxemos são os Órgãos Municipais em dado momento que estão intimamente relacionadas com a reposição de capacidade operacional nas áreas de Higiene Urbana e essa situação aconteceu, também tenho para partilhar convosco que ela está a ser terminada em face de os concursos para que esse um conjunto de pessoas, portanto, de novos operacionais pudessem ser, pudéssemos realizar os concursos e essas pessoas pudessem ser integradas em contrato em funções públicas em janeiro, 146 destas situações acabaram de ser integradas nos quadros do Município, e deixaram de ser prestadores de serviços, para além depois de o restante contingente de pessoas que não está, que não estavam com contratos de prestação de serviços e ganharam concursos e, portanto, estão a entrar para os quadros do Município. -----

----- Paralelamente, a estas situações ainda decorrem algumas outras que também estão nas mesmas circunstâncias e que utilizámos a mesma metodologia, enquanto o concurso não estivesse terminado contratávamos prestadores de serviços e dizem elas respeito a coveiros, tratadores/apanhadores de animais e que estão em fase final desse mesmo processo concursais e tudo indica, estando ainda em processo de audiência de interessados que cerca de 16 prestadores nessas áreas serão integrados no Município.--

----- Depois de todas as outras situações, são situações que estamos a avaliar e monitorizar mas muitas delas configuram puras situações de profissionais liberais e que não se, de facto, não são situações de necessidades permanentes, são pontuais, transitórias e profissões muito específicas.-----

----- Quanto às Empresas Municipais, eu diria que, terminava esta parte do Município dizendo que estamos a monitorizar todas as situações e em breve, poderemos a reportar quer à Câmara quer a Assembleia Municipal esse mesmo levantamento, esse monitorização, que também está a ser estendido às Empresas Municipais e já agora a todos aqueles que se relacionam connosco prestando serviços que, de alguma forma, podem também como bem referiu, serem alimentadores, diria assim, de situações de precaridade e que o Município está, que estamos a pensar como introduzir algumas medidas de combate a essa abordagem de *dumping* social que não lhe vejo outro nome para lhe chamar, que existem um poucos País, de alguma forma e que cabe também àquilo que são as entidades públicas combaterem, como contratantes essas mesmas situações, mas eu não queria a terminar sem que....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereado, eu peço desculpa, mas vejo algumas movimentações e se saírem 2 Senhores Deputados, ficamos sem quórum, portanto, é apenas para vos alertar para isso.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ Gostava só de terminar, Senhora Presidente e Senhores Deputados, para vos dizer que temos muito orgulho da política que o Município tem seguido sobre esta matéria, que de alguma maneira teve o seu momento alto e o seu momento reparador,

e peço desculpa mais uma vez à Direita, mas é inevitável eu ter que referir que em 2008 herdámos uma situação em que havia 200, mais, cerca de 900 contratos de prestação de serviços no Município e foi por iniciativa desta maioria que 844 desses trabalhadores foram incorporados como trabalhadores, em contrato e funções públicas e, portanto, orgulhamo-nos muito dessa situação que nós resolvemos e que vamos olhar com o mesmo critério e com a mesma convicção para tudo aquilo que forem situações quer internas, quer nas Empresas Municipais, quer todos aqueles que se relacionem connosco, para em conjunto com os Órgãos Municipais definirmos as linhas de atuação que combatam esta situação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ O Senhor Deputado já pôs as suas perguntas mas ficou insatisfeito com as respostas, tem direito a inscrever-se novamente e aqui está ele.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. Há duas questões que eu quero levantar, Senhor Vereador Manuel Salgado disse que está a fazer não aquilo que foi a Recomendação da Assembleia Municipal de Lisboa relativamente a uma apresentação conjunta das valências que nós falámos, mas sim, localmente, que isso é o que faz sentido, ou seja, a concluir-se que a Assembleia Municipal de Lisboa faz Recomendações que não fazem sentido, aparentemente, a e que não interessa que estes Deputados tenham uma visão conjunta do que está a ser feito pela Cidade, estes Deputados e os próprios cidadãos, uma vez que só Freguesia a Freguesia e Bairro a Bairro é que se poderá saber o que a Câmara está a querer fazer. -----

----- Portanto, isto é a uma dúvida, no fundo para saber-se se vamos continuar assim se realmente a Câmara considera que esta recomendação da Assembleia Municipal de Lisboa não faz sentido e se quisermos cada vez que haja uma apresentação numa Freguesia levamos à Assembleia Municipal para verificar a o que é que está a ser feito para poder fazer o seu papel. -----

----- Portanto, esta é o no fundo, é uma pergunta e também uma reclamação, chamemos-lhe assim, a outra tem a ver com o Estádio Universitário, ali bem perto a nós tivemos uma situação parecida que foi não no Campo Grande com a construção do novo McDonald’s, portanto, começámos a ver aparecer restaurantes em sítios inusitadas e a minha dúvida é se realmente é mais uma unidade de restauração, de comida saudável a como o MacDonald’s, sobretudo no Estádio Universitário e imagino que agora não seja MacDonald’s e que possa ser o Burger King ou qualquer coisa parecida, portanto acho que isto é uma é uma é uma atividade que embora possa ser do Estádio Universitário ou da Reitoria, acho que há coisas que não deviam ser licenciadas, sobretudo quando estamos a falar de juventude, estamos a falar de promoção da saúde, e a ainda por cima estamos a falar desse tipo de coisas feitas à custa do abate de árvores, quando diz que está a fazer 200 árvores novas e abatem 12 eu gostava de saber a qual o porte dessas 12 árvores que estão a pensar abater a

porque parece-me que não, estas coisas não são comparáveis número a número e é tudo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, pergunto se algum dos Senhores Vereadores quer responder ao Senhor Deputado Miguel Santos, não vejo ninguém a reagir.-----

----- O senhor Deputado falou, ouvimos, mas não vejo ninguém a querer reagir. O Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- Senhores Deputados, Senhores e Senhoras Vereadoras e Presidente, para vossa informação, nós temos ainda 5 ou 6 pessoas inscritas, mas é evidente que já não vamos entrar nas propostas, como como não é normal, já e até aos limites de tempo que nos permitem estar a trabalhar com plena eficácia e, portanto, vamos fazer um esforço para concluir este Debate, mas certamente para a semana, teremos mais e não se esqueçam que temos para a semana e o debate de atualidade sobre a questão da Saúde e algumas propostas quentinhas que nós temos para hoje e que o que é que ser adiadas para a semana.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Senhor Presidente, eu não sei, mas, se calhar, faria mais sentido neste momento, em vez de fazer aqui um debate fazer uma visita às obras, portanto, organizarmos uma visita como às mais vezes a própria a Assembleia tem feito, fez em várias situações que foram visitar determinadas situações, agora ir visitar as obras, porque há muitas que estão prontas há outras que estão prestes a acabar, há outras estão a começar e é mais fácil explicar nos locais do que explicar aqui neste caso de o Programa das Praças e mais útil, porque aí podíamos inclusivamente ter sugestões.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador, a sugestão está feita e eu levo o assunto à Conferência de Representantes e logo veremos se a assembleia quer pegar nessa dica.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Caros Presentes.-----

----- O segundo tema diz respeito a uma recomendação aprovada nesta assembleia, em 30 de setembro de 2014, sobre o tema “Pela devolução à cidade dos terrenos do aquaparque”.-----

----- Passados quase 3 anos de aprovação desse documento, esses terrenos ainda não foram devolvidos à cidade.-----

----- Após diversas promessas ao longo dos diversos mandatos desde 2007, a última remonta em Maio de 2016, no local das antigas instalações do aquaparque o vereador Sá Fernandes prometeu aos deputados municipais da 4ª Comissão da Assembleia e à comunicação social presente no local, que o projeto iria ser apresentado publicamente em Junho ou Julho de 2016.-----

-----Temos estados atentos a esta questão e não conta que o projeto tenha sido apresentado publicamente pelo Senhor Vereador Sá Fernandes, para quando a apresentação pública do projeto prometida em maio do ano passado? -----

----- Senhor Vereador, está o Senhor Vereador em condições de prometer que vai devolver este espaço aos lisboetas neste mandato? Obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta às questões: -----

----- “Senhor Deputado, posso, estou em condições de lhe prometer isso! Neste momento, nós já acabámos a naturalização em grande parte do Aquaparque. Está neste momento a ser instalado um grande parque infantil dentro do parque, estamos a acabar ou já está finalizado o projeto para pequenas reparações, alguns daqueles telheiros que ficaram lá.-----

----- O atraso da divulgação teve a ver com o problema que encontrámos e que não tínhamos detetado na altura, tinha a ver com o saneamento, portanto, se utilizávamos uma fossa ou se utilizávamos uma a ligação à rede. Isso está a finalizado nesses termos, muito em breve, nós podemos abrir uma grande parte daquilo que eram os terrenos do antigo Aquaparque à população, naturalizado e outra parte que tem uma parte do edificado será apresentado também o que é que se irá lá fazer, tudo depende agora deste último estudo que está a fazer em relação à rede de esgotos ali daquela zona. -----

----- Obviamente que aquele sítio tem que ter umas casas de banho e temos que saber onde é que elas vão ligar, portanto, vai ser aberto ao público em breve uma grande parte daquele território, portanto, com um bom parque infantil e em relação à outra parte será depois apresentada a ideia que tem a ver sempre com um parque infantil e juvenil e é isso que vai acontecer, portanto, neste mandato tudo estará conhecido e sabido, aliás, bastante antes do mandato acabar! Respondi.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.”-----

----- Terminamos com o Senhor Deputado Sobreda Antunes a segunda ronda, depois temos uma pequena terceira ronda e uma mini quarta ronda.”-----

----- **O senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-noite a todos. -----

----- 5º tema: Amianto em edifícios municipais no Bairro Dona Leonor. -----

----- No ano passado, esta assembleia aprovou uma Recomendação apresentada por “Os Verdes” sobre o problema do “Amianto no Bairro Dona Leonor”, nas imediações da Rua Mateus Vicente.-----

----- Nela se propunha que a Câmara acompanhasse a elaboração dos necessários estudos técnicos conducentes a uma avaliação completa do estado de conservação e perigosidade das coberturas dos edifícios, mais se apelando para que fossem garantidas as necessárias diligências conducentes à resolução deste problema, em segurança, e no mais curto espaço de tempo.-----

----- No total existem 30 lotes, dos quais 6 deles são municipais com gestão da Gebalis. Ora, tendo em consideração a necessidade do Município de Lisboa acompanhar a evolução da resolução deste problema de saúde pública no Bairro Dona Leonor e de equacionar diligências no sentido da urgente substituição das coberturas em fibrocimento nestes fogos, perguntamos: -----

----- - Que diligências concretas já foram tomadas pela Câmara? Foram contactados os moradores e, em particular, os dos lotes municipais? -----

----- - Já existem os indispensáveis estudos técnicos conducentes a uma avaliação completa do estado de perigosidade das coberturas dos edifícios em causa? -----

----- - Quais as intervenções a encetar e quando prevê a Câmara providenciar na resolução deste problema, com a segurança que ele requer? -----

----- 6º tema: Contratação efetiva de jardineiros e calceteiros. -----

----- Como é sabido, a Escola de Calceteiros do Município foi criada em Novembro de 1986, devido à preocupação de não se perder os conhecimentos desta técnica, e tendo por objetivos, de acordo com o sítio web da própria Câmara, renovar o efetivo de calceteiros municipais e divulgar a Arte de Calcetamento. -----

----- Na Quinta Conde dos Arcos têm sido formados profissionais, homens e mulheres que, assimilando os saberes de velhos mestres, vão assegurando a ‘sobrevivência’ da calçada portuguesa. A arte de calcetar ‘ao quadrado’, o ‘desdobrar da pedra’ e o ‘malhetar’ são expressões que a Escola de Calceteiros recupera numa profissão genuinamente portuguesa e intimamente ligada ao nosso património cultural. -----

----- Neste contexto, em Setembro de 2016 foi lançada uma Petição ‘Pela defesa da calçada portuguesa’, que já recebeu cerca de 7.200 assinaturas ‘*on-line*’. -----

----- Em meados de 2014, a Câmara confessava precisar de perto de 1.000 jardineiros para cuidar das zonas verdes da cidade, mas que, devido à falta de mão-de-obra especializada no seu mapa de pessoal, iria gastar cerca de 17 milhões € em serviços externos. A partir de 2017, a Câmara prevê agravar o dispêndio do erário público com nova externalização em mais de 30 milhões € para tratar os jardins de Lisboa, comprometendo vereações futuras. -----

----- Ora, se até recentemente estavam vedadas novas contratações de pessoal, a Lei que aprovou o Orçamento do Estado veio viabilizar o recrutamento de trabalhadores para as autarquias locais, autorizando procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Por isso, em 2016, a Câmara já procedeu à abertura de concursos para Cantoneiro de Limpeza, Tratador Apanhador de Animais, Bombeiro Sapador do RSB, Coveiro ou Técnico Superior de Educação Física e Desporto, mas não ainda nem para Jardineiros, nem para Calceteiros. -----

----- Entretanto, como outros municípios no País já encetaram a abertura de provimento de lugares para jardineiros no seu mapa de pessoal (caso de Évora), perguntamos: -----

----- - Pondera ou não a Câmara apoiar a promoção de uma candidatura da calçada portuguesa a património mundial, enquanto património único e distintivo da cultura portuguesa? -----

----- - Tenciona ou não reforçar a curto/médio prazo o seu mapa de pessoal preenchendo as categorias de jardineiro e calceteiro? Se sim, para quando a abertura destes concursos? -----

----- 7º tema: Instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias à Rua José Lins do Rego. -----

----- No ano passado (8/11/2016), “Os Verdes” questionaram sobre as antigas instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias da Câmara, mas nunca obtivemos resposta, apesar das promessas do executivo de que a apresentaria alguns dias depois, está ali o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que se deve recordar desta situação. Esta área municipal, com entrada pela praceta da Rua José Lins do Rego, encontra-se sem qualquer uso há já alguns anos.-----

----- Os residentes em prédios adjacentes a estes antigos barracões queixavam-se de lixo, ervas e principalmente de ratazanas, que teriam tomado conta daquele equipamento. Tal facto terá levado um grupo de moradores daquela zona do Bairro de Alvalade, indignados com a situação, a iniciaram contactos com a Câmara, tendo em vista a utilização daquele espaço para uma qualquer finalidade de uso comunitário, visto aqueles edifícios confinarem com a Escola Básica nº 1 e JI de Santo António. ----

----- No entanto, a Câmara parece ter optado por manter o local ao abandono, sem adiantar novas informações sob o destino a dar-lhe. Perante a situação denunciada pelos residentes, voltamos a perguntar:-----

----- - reconhece ou não o executivo o estado de abandono dos edifícios das antigas instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias?-----

----- - quais são o projeto e o uso destinado para aquele espaço e qual a data prevista para a sua limpeza e reabilitação?-----

----- - tem o executivo dialogado com os munícipes da zona envolvente à Rua José Lins do Rego sobre eventual destino de utilidade pública a atribuir aquele espaço? -----

----- 8º tema: Obras em curso para a instalação do Colégio Mira-Rio. -----

----- Em 2014, a Câmara apresentou um par de Propostas (nºs 34 e 173/2014), nas quais aprovou um pedido de licenciamento para a edificação de um novo Colégio Mira-Rio pela Cooperativa Socei, tendo em vista uma vasta ampliação, para uso escolar, do Convento anexo à Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu, em Telheiras.-

----- Na altura, “Os Verdes” alertaram que em nenhuma delas a Câmara clarificava as condicionantes urbanísticas, nem de reorganização do espaço público, sabendo-se que este futuro Colégio Mira-Rio, situado junto ao Colégio Alemão, se destinaria a um equipamento escolar feminino e semi-interno para todos os ciclos de ensino, desde a creche ao pré-escolar, 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário, num total de cerca de 860 alunas. -----

----- Ora, a Câmara parece não ler ligado aos nossos alertas e, recentemente, surgiram novas queixas dos moradores. 1º, de que o trânsito nos horários de tomada e largada de crianças já é suficientemente caótico, apenas com a atual escola em funcionamento; 2º, que o edifício em construção, junto à Rua Prof. Francisco Lucas Pires, se encontra em cima do passeio, não tendo sido guardado espaço para alargar esses passeios; 3º, por não parecerem estarem a ser garantidos, nem as novas

acessibilidades mínimas, nem o devido reordenamento do estacionamento, inclusive na Estrada de Telheiras; 4º, algumas árvores tocam no edifício em construção, pelo que existe a ameaça de estarem na eminência de virem a ser cortadas. Neste contexto, perguntamos: -----

----- - Confirma o executivo que descurou o acompanhamento destas situações? -----

----- - Como vai a Câmara reverter, urgentemente, a ameaça à redução das acessibilidades que paira sobre o espaço circundante ao futuro Colégio Mira-Rio?-----

----- - Que soluções ambientais e de mobilidade pode a Câmara garantir aos munícipes? -----

----- Obrigado Senhora Presidente” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Pergunto à Câmara quem responde a estas 4 questões do Senhor Deputado Sobreda Antunes? Não sei quem é que se acusa Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, relativamente ao amianto nos edifícios municipais do Bairro dona Leonor, como o Senhor Deputado referiu a maior parte dos lotes é de particulares, a Câmara só tem 6 dos 26 lotes. -----

----- Foi feita uma inspeção no dia 23 de fevereiro, os técnicos da Câmara que concluíram que as coberturas se encontram em bom e razoável estado de conservação com exceção do lote 25, que tem a intervenção de conservação já programada pela administração do condomínio para o 2º trimestre de 2017.-----

----- Foi constatado a existência de risco quer de insegurança quer de insalubridade e concluiu-se pela não determinação de obras de conservação, uma vez que está garantida a segurança dos edifícios, portanto, com exceção do lote de 25 cuja de intervenção já estava programada. -----

----- O Segundo tema, o Departamento de Infraestruturas Viárias à Rua José Lins do Rego, é uma área de cerca de 300 metros quadrados a céu aberto, são 2 edifícios que, neste momento, o serve de apoio a Brigada de Calceteiros da Câmara e à Unidade de Coordenação Territorial, está previsto vir a ser feito a reabilitação do espaço para, portanto, acolher peças e materiais da Brigada de Calceteiros. -----

----- Em relação à Escola Mira Rio, isto foi uma operação urbanística que foi aprovada em 2016, foi um terreno vendido pela EPUL, aliás, foi provado, desculpe que estou a dizer mal, o processo teve foi entregue em 2013 e, portanto, e foi desferido o processo, portanto, os trabalhos têm vindo a ser acompanhados pela Divisão de Fiscalização Urbanística e realizaram-se 3 inspeções, no dia 13-04-2016, 07-06-2016 e 28-11-2016, nesta última inspeção detetaram se algumas alterações em obra que se encontram com um processo de licenciamento de alterações em obra que está a ser apreciado pela Direção Municipal de Urbanismo. -----

----- Portanto, não reconhecemos que tenha havido um descoramento do acompanhamento, houve acompanhamento, quanto às soluções ambientais não lhe sei



responder, neste momento, julgo que este processo tem parecer, teve no licenciamento, da Direção Municipal de Mobilidade e de Tráfego, mas só tenho aqui essa informação, portanto, vou ter que confirmar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Eu vi que há uma questão, eu dei por isso, por isso é que eu estava a perguntar, há uma questão que era sobre o problema da contratação de jardineiros e calceteiros, não era? Que não foi respondida, é isso não é Senhor Deputado? Confirma que é isso?” -----

----- **O Senhor Deputado João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, respondeu à questão colocada: -----

----- “ Os concursos para o ano, a abrir em 2017, ainda não estão fechados, quando estiverem partilhados convosco, em face quer da compilação das necessidades, do levantamento de alguma eventual situação de precaridade que até agora não descortinámos e das 2 restrições, das restrições a que constam do Orçamento de Estado relativamente ao aumento da despesa efetiva com pessoal, portanto, na conjugação destas 3 questões, vamos definir quais são os concursos para abrir em 2017 e depois partilharemos com a Assembleia e como é evidente que a Câmara Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Parece-me que terminou, creio eu, muito obrigado. -----

----- Vamos entrar então na 3ª ronda. A ver se anima isto Senhor Deputado, que já está tudo cansado e o Senhor Deputado costuma dar aqui uma boa animação! Senhores Deputados, nós temos que ir tendo uma boa disposição, isto são muitas horas!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “ Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, enfim, já estamos aqui a ultrapassar claramente as condições de saúde e bem-estar com trabalho continuado na posição estática, mas isso vai ser tudo possa conta, não é? -----

----- Eu hoje venho aqui trazer a questão concreta de uma Freguesia e uma perguntinha muito particular da ausência de resposta, mas eu aqui não quero também levar em conta que seja sempre o Arquiteto Salgado a não responder, mas os seus Serviços, mas já enviámos um requerimento sobre o caso do abuso, penso eu que é um abuso, do espaço público no caso das obras do Hospital da Luz. Aguardamos resposta. -----

----- Isso faz parte do constrangimento provocado das obras no espaço público em diversas zonas e que perguntamos, e todos perguntam, aqui parece, que planeamento e que fiscalização? É verdade que as obras necessárias foram e são uma reivindicação do PCP quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, quer dos municípios em geral, mas sempre defendemos que as intervenções deviam ser estudadas, acauteladas

em conjunto com a população de modo a melhorar a circulação, tanto pedonal como viária, melhora-se a sua circulação pedonal, mas não podemos deixar de contemplar lugares para o estacionamento. -----

----- É sem dúvida, uma questão difícil conjugar, mas mais difícil é quando se foge à discussão e à preparação, alguns trouxeram até aqui sugestões de placares inovadores, de outras formas de divulgação, vi mesmo o Senhor Vereador evocar um grosso molho de folhetos, dizendo que os folhetos voavam e ensinavam o que estava! É tudo pouco para a necessidade de participação e a participação não é só comunicação ou informação. É preciso participar, é preciso ouvir e dar valor à participação das populações. -----

----- Vou trazer aqui um caso muito particular da Cidade que poderia representar em outras Freguesias, é o caso da Freguesia da Penha de França, as obras estão a ser realizadas na Avenida General Roçadas, da responsabilidade da Câmara, têm provocado constrangimentos vários aos moradores e aos comerciantes. A sua execução mal planeada e mal suportada executada, como provam as inundações verificadas na zona da Escola Nuno Gonçalves obrigaram a uma intervenção para retificar o que tinha ficado mal feito, o Programa Rua Amiga do Peão, um princípio que estamos de acordo, caso não pecasse nesta zona pelo exagero da largura dos passeios, o avanço das paragens de autocarro, que vieram prejudicar a circulação automóvel, sobretudo, os transportes públicos nas horas de ponta. -----

----- Quer dizer, esta Freguesia está em obras, está em dúvida se terá melhoria significativa de todas as condições e não só de algumas. Tanto quanto nos é possível saber as obras vão continuar na Freguesia sem que se conheça ao certo que tipo de intervenção, que ruas vão ser intervencionadas, qual o prazo para a sua conclusão. -----

----- Quais as zonas da Freguesia onde estão previstas novas intervenções? Que intervenções vão ser feitas? Qual é o prazo previsto para a conclusão das obras? Estas perguntas merecem respostas que não sejam as habituais, está em estudo, estamos a pensar, iremos dizer, faremos a seu tempo, concluiremos sempre que for possível.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Pergunto, mas creio que é o Senhor Vereador João Afonso.” -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso**, no uso da palavra, respondeu às questões que lhe foram colocadas:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, bom, eu irei responder detalhadamente por escrito à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, vou-o fazer esperando que chegue a todos os Senhores Deputados, mas queria só informar duas notas. -----

----- Primeiro que esta intervenção foi apresentada à população, foi debatida na Escola Nuno Gonçalves e o que está a ser executado foi aquilo que foi acordado em reuniões com a participação da população. -----

----- Ponto dois, aquela obra está ainda em execução, portanto, tem uma série de contingências e de constrangimentos do ponto de vista de Plano de Segurança que obriga a que sejam criadas condições de circulação para a via, de circulação automóvel e, portanto, vários constrangimentos.-----

----- Um terceiro ponto que não está a pensar, mas também houve uma série de constrangimentos que não têm propriamente a ver com a obra, como a problemas de drenagem no eixo, no âmbito dos canos de drenagem de águas que não tem propriamente a ver com aquela obra, mas foi um são contingências das obras também, pronto, mas depois farei chegar a toda a informação, agora creia que aquela obra foi planeada, foi discutida e está a ser executado conforme o previsto, está bem? Também pela experiência que temos, na Escola Natália Correia também houve grandes queixas durante o período de execução, mas também houve grandes elogios, após a conclusão assim, espero que aconteça também frente à Escola Nuno Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às perguntas colocadas: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, eu não queria deixar de aproveitar esta oportunidade no que diz respeito às obras para referir o seguinte: neste momento há obras em Lisboa de iniciativa da Direção Municipal ou coordenadas pela Direção Municipal de Projetos e Obras, sejam as Praças seja o Programa Pavimentar, há obras que são realizadas e coordenadas pela Unidade de Coordenação Territorial. Há obras que são realizadas e coordenadas pela EMEL. E há obras que são realizadas e coordenadas pela SRU. Bom, além disso, ainda há as obras particulares, há ruas, Lisboa onde, por exemplo na Rua do Ferragial, há 5 estaleiros de obras particulares e, de facto, às tantas podia-se pôr: então porque é que licenciou todos ao mesmo tempo? Bom eram prédios que estavam ou devolutos ou em ruína e ainda bem que eles estão a ser reabilitados portanto, há aqui um período tão período que é muito incómodo, mas há obras que já estão a acabar e, portanto, penso aí os sinais vão ser evidentes a curto prazo. -----

----- Agora há um outro aspeto que eu queria referir que é o seguinte: todas as semanas há uma reunião de coordenação entre técnicos da Direção Municipal de Projetos e Obras da Direção Municipal de Mobilidade com a presença da Polícia Municipal para tentar exatamente reduzir os incómodos e tomar as medidas necessárias em termos de gestão de tráfego e de desvios de trânsito que garantam o mínimo de incómodo para os cidadãos, mas também há outra situação que nós não podemos esquecer, é que os anos de crise destruíram do aparelho produtivo das empresas de construção de Portugal e hoje em dia a maior parte ou a grande parte das empresas estão numa situação caótica, com falta de técnicos, falta de, que houve dispersaram as empresas, estão descapitalizadas e nós temos situações em que não conseguimos fazer, quer dizer, vão sendo fixados prazos sucessivos, podíamos entrar pelo regime de aplicação de multas, mas aí a empresa ainda caía mais depressa, ou então vamos tentando quase levar as empresas ao colo para que as obras acabem, o exemplo mais evidente, é a obra de Rovisco Pais que já deveria ter acabado, não sei para aí há quase um ano e que continua em obra, ainda não está pronta, infelizmente,

há muitas situações destas na Cidade de Lisboa, porque há muitas empresas que estão descapitalizadas desorganizadas, sem pessoal técnico e, portanto, até que este aparelho produtivo seja reconstruído ainda vai demorar alguns anos. Muito obrigado.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Peço desculpa, há alguma dúvida? Ah, ninguém respondeu à questão do Requerimento, o Senhor Vereador está a ver se esclarece o ponto de situação, bom, faremos uma insistência para vir a resposta ao Requerimento e vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Numa tentativa de ter a simpatia dos seres humanos que ainda resistem nesta Assembleia, vamos prescindir da 4ª ronda e condensá-la nesta intervenção e, portanto, começo pelo último ponto que tínhamos que é o requerimento sobre o número de licenciamentos no Turismo na Baixa de Lisboa, naturalmente, não queremos a resposta ao que colocámos no Requerimento, mas sim quando é que podemos ter a resposta ao Requerimento? A data em que podemos ter essa resposta.-----

----- Depois tínhamos dois 2 outros temas, que um deles já está parcialmente respondido, que é um Hospital do Desterro, julgo que foi o MPT que fez essa pergunta e foi respondida pelo Senhor vereador Manuel Salgado.-----

----- Por último, a última pergunta que temos relaciona-se com a Colina de Santana, foi um tema que abriu a atividade deste Mandato e deste Órgão, tivemos uma profficua e longa e acesa discussão e produtiva e estamos passados 4 anos a sem respostas sobre este tema e, portanto, era importante fecharmos o ciclo e termos, sabemos o que se passa com a Colina de Santana, são 16 hectares no centro da Cidade, tínhamos pedidos de informação prévia para transformar alguns dos espaços devolutos, mas também os hospitais em funcionamento, em 90 mil metros quadrados de construção nova, tivemos um documento estratégico de intervenção feito pela Câmara Municipal de Lisboa, mas feito o Debate na Assembleia Municipal decidido optar por uma, um Plano de Ação Territorial ficou o silêncio e era bom sabermos o que o que se fez é e o que se pretende fazer naquele espaço, para podermos fechar esse capítulo do trabalho tão proveitoso que fizemos no início deste Mandato.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas:-----

----- “Senhora Presidente, em relação ao Requerimento até ao final desta semana terão a resposta ao Requerimento, aliás, espero também que até ao final da semana consiga ter a resposta ao Requerimento do PCP.-----

----- Quanto à Colina de Santana, portanto, como o Senhor Deputado fez o historial, e bem, em determinada altura iniciou-se o processo do PAT, do Programa de Ação

Territorial e houve reuniões, variadíssimas reuniões com os vários atores que intervêm desde o Ministério da Saúde, à Universidade Nova, à Universidade de Lisboa que também lá tem instalações, à Santa Casa da Misericórdia, múltiplas e múltiplas entidades, e começou-se a desenvolver o PAT, só que em determinada altura, o PAT no fundo, ficou em suspenso da definição do Ministério da Saúde de qual é o Programa que pretende implementar, portanto, tecnicamente pouco se poderia avançar enquanto não se souber se e quando haverá a Hospital Oriental. Parece que que se confirma, ainda hoje foi anunciado que até julho será lançado o concurso, o que é que vai suceder aos restantes hospitais que estão na Colina de Santana. Também foi anunciado que, pelo menos um dos hospitais será, não sei se se a designação se é hospital de retaguarda, se é um hospital no centro da Cidade. Há um Programa de Centros de Saúde que foi hoje, portanto, assinado o protocolo, que é uma peça fundamental na estrutura de saúde na Cidade de Lisboa e enquanto não estiver estabilizado este Programa das instalações de saúde da Cidade de Lisboa não é possível avançar com o PAT. -----

----- Porém vale a pena referir o seguinte: há uma série de iniciativas que foram tomadas e que têm vindo a ser realizadas e que eu ia muito rapidamente referir, primeiro que eu acho que é importante, porque chamou à atenção para a Colina de Santana, foi a realização já em 2 anos sucessivos do Festival Todos e que este ano se vai repetir ainda na neste território. -----

----- A segunda é a Unidade de Cuidados Primários do Martim Moniz, foi inaugurada e que está em funcionamento e que já é um equipamento relevante para o centro da Cidade de Lisboa. -----

----- Depois foi feita a requalificação de 3 vias públicas no âmbito do Programa Pavimentar, a Luciano Cordeiro, a Alameda de Santo António dos Capuchos e a Rua Gomes Freire. Foi aprovada a delimitação da área de Reabilitação Urbana da Rua de São Lázaro e da Rua das Barracas e está em fase de lançamento do concurso da Renda Acessível, exatamente para esta zona com cerca de 250 fogos de Renda Acessível. -----

----- Foi, está em curso a reconversão do Hospital do Desterro como Centro de Inovação, portanto, está em curso a requalificação da Escola Luísa Ducla Soares e do campo de jogos e está previsto a curto prazo a instalação do Núcleo do Museu da Saúde, por iniciativa do Ministério da Saúde, que ficará instalado no Hospital dos Capuchos. -----

----- Portanto, no fundo, se formos reler aquilo que foram as iniciativas que constavam do PAT, muitas daí que resultaram do debate aqui na Assembleia, várias delas estão concretizadas, não está concretizado no fundo a definição do que é que vai acontecer aos antigos hospitais, sendo que já foi noticiado que pelo menos um deles será um Hospital do Centro de Cidade, é a informação que posso dar neste momento. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Vereador. Temos agora a palavra para o último Senhor Deputado inscrito, que é o Senhor Deputado Vasco Santos, que resolveu dividir as suas perguntas pelas três rondas e fez muito bem, e tem agora a palavra para fechar.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, cumprimento novamente dos presentes. -----  
---- A por fim e nesta e nesta última intervenção, nesta 3ª ronda, o Regulamento de Publicidade da Cidade.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Um momentinho, eu penso que estamos no limite do quórum, pode continuar que eu vou verificar, mas creio que saíram dois Deputados e ficámos sem quórum.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “De qualquer forme, Senhora Presidente, se me permitir eu farei a pergunta na mesma, porque acho que não é relevante para a resposta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não há votações a fazer, portanto, não temos grande problema, mas eu pedia que os serviços verificassem se estão Senhores Deputados lá fora, se os podem chamar só para podermos terminar os nossos Trabalhos, é a última intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Por fim o Regulamento de Publicidade da Cidade. Em janeiro de 2017 foi aprovado, nesta casa, a autorização para celebração de contratos de concessão de utilização do domínio público do Município de Lisboa para a instalação e exploração de publicidade de mobiliário urbano. -----

----- Uma das questões que nos levou a votar contra esta proposta deveu-se ao facto de este concurso estar a ser efetuado com base num Regulamento em vigor de 1992, Lisboa é hoje uma Cidade criativa, inovadora e empreendedora, como tal é necessário acompanhar esta realidade em vários quadrantes, nomeadamente no que diz respeito ao mercado da publicidade, evidentemente que não será através de um Regulamento claramente ultrapassado, com mais de vinte anos. -----

----- Neste contexto, como é necessário responder às várias evoluções e necessidades deste mercado, questionamos o Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro: o Executivo já iniciou os trabalhos de atualização do regulamento existente? Em caso afirmativo quando pretende dar como terminado os trabalhos? -----

----- Dado que o Regulamento não é tudo pretende-se ainda saber qual a atividade de fiscalização da Câmara Municipal de Lisboa, que tem exercido? Muito obrigado e boa-noite.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, pelos vistos os nossos colegas fizeram então esse esforço para o Senhor Deputado poder concluir a sua intervenção e eu pedia à Câmara para responder também dentro da brevidade que o atual estado dos acontecimentos determina. -----

----- Senhor Vice-presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, respondeu às questões levantadas: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, terei esse cuidado. -----

----- Queria agradecer a pergunta, referir que, como disse e bem, a Câmara Municipal lançou um concurso para a concessão de mobiliários, de mobiliário urbano para publicidade exterior e o concurso já foi publicada, foi publicado na semana passada e, portanto, é um compromisso da Câmara Municipal no decurso do com do prazo do concurso apresentar a proposta do novo Regulamento de Publicidade, entendemos que deveríamos primeiro terminar este processo concursal e depois a seguir apresentar o Regulamento de Publicidade é o que faremos e, portanto, acreditamos que, no primeiro semestre, apresentaremos uma proposta à Assembleia, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, pelo menos a discussão pública para a revisão do Regulamento da Publicidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-presidente. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos Trabalhos. -----

----- Descansem um pouco e para a semana há mais. Muito obrigada a todos.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----